



PRDCO

2020 - 2023

PLANO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE





PRDCO

**Plano Regional de Desenvolvimento do
Centro-Oeste**



BRASÍLIA, 2019

**Superintendência do Desenvolvimento do
Centro-Oeste**

**Plano Regional de Desenvolvimento
do Centro-Oeste (PRDCO)**

2020-2023

BRASÍLIA, 2019

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE

Marcos Henrique Derzi Wasilewski

Superintendente

Raimundo da Costa Veloso Filho

Diretor de Implementação de Programas e Gestão de Fundos Substituto - DIPGF

Raimundo Nonato Araújo Almeida

Diretor de Administração – DA

Roberto Postiglione

Diretor de Planejamento e Avaliação – DPA

EQUIPE TÉCNICA (Portaria nº 127 de 22 de abril de 2019)

Marcos Fernandes Martins

Coordenador-Geral de Articulação, Planos e Projetos Especiais Substituto – CGAPPE /DPA

Michel Alexandre Turco

Coordenador de Planos e Projetos Especiais Substituto – CPPE /DPA

Geórgia Carolina Capistrano da Costa

Chefe da Divisão de Espaços Prioritários – DEP /DPA

Érica Pereira de Oliveira Querido

Agente Administrativo – CPPE /DPA

Rodrigo dos Reis Oliveira

Chefe da Divisão de Planejamento e Avaliação – DIPLAV /DPA

Lisenir Ferreira Gomes

Coordenadora de Formalização de Convênios - CFOR/DIPGF

Luciana de Sousa Barros

Coordenadora-Geral de Gestão de Fundos e Promoção de Investimentos -
CGGFPI/DIPGF

Leandro Ferreira Lima

Economista - COF/DA

Franciane Soares do Nascimento

Chefe de Gabinete

EQUIPE DE APOIO

Camila Veras Aiube

Assistente Administrativo II – CPPE /DPA

Carlos Henrique Araújo Filho

Analista Administrativo CPPE/DPA

Daniela de Freitas Fenerich Russo

Assistente Administrativo II – CFOR/DIPGF

Fernanda Cruz Ribeiro da Luz

Analista Administrativo CPPE/DPA

Ingrid Astolfi

Assistente Administrativo II – CPPE /DPA

Joicy Caetano Machado Silva

Analista Administrativo CPPE/DPA

Paloma Marques Figueiroa

Analista Técnico Administrativo – CPPE /DPA

Priscilla Marotta Gardino

Estatístico – DIPLAV /DPA

COLABORADORES ESPECIAIS VOLUNTÁRIOS

Luiz Cláudio Ferreira de Oliveira

Filósofo e Especialista em Planejamento Estratégico

Marcio Dionísio de Souza

Doutorando em Administração - Mackenzie, Mestre em Gestão de Recursos Naturais - UFCG, MBA em Administração e Negócios - FGV, Pós-graduação em Gestão Internacional de Projetos – PUC Minas e Especialista em Desenvolvimento Local - UNSSC (Escola das Nações Unidas)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. ANEXO I – DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA	17
1.1. Princípios e diretrizes.....	17
1.1.1 Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste - PEDCO 2007-2020 (Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste do Ministério da Integração Nacional - SCO/MI) 17	
1.1.2 Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009.....	18
1.1.3 Política Nacional de Desenvolvimento Regional - Minuta em fase de publicação (Ministério do Desenvolvimento Regional-MDR).....	19
1.1.4 17 Objetivos Globais de Desenvolvimento Sustentável/Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável - Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU)	19
1.1.5 Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste – PRDCO 2017-2020 (Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO).....	20
1.1.6 Agenda Estratégica para a Região Centro-Oeste 2020-2023/Agendas para o Desenvolvimento das Macrorregiões Norte, Nordeste e Centro Oeste – Subsídios para a Elaboração do PPA 2020-2023 (Ministério da Integração Nacional - MI)	20
1.1.7 Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social– 2020-2031 – ENDES (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG).....	24
1.1.8 Consulta Pública nº 01/ 2019 (Diário Oficial da União, seção 3, p.22, nº 51, sexta-feira, 15 de março de 2019)	25
1.1.9 Cenários projetados pelo PEDCO 2007-2020 e sua avaliação	25
1.1.9.1. Avaliação dos cenários projetados	31
1.1.10 Contexto: aspectos sócio econômicos do Centro-Oeste	35
1.1.11 Diagnóstico: potencialidades, fragilidades, oportunidades e ameaças na região Centro-Oeste	44
1.2 PROJEÇÕES PARA O CENTRO-OESTE, UMA VISÃO DE FUTURO.	63
2. ANEXO II – PROGRAMAS INDICATIVOS E METAS	67
2.1. Programa 1: Democratização e melhoria da gestão pública.....	70
2.2. Programa 2: Melhoria da educação e fortalecimento do sistema de pesquisa e desenvolvimento (P&D)	71
2.3. Programa 3: Gestão ambiental e recuperação do meio ambiente	73
<i>(Programa 3) Meta 1 - Difusão de tecnologias limpas.....</i>	<i>74</i>
2.4. Programa 4: Ampliação da infraestrutura social e urbana.....	76
2.5. Programa 5: Ampliação da infraestrutura econômica e logística.....	77
2.6. Programa 6: Diversificação e adensamento das cadeias produtivas	78
2.7. Programa 7: Consolidação de uma rede policêntrica de cidades no centro-oeste	80
2.8. Programas indicativos e metas	82

3.	ANEXO III - PROJETOS E AÇÕES INDICATIVAS	83
3.1.	Projetos e parâmetros norteadores das ações indicativas prioritárias	83
3.2.	Carteira de projetos e ações indicativas prioritárias.....	86
3.3.	Instrumentos para estratégias de desenvolvimento sustentável.....	94
3.3.1.	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO	94
3.3.2.	Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO	96
3.3.3.	Incentivos financeiros e Benefícios fiscais.....	97
3.3.4.	Fundos setoriais	98
3.3.5.	Outras fontes de recursos	98
3.4.	Instrumentos organizacionais	100
3.5.	Modelo de governança para o desenvolvimento sustentável.....	101
4.	MENSAGEM FINAL.....	103
5.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	106

INTRODUÇÃO

O filósofo Heráclito, nascido em 540 a.C., na antiga cidade de Éfeso, advertiu que não pode, homem algum, adentrar um rio mais de uma vez, pois o rio não é o mesmo de antes, assim como o homem, que também já é outro. Ora, a mudança pertence ao ritmo normal da natureza, sendo, portanto, instrumento não apenas para novos desafios, mas, também, para novas oportunidades. Essa é a centralidade para este Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste – PRDCO 2020-2023.

No tempo atual, imersos em múltiplas e sistêmicas crises, somos sabedores de que essas não são o contrário do desenvolvimento, mas a ele são próprias. Diante disso, podemos prospectar os cenários desafiadores que, hoje, perfazem a realidade do Centro-Oeste, região que contribui com a clara missão de fazer pulsar os novos horizontes para setores pujantes, como o agronegócio e o fortalecimento de serviços ecossistêmicos para grande parte do território brasileiro.

Novas Escolhas, Novos Caminhos: o Centro-Oeste e a Construção do Futuro, no Presente

A história recente demonstra que desenvolvimento sustentável não deve ser uma meta, mas um processo dinâmico e de adaptação, aprendizagem e ação. Além disso, ela nos indica o quanto é necessário reconhecer, compreender e atuar nas suas múltiplas interconexões - especialmente naquelas entre a economia, a sociedade e o ambiente natural.

Na atualidade, enfrentamos vetores de mudança cada vez mais poderosos – porque são cada vez mais velozes e mais inter-relacionados -, incluindo os impactos dos padrões atuais de produção e consumo, escassez de recursos, inovação tecnológica, mudanças nos perfis da economia global com reflexos imediatos na economia local, mudanças nas dinâmicas políticas, favelização das cidades, entre tantos outros.

Hoje, a globalização e as pressões sobre nossos recursos naturais demonstram que escolhas individuais podem ter consequências globais. Para muitos de nós, no entanto, os problemas dos sistemas econômico e social não se limitam às escolhas não sustentáveis, mas, principalmente, à falta de escolhas. A desigualdade entre ricos e pobres é abissal; mais de um bilhão de pessoas ainda vivem na pobreza e não têm sequer acesso à água potável. Em muitos países, há ondas crescentes de protestos que refletem as aspirações por um mundo mais próspero, justo e sustentável.

Todos os dias, escolhas são feitas por indivíduos, empresas, governos e instituições. Nosso futuro comum reside em todas essas escolhas. Hoje, as condições sociais e espaciais estão sendo completamente redesenhadas, em todo o mundo. É preciso planejar a longo prazo e, para isso, é necessário encontrar outras abordagens, com soluções que exigem, acima de tudo, convergência e complementariedade.

Hoje, o processo de mudanças parece ocorrer em uma velocidade bem mais acelerada, o que nos dificulta não apenas viver o tempo das coisas, mas também, entender o tempo em que tudo está inserido e, além disso, a nossa inserção no tempo de mudanças nada fáceis. Tempo em que o antagonismo que se afirma e se estende, em todos os parâmetros e ações da vida cotidiana, proporciona cenários bem distintos e, às vezes, estranhos ao *modus operandi* tradicional da sociedade.

Nesse contexto, vivemos o cotidiano com crises sistêmicas e multisetoriais, desde a crise do político, a crise das estruturas tradicionais da sociedade, a crise do pensamento, a crise da civilização. Essas crises interagem com tantas outras crises para constituir e ampliar a crise planetária que se aprofunda e se agrava em todos os rincões da vida humana.

Hoje, as cidades consomem três quartos de toda a energia gerada no mundo e causam, pelo menos, três quartos da poluição presente no globo. As cidades são o centro da produção e do consumo da maior parte dos bens industriais.

O novo é que a raiz das dificuldades locais, agora, somente tem solução fora delas, numa escala global. Essa é a dificuldade, mas é também a oportunidade para os territórios e suas populações, pois hoje é possível, com base em locais anteriormente remotos, construir uma estratégia de globalização, na qual esses locais, antes condenados à periferia e à subordinação, possam assumir protagonismo e centralidade, ajudando a afirmar caminhos alternativos para suas regiões e para o mundo. É nesse sentido que propomos este PRDCO 2020-2023.

O principal foco da sustentabilidade é a humanidade e seu principal problema é a pobreza. Mesmo sendo quase óbvia, essa constatação não resolve as dificuldades, mas nos coloca em um caminho que possibilita convergências, que reconhece as diferenças de interesses e de perspectivas e que possibilita um olhar integrado sobre os territórios.

As estatísticas e previsões, se seguirmos o modelo vigente, não são nada positivas. Elas apontam para o fato de que, nos próximos trinta anos, o número de habitantes nas cidades dos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, deverá ser acrescido em 2 bilhões de pessoas. Essa imensa urbanização irá causar um crescimento exponencial no volume dos recursos consumidos e, claro, irá também sobrecarregar o sistema natural com a poluição a ser gerada e a perda recorrente da diversidade biológica, avançando em todos os pontos do planeta.

As cidades são produções coletivas de múltiplos agentes sociais, físicos e culturais, estruturadas ao longo do tempo e da história de suas espacialidades. O desenho urbano e as práticas sociais de uma cidade são reflexos da dinâmica política e socioeconômica e, também, um produto que reproduz o contexto cultural no qual estão inseridos.

No processo de apreensão da produção do espaço urbano em cidades pequenas do Centro-Oeste brasileiro, cabe salientar algumas destas características:

- i. Ausência, queda ou escassez na produção – microindústria, agronegócio, turismo e infraestrutura;
- ii. Queda ou incapacidade para a circulação/distribuição – comércio, lojas, supermercados, pequenos centros de distribuição;
- iii. Serviços públicos ineficientes e com severas restrições – prefeituras, órgãos administrativos e setores de serviços públicos;
- iv. Consumos artificiais demandados por uma “bolha” momentânea – mercado imobiliário, novas formas de moradia, novas possibilidades de consumo (hotéis, lanchonetes, cafés), lazer, diversão, festas;
- v. Novas formas de moradia e mercado imobiliário superaquecido – condomínios, edifícios, conjuntos residenciais, verticalização;
- vi. Expansão urbana desgovernada – incorporação de novas áreas, possibilidades de conurbação futura, aumento de perímetros, loteamentos, invasões de áreas de risco;
- vii. Adensamento sem planejamento – aumento de densidades em áreas antes desabitadas;
- viii. Estrangulamento das vias de circulação atuais e demanda pela criação de novas vias;
- ix. Participação popular focada apenas em trocas e retribuições pontuais, sem uma visão de conjunto e sem políticas públicas personalizadas e de longo prazo;
- x. Gestões municipais despreparadas para dar respostas aos novos cenários locais e regionais;
- xi. Restrições de uso de determinados espaços urbanos e rurais;
- xii. Aumento das disparidades entre a ruralidade/urbanidade, dentre outros.

A região Centro-Oeste tem cidades que são exemplos clássicos: (1) de crescimento urbano desordenado, sobretudo no que tange aos novos padrões de moradia e urbanização, com cenários que apontam para um futuro incerto, especialmente em razão de ausência, por exemplo, de planos diretores que possam nortear a ocupação dos territórios e os vetores de desenvolvimento; (2) da verticalização, em algumas áreas impróprias; (3) da pujante valorização do solo urbano e do crescimento sem controle do número de loteamentos, fazendo crescer, de modo inexorável, a ação dos especuladores e incorporadores imobiliários vinculados a um capital que não está mais circunscrito à escala local, ou mesmo regional, produzindo novos desejos e necessidades, por meio da implantação de novos equipamentos urbanos e dos novos padrões de moradia e urbanização. Essa é uma questão que tangencia, como pano de fundo, os novos mercados que surgem e crescem em determinadas cidades da região.

O Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste – PRDCO - tem o claro objetivo de apoiar a transformação das cidades em cidades sustentáveis, coadunado com as premissas mais atuais de desenvolvimento sustentável, como, por exemplo, a Agenda 2030-ONU¹. Nesse sentido, propõe que as cidades:

- Proporcionem segurança, alimentação, abrigo, educação, saúde e esperança, de forma justa, onde todas as pessoas participem ativamente da governança e da gestão integrada dos territórios;
- Sejam criativas, de visão aberta e que impulsionem a experimentação, a fim de mobilizar potencial de recursos humanos que permitam uma rápida resposta às mudanças ambientais, sociais e econômicas;
- Sejam ecológicas e que minimizem seus impactos no meio ambiente, respeitando as paisagens naturais e culturais, de modo que sejam implantadas e reorganizadas dentro dos princípios da Agenda 2030-ONU, as Metas de Aichi² e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, por exemplo;
- Reformulem seus espaços urbanos e os revitalizem, criando novas áreas de crescimentos intra-urbanos e policêntricos;
- Fortaleçam as áreas rurais e recuperem áreas estratégicas que ofertam serviços ecossistêmicos, como, por exemplo, as áreas de recarga hídrica para abastecimento público;
- Sejam diversificadas e empreendedoras, que possam desenvolver uma ampla gama de atividades diferentes, que gerem vitalidade, inspiração e acaltem qualidade de vida para todos, sem distinção;
- Apoiem a criação de redes de centralidades regionais polinucleadas, convergindo entre si, criando e fortalecendo malhas diversificadas de *clusters*³ que podem retroalimentar as frágeis estruturas socioeconômicas de médias e pequenas cidades de determinadas regiões do Centro-Oeste.

Vivemos em um mundo em permanente transição, cada vez mais marcado por uma dicotomia crescente entre os problemas sentidos pelos cidadãos e as estruturas sociais de poder. Na verdade, quer os grandes problemas da humanidade (por exemplo, a questão ambiental), quer as questões locais encontram fraca, lenta e ineficiente resposta por parte de um sistema institucional que fora estruturado em

¹ Resultado da Conferência ONU Rio+20 sobre Desenvolvimento Sustentável – realizada em junho de 2012 no Rio de Janeiro, Brasil. A Agenda 2030, originada deste contexto, e adotada pelos 193 países membros da Organização das Nações Unidas (ONU), é um instrumento global que indica as principais metas de ações a serem implementadas em todo o mundo, num horizonte inicial definido para 2030, visando o desenvolvimento global sustentável.

² Em 2010, na 10ª Conferência das Partes das Nações Unidas (COP 10) da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), em Nagoia, no Japão, estabeleceram-se as Metas de Aichi, 20 metas reunidas em 05 objetivos estratégicos para a conservação da biodiversidade, a serem alcançadas por todos até 2020.

³ Conjunto de fatores econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, desenvolvendo atividades econômicas correlatas e que apresentam vínculos de produção, interação, cooperação e aprendizagem.

bases que hoje são, minimamente, obsoletas e incapazes de responder aos dilemas da atual sociedade, seja a centro-oestina ou mesmo, a brasileira.

Não por acaso, o símbolo mais forte para este século é a rede dinâmica. Esta identifica o arquétipo que pode representar toda a inteligência, toda a interdependência, todos os assuntos econômicos, sociais e ecológicos, todas as comunicações, toda a democracia, todos os grupos e sistemas. Nesse contexto, a dinâmica de redes econômicas, na região Centro-Oeste, é epicentro para o novo contexto que se pretende dar à região.

Os novos cenários, da macro à microeconomia, nos indicam que a perspectiva econômica está inexoravelmente no centro da busca da sustentabilidade. Ao examinarmos os pressupostos básicos presentes no cerne do pensamento econômico, desde o advento da industrialização, a ênfase tem sido colocada na extração e no consumo dos recursos, o que criou, durante os últimos 200 anos, técnicas e tecnologias voltadas para o caminho linear do consumo e do desperdício. A ênfase no PNB - Produto Nacional Bruto - e no PIB - Produto Interno Bruto - sugere que o crescimento econômico, em si e a curto prazo, parece ser um benefício.

Porém, ao observamos com mais profundidade, veremos que esse velho modelo não sobreviverá, a longo prazo, e não garantirá o bem-estar da nossa sociedade e a vida para o planeta. Nessa mesma seara, é imperativo destacar que o Centro-Oeste, ao focar sua principal economia nas *commodities* agrícolas, por exemplo, especialmente no cenário de mudanças climáticas que transmitem incertezas, pode vir a comprometer não apenas parte da sua própria economia, mas o seu próprio futuro. Este não deveria ficar atrelado a uma monodependência econômica, devendo, portanto, ter na diversificação da sua economia, na agregação de valor a bens e serviços e na geração inteligente de alternativas sustentáveis de trabalho e renda, palavras de ordem.

É necessário definir um rumo que afirme uma agenda positiva, na qual a região possa, gradativamente e de forma inteligente, promover maior valor agregado para seus produtos e serviços; substituir a imagem de muitos de seus municípios, muitas vezes reivindicadores de apoios, por uma dinâmica de iniciativas de rearranjos internos e de internacionalização; constituir-se como contributo positivo para seus cidadãos e para um conjunto de iniciativas de inovação para o território do Centro-Oeste, que sustente uma alavancagem na produção de conhecimento, inovação, desenvolvimento socioeconômico sustentável, agronegócio pujante e que fortaleça os serviços ecossistêmicos, gerando trabalho, renda e felicidade.

Esse é um rumo em que todos se reforçam, se forem articuladas iniciativas de desenvolvimento sustentável entre os poderes públicos, o terceiro setor e a iniciativa privada, para que se possa implementar um programa efetivo, não apenas teórico, mas, sobretudo, e antes de tudo, ancorado nas realidades múltiplas do Centro-Oeste, capaz de ofertar e materializar alternativas para o desenvolvimento efetivamente sustentável, em sinergia com os 17 ODS, a Agenda 2030 - ONU e outros balizadores que projetam o local no global.

É neste sentido que trabalhamos e é com alegria que apresentamos o Plano Regional de Desenvolvimento para o Centro-Oeste – PRDCO.

1. ANEXO I – DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

1.1. Princípios e diretrizes

1.1.1 Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste - PEDCO 2007-2020 (Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste do Ministério da Integração Nacional - SCO/MI)

O PEDCO incorporou os conceitos de desenvolvimento e de planejamento participativo. Ao adotar o desenvolvimento sustentável como modelo de futuro, procurou articular, ao longo do trabalho, as múltiplas dimensões que envolvem o conceito, especialmente a econômica, a sociocultural e a ambiental, dando um tratamento diferenciado a cada uma delas e, ao mesmo tempo, procurando combinar e confrontar as influências mútuas no sistema regional.

A perspectiva de desenvolvimento sustentável levou o PEDCO, por um lado, a adotar o planejamento estratégico, com visão de longo prazo e preocupação central com os fatores estruturais da realidade e, como consequência, medidas e ações capazes de promover uma reorganização da estrutura econômica, social, tecnológica e ambiental do Centro-Oeste. Nesse sentido, o Plano procurou gerar os movimentos de mudança que levassem a um novo modelo de desenvolvimento regional, orientado para a sustentabilidade.

Por outro lado, a elaboração do Plano adotou uma sistemática de participação e envolvimento da sociedade regional na análise da situação e, principalmente, na formulação dos vetores (programas) e prioridades estratégicas. O processo de trabalho procurou articular o esforço técnico de análise do conhecimento acumulado sobre a região com momentos importantes de consulta à sociedade e discussão das prioridades, de modo a complementar o vasto conhecimento já existente, com a percepção da sociedade sobre a realidade regional e o futuro desejado para o Centro-Oeste.

O envolvimento da sociedade foi realizado de três formas diferentes e complementares, de acordo com o tratamento da questão e com o nível de representação dos participantes, como descrito a seguir:

- a) Consulta à sociedade - Foram utilizadas três técnicas distintas e complementares de envolvimento dos diversos segmentos da sociedade regional, entidades, lideranças, especialistas e formadores de opinião:
 - i. Entrevistas com especialistas e técnicos da Região;
 - ii. Consulta Delfos, método estruturado de manifestação dos formadores de opinião do Centro-Oeste (escolhidos nos três Estados e no Distrito Federal);
 - iii. Oficinas de trabalho com a participação de grupos e segmentos organizados da sociedade centro-oestina;

- b) Reuniões técnicas de trabalho – Foram realizadas várias rodadas de discussões técnicas com um Conselho de Supervisão, reunindo pessoal da SCO - Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste, SDR - Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional do Ministério de Integração Nacional e representantes dos Estados do Centro-Oeste;
- c) Discussão no Conselho de Acompanhamento Político - Espaço de discussão política e técnica, o Conselho de Acompanhamento Político - representantes de ministérios do Governo Federal, dos governos estaduais e de diferentes segmentos da sociedade – analisou e discutiu a primeira versão do Plano, decidindo mudanças e revisão da estratégia.

Na elaboração do PEDCO, tais componentes foram organizados, sendo formulados os vetores (programas) de desenvolvimento e prioridades estratégicas, desmembradas em programas e projetos prioritários para desenvolvimento regional.

1.1.2 Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009

Esta lei instituiu, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO e estabeleceu sua missão institucional, natureza jurídica, objetivos, área de atuação e instrumentos de ação para a região do Centro-Oeste. No seu art. 4º estabelece, dentre outros, que à Sudeco compete:

II - Elaborar o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste [PRDCO], articulando-o com as políticas e os planos de desenvolvimento nacional, estaduais e municipais e, em especial, com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional;

De acordo com o §1º do art. 14 da Lei, são os seguintes objetivos prioritários do PRDCO:

- i. Diminuição das desigualdades espaciais e interpessoais de renda;
- ii. Geração de emprego e renda;
- iii. Redução da taxa de analfabetismo;
- iv. Melhoria das condições de habitação;
- v. Universalização do saneamento básico;
- vi. Universalização dos níveis de educação infantil e dos ensinos fundamental e médio;
- vii. Fortalecimento do processo de interiorização da educação superior;
- viii. Garantia de implantação de projetos para o desenvolvimento tecnológico;
- ix. Garantia da sustentabilidade ambiental;
- x. Atenção ao zoneamento ecológico-econômico e social;

- xi. Redução do custo de transporte dos produtos regionais até os principais mercados domésticos e internacionais.

1.1.3 Política Nacional de Desenvolvimento Regional - Minuta em fase de publicação (Ministério do Desenvolvimento Regional-MDR)

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR tem como finalidade reduzir as desigualdades econômicas e sociais, intra e inter-regionais, mediante a criação de oportunidades que resultem em desenvolvimento regional econômico, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população.

A PNDR tem seu fundamento na mobilização planejada e articulada da ação federal, estadual e municipal, pública e privada, por meio da qual programas e investimentos da União, associados a programas e investimentos dos entes federativos subnacionais, estimulem e apoiem processos de desenvolvimento.

A PNDR orienta-se pelos seguintes objetivos, segundo seu art. 3º:

- i. Promover a convergência dos níveis de desenvolvimento e de qualidade de vida inter e intra regiões brasileiras e a equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento em regiões que apresentem baixos indicadores socioeconômicos;
- ii. Consolidar uma rede policêntrica de cidades, em apoio à desconcentração e à interiorização do desenvolvimento regional e do País, considerando as especificidades de cada região;
- iii. Estimular ganhos de produtividade e aumentos da competitividade regional, sobretudo em regiões que apresentem declínio populacional e elevadas taxas de emigração;
- iv. Fomentar agregação de valor e diversificação econômica em cadeias produtivas estratégicas para o desenvolvimento regional, observando critérios como geração de renda e sustentabilidade, sobretudo em regiões com forte especialização na produção de *commodities* agrícolas ou minerais.

1.1.4 17 Objetivos Globais de Desenvolvimento Sustentável/Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável - Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU)

Esta proposta reflete os novos desafios de desenvolvimento e está ligada ao resultado da Conferência ONU Rio+20 sobre Desenvolvimento Sustentável - que foi realizada em junho de 2012, no Rio de Janeiro, Brasil.

A Agenda global 2030, originada desse contexto e adotada pelos 193 países membros da Organização das Nações Unidas (ONU), é um instrumento que indica as principais metas de ações a serem implementadas em todo o mundo, num horizonte inicial definido para 2030, visando o desenvolvimento global sustentável, e se apoia

em 17 (dezesete) objetivos estratégicos (ODS) cujas diretrizes auxiliam os governos locais e regionais, que os adotarem, a nortearem suas políticas de desenvolvimento sustentável e as suas atividades de cooperação internacional com o objetivo fundamental.

Os 17 objetivos são, em síntese: erradicação da pobreza; erradicação da fome; saúde e bem-estar; educação de qualidade; igualdade de gênero; água limpa e saneamento; energia acessível e limpa; emprego digno e crescimento econômico; indústria inovação e infraestrutura; redução das desigualdades; cidades sustentáveis; consumo e produção responsáveis; combate às alterações climáticas; vida na água e vida na terra; paz, justiça e instituições fortes e parcerias em prol das metas.

1.1.5 Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste – PRDCO 2017-2020 (Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO)

Este PRDCO foi elaborado, pela Sudeco, a partir de uma revisão do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PEDCO 2007-2020), elaborado pela antiga Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste do Ministério da Integração Nacional (SCO/MI). Sua versão final foi aprovada na reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Sudeco/Condel, em 27 de setembro de 2017.

1.1.6 Agenda Estratégica para a Região Centro-Oeste 2020-2023/Agendas para o Desenvolvimento das Macrorregiões Norte, Nordeste e Centro Oeste – Subsídios para a Elaboração do PPA 2020-2023 (Ministério da Integração Nacional - MI)

Segundo a Agenda, a leitura da dinâmica econômica recente no Centro-Oeste informa que as estratégias mais amplas de desenvolvimento produtivo que concorram para a redução das desigualdades não podem negligenciar, de partida, o papel que essa Região exerce no contexto mundial; também não podem negligenciar a necessária promoção de uma relação simbiótica entre as potencialidades do território, a contenção dos riscos ambientais e a inclusão socioproductiva.

Corroborando essa assertiva, defende-se que a aposta estratégica para a região Centro-Oeste, no próximo ciclo do planejamento, seja: ***Promoção da agregação de valor e diversificação econômica sustentável nas regiões com forte especialização em commodities, priorizando a atuação nas cidades médias e em suas áreas de influência.***

Isso porque, como observado, o Centro-Oeste é um grande vetor econômico em escala nacional, cujo setor primário recebe forte destaque, notadamente em produção de grãos e pecuária de corte. A diversificação produtiva proposta almeja adensar cadeias produtivas desse setor, promovendo um efeito de espraiamento da desconcentração de renda e de queda da dependência do mercado externo de

commodities, potencializando investimentos em ciência e tecnologia e inovação que poderão destacar ainda mais a economia regional, ao aliar os valores da sustentabilidade, do uso racional dos recursos hídricos e da proteção de áreas ambientalmente frágeis.

A priorização da atuação nas cidades médias da Região visa descentralizar e interiorizar o desenvolvimento, atualmente bastante polarizado pelas capitais e, especialmente, pelo eixo Brasília - Anápolis - Goiânia. Com isso, busca-se estimular o surgimento de centros preparados para ancorar a desconcentração produtiva, contribuindo para a diversificação e adensamento de novas atividades econômicas, além de melhorar o acesso da população à serviços públicos de qualidade, reduzindo a pressão sofrida pelos grandes centros urbanos regionais.

Essa aposta estratégica desdobra-se em quatro eixos setoriais de intervenção, interdependentes e complementares entre si, que são aderentes aos eixos setoriais definidos na nova PNDR:

- i. Desenvolvimento produtivo (sustentável);
- ii. Ciência, Tecnologia e Inovação;
- iii. Educação e Qualificação profissional; e
- iv. Infraestruturas econômica e Urbana.

Evidencia-se aí a opção por uma abordagem sistêmica na formulação e implementação da estratégia de desenvolvimento produtivo. A estruturação e o fortalecimento de arranjos e sistemas produtivos e inovativos, com base local no Centro-Oeste, devem estar articulados aos seus correspondentes nas demais escalas (regional, nacional e global) e serem orientados pela PNDR.

Em síntese, os eixos e suas ações prioritárias correspondentes serão a seguir apresentados:

Eixo 1 - Desenvolvimento Produtivo Sustentável – Tem como objetivo a promoção da diversificação econômica, considerando o conceito de desenvolvimento regional sustentável adotado por esse Plano, que articula o aumento da competitividade da economia, a elevação da qualidade de vida da população e a conservação ambiental. Esse Eixo compreende quatro ações:

	AÇÃO	OBJETIVO
1	AGREGAÇÃO DE VALOR AOS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO	Gerar/promover oportunidades de agregação de valor com potencial econômico e investir em novas indústrias de beneficiamento.

2	PROMOÇÃO DE ALTERNATIVAS PARA A DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA	Favorecer o investimento em produtos de alto valor agregado (fármacos, cosméticos); investir em novas cadeias produtivas (indústria da defesa, logística e equipamentos); e buscar o adensamento das cadeias produtivas.
3	INCLUSÃO PRODUTIVA E GERAÇÃO DE RENDA	Agregar valor aos sistemas e arranjos produtivos locais (rotas de Integração: ecoturismo, agroecologia, agropecuária); incentivar o associativismo e o cooperativismo; e incentivar a regularização fundiária e fortalecimento da agricultura familiar.
4	DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO	Identificar novos polos, estruturar os polos existentes, garantir a acessibilidade, promover e divulgar esses polos. Tudo isso porque os recursos naturais e as belezas cênicas regionais constituem grande potencial para a expansão do turismo e do ecoturismo.

Eixo 2: Ciência, Tecnologia e Inovação - O desenvolvimento tecnológico é alicerce a ser observado para que a região consolide e amplie sua competitividade e, ao mesmo tempo, aprimore os processos de aproveitamento dos recursos naturais, além de desenvolver novos produtos e formas de utilização ambiental sustentáveis. Compreende três ações:

	AÇÃO	OBJETIVO
1	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ALTO CONTEÚDO TECNOLÓGICO	Apoiar projetos em setores estratégicos (defesa, agropecuária, fármacos) e em laboratórios de análise da qualidade da produção (certificação e rastreabilidade).
2	APOIO ÀS AÇÕES DE P, D & I	Firmar parcerias com universidades, institutos federais e empresas de pesquisas; incentivo a <i>startups</i> ; aproximar as instituições de ensino e pesquisa do setor produtivo com a estruturação de parques tecnológicos.
3	DIFUSÃO DE TECNOLOGIAS LIMPAS	Incentivar a produção e a utilização de energia solar, de biocombustíveis e da energia gerada nas pequenas centrais hidrelétricas (PCHs).

Eixo 3: Educação e Qualificação Profissional - Tem por finalidade a qualificação do capital humano regional para ampliação da empregabilidade em novas atividades econômicas que permitam uma diversificação da estrutura produtiva, como o turismo, a indústria e os serviços avançados. Desdobra-se em três ações:

	AÇÃO	OBJETIVO
1	AMPLIAÇÃO E INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO TÉCNICO E PROFISSIONALIZANTE	Promover o fortalecimento da capacidade profissional associada à diversificação das cadeias produtivas estratégicas, por meio de parcerias com universidades, institutos federais, sistema “S”.
2	PROMOÇÃO DE NOVAS MODALIDADES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO	Apoiar/promover os sistemas e arranjos produtivos locais (rotas de Integração: ecoturismo, agroecologia, agropecuária) e novas atividades econômicas que permitam a diversificação produtiva, como o turismo, a indústria e os serviços avançados, por meio de parcerias com universidades e Institutos Federais (bolsistas de extensão) e o setor produtivo.
3	QUALIFICAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL E ESTADUAL	Promover o fortalecimento institucional de estados e municípios com ações de fortalecimento da capacidade, por exemplo, em elaboração de projetos; firmar parcerias entre Sudeco, Enap, governos estaduais e municipais.

Eixo 4: Infraestrutura Econômica e Urbana – Corresponde à integração inter e intrarregional. Compreende três ações:

	AÇÃO	OBJETIVO
1	INCENTIVO À REDUÇÃO DOS CUSTOS DE TRANSPORTE DA PRODUÇÃO REGIONAL	Viabilizar a multimodalidade na logística regional, para facilitação do escoamento dos novos produtos regionais. Por exemplo, apoio e fomento para construções de ferrovias, de rodovias e de hidrovias.
2	AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA ECONÔMICA, LOGÍSTICA E URBANA	Consolidar a aviação regional, ampliar rodovias, ferrovias e hidrovias; infraestrutura de telecomunicações (internet, redes móveis); infraestrutura de armazenagem.
3	FORTALECIMENTO DA GESTÃO MUNICIPAL	Incentivar a formação de consórcios de municípios; infraestrutura de TICs; gestão de saneamento e resíduos sólidos; mobilidade urbana; integração intrarregional (rede de cidades).

1.1.7 Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social– 2020-2031 – ENDES (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG)

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Endes) do Brasil para os anos de 2020 a 2031 foi concebida com o objetivo de orientar, articular e influenciar as discussões dos demais instrumentos do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado (planos nacionais, setoriais e regionais e o Plano Plurianual – PPA da União), sendo mais um passo na busca de melhorar a governança para as ações do Estado brasileiro.

Foi construída a partir da convergência de estudos e reflexões, de longo prazo, publicados por órgãos de pesquisa e planejamento da administração pública federal, de reuniões com os ministérios do Governo Federal e de consulta pública, junto à sociedade e especialistas, colhendo visões diversas e setoriais, com vistas a oferecer um planejamento de longo prazo ao País. A elaboração desse documento também foi influenciada pela Agenda 2030, da ONU, a qual expressa os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), integrados e indivisíveis, que visam promover, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental.

Ressalte-se que a ENDES é um dos instrumentos do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, sendo que os detalhamentos das políticas públicas deverão ser apresentados nos respectivos planos nacionais, setoriais, regionais e no PPA.



A Estratégia Nacional se organiza em uma diretriz principal, que é “*eleva a renda e a qualidade de vida da população brasileira, com redução das desigualdades sociais e regionais*”, e em cinco eixos, que contemplam, de forma agregada, os setores propulsores do desenvolvimento do País nos próximos doze anos, a saber: econômico, institucional, infraestrutura, ambiental e social. Como se nota, as três dimensões do desenvolvimento sustentável (econômica, social e ambiental), bases da Agenda 2030, estão presentes nos eixos da Estratégia Nacional, com a opção de explicitar como eixos estruturantes as dimensões institucional e de infraestrutura.

- **Diretriz do Eixo Econômico:** Alcançar o crescimento econômico sustentado, com foco no ganho de produtividade, assegurando a redução das desigualdades sociais e regionais e a sustentabilidade ambiental;
- **Diretriz do Eixo Institucional:** Aprimorar a governança do Estado, com foco na melhoria da entrega de serviços públicos ao cidadão e do ambiente de negócios e na garantia da soberania nacional;
- **Diretriz do Eixo Infraestrutura:** Fomentar o desenvolvimento integrado da infraestrutura com foco no ganho de competitividade e na melhoria da qualidade de vida, assegurando a sustentabilidade ambiental e propiciando a integração nacional e internacional;
- **Diretriz do Eixo Ambiental:** Promover o uso sustentável dos recursos naturais e a transição para uma economia de baixo carbono, com foco na aplicação de tecnologias ambientalmente adequadas que contribuam para o desenvolvimento econômico e social;
- **Diretriz do Eixo Social:** Promover o bem-estar, a cidadania e a inclusão social, com foco na igualdade de oportunidades e no acesso a serviços públicos de qualidade, por meio da geração de renda e redução das desigualdades sociais e regionais.

1.1.8 Consulta Pública nº 01/ 2019 (Diário Oficial da União, seção 3, p.22, nº 51, sexta-feira, 15 de março de 2019)

A consulta pública é um mecanismo de participação social utilizado para receber propostas e contribuições da sociedade e contribui para a transparência dos atos públicos. Sendo assim, a Sudeco, com intuito de dar maior abrangência e publicidade à elaboração deste PRDCO, publicou Consulta Pública nº 01/ 2019 (Diário Oficial da União, seção 3, p.22, nº 51, sexta-feira, 15 de março de 2019).

1.1.9 Cenários projetados pelo PEDCO 2007-2020 e sua avaliação

Os cenários aqui apontados foram antevistos pelo Plano de Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste - PEDCO - para 2007-2020. Tais cenários impuseram uma avaliação e uma projeção vinculada aos desafios e à visão de futuro que se espera para a região, considerando as diretrizes expressas neste presente

Plano, todas ancoradas na perspectiva de um **desenvolvimento regional sustentável**.

Quando da elaboração do PEDCO, a elaboração dos cenários alternativos do Centro-Oeste procurou situar a região dentro das condições e influências que recebe do ambiente internacional, particularmente do comércio mundial, e do macro ambiente brasileiro com desempenhos diferenciados de variáveis de grande impacto na região. O perfil da economia regional, com presença forte nos mercados mundiais de agronegócio, acentua a influência dos processos externos sobre o desempenho do Centro-Oeste. Os cenários resultam, assim, da interação das influências externas (mundiais e nacionais) com os seus processos internos.

O processo de construção de cenários seguiu quatro grandes passos sequenciados que organizam a reflexão estruturada em torno da região e do seu contexto externo:

1. Identificação das grandes incertezas que podem definir as alternativas futuras do mundo, do Brasil e da região;
2. Formulação de hipóteses plausíveis de comportamentos futuros dessas incertezas;
3. Combinação das diferentes hipóteses das incertezas, formando o conjunto das possibilidades de futuro;
4. Análise de consistência das combinações, que identificam as combinações consolidadas e considera que somente esses conjuntos consistentes formam as bases dos cenários.

Aqui são apresentados os cenários do Centro-Oeste, de acordo com o PEDCO 2007-2020, bem como uma avaliação desses de acordo com a realidade do presente momento, o que leva à validação de alguns aspectos dos cenários, postos em seção subsequente.

Considerou-se que o Centro-Oeste é uma região dinâmica, baseada na moderna agropecuária, com forte integração comercial no contexto mundial e nacional, apesar de conviver com importantes estrangulamentos na infraestrutura, principalmente na logística, devido a pouca infraestrutura existente no setor e à grande distância dos mercados consumidores. A economia centro-oestina apresenta, contudo, uma baixa agregação de valor dos seus principais produtos de exportação (fundamentada em *commodities*, e não em produtos) e uma vulnerabilidade às condições do mercado internacional com flutuação de preços das *commodities*.

Em uma outra perspectiva, também a expansão da economia regional tem gerado resultados modestos nas condições de vida da população, além de impactos negativos nos ecossistemas em razão do modelo de desenvolvimento econômico, uso e ocupação do solo, tecnologias e visão focada apenas na exploração sistêmica dos ativos dos territórios.

Entretanto, nos últimos anos têm havido algumas mudanças importantes na organização econômica e social do Centro-Oeste. Além disso, na própria região amadurecem processos diferenciados, ainda que pontuais e pouco sistêmicos, como a diversificação da produtividade, a agregação de valor às atividades agropecuárias e a busca de políticas públicas que ampliem os benefícios sociais do crescimento e que estabeleçam relações mais equilibradas com os ecossistemas regionais.

Embora ainda tímidos, os movimentos internos e externos podem preparar alternativas futuras, distintas para a região. Assim, além dos determinantes externos, que decorrem dos cenários mundiais e nacionais, é importante analisar os processos que emergem internamente para antecipar os cenários alternativos.

Os futuros alternativos recebem forte influência das variáveis externas, com desempenho diferenciado, segundo o cenário que venha a prevalecer nas próximas décadas. Os cenários regionais são, portanto, o resultado da combinação das influências externas com os processos internos, estes também relativamente dependentes do ambiente. Assim, para chegar aos cenários, é necessário combinar e articular as hipóteses das incertezas críticas internas com os futuros possíveis do contexto mundial, que se expressam nos cenários mundiais (destacam-se as variáveis que impactam no Centro-Oeste), e do ambiente externo brasileiro, expresso pelos três cenários nacionais (destacam-se as variáveis que impactam diretamente a região).

Aqui se apresentam, de forma sintética, os cenários vislumbrados naquele momento:

a) CENÁRIO A – Continua a Velha Onda

Ideia-força: o Centro-Oeste mantém taxas altas de crescimento econômico integrado à economia mundial, com moderada diversificação da estrutura produtiva, parcial adensamento das cadeias produtivas e leve agregação de valor, acompanhado de melhoria lenta da qualidade de vida e leve redução da degradação ambiental.

b) CENÁRIO B – Nova Onda de Crescimento Sustentado

Ideia-força: acelerado crescimento econômico, com forte integração mundial, acompanhado de intensa diversificação da estrutura produtiva e amplo adensamento das cadeias produtivas, com agregação de valor, complementado pela rápida melhoria da qualidade de vida, moderada redução da degradação ambiental e ampla recuperação de áreas degradadas.

c) CENÁRIO C – O Ciclo Interrompido

Ideia-força: crescimento econômico médio, levemente superior ao brasileiro, integrado ao mercado mundial e nacional, com lenta e limitada diversificação da estrutura produtiva e adensamento restrito de algumas cadeias produtivas,

convivendo com baixos indicadores sociais e com continuada degradação ambiental.

A Matriz 1 mostrou a combinação das hipóteses das incertezas críticas endógenas com os cenários mundiais e nacionais e a Matriz 2 trouxe uma comparação entre os três cenários anteriormente previstos:

Matriz 1 - Combinação de Hipóteses das Incertezas Críticas do Centro-Oeste (PEDCO 2007-2020).

	CENÁRIO A	CENÁRIO B	CENÁRIO C
Contexto Contexto Nacional	Parcial abertura comercial, moderado mercado de carbono, aumento moderado da demanda de alimentos, água e energia com moderada alteração da matriz e fluxo turístico moderado.	Ampla abertura comercial, forte mercado de carbono, acelerado crescimento da demanda de alimentos, água e energia com intensa alteração da matriz e fluxo turístico amplo.	Abertura limitada e seletiva, limitado mercado de carbono, expansão tímida da demanda de alimentos e água, moderada de energia, com limitada alteração da matriz e fluxo turístico médio.
Incertezas críticas endógenas	Moderados investimentos em IEE e médio investimento privado, crescimento moderado, expansão rápida da demanda de energia, leve redução das desigualdades regionais, e média expansão do mercado interno	Alto investimento em IEE e forte retomada dos investimentos privados, crescimento alto, aumento significativo da demanda de energia, moderada redução das desigualdades regionais, e rápida expansão do mercado interno	Baixo investimento em IEE e contenção dos investimentos privados, crescimento médio e instável, aumento médio da demanda de energia, manutenção das desigualdades regionais, e mercado interno contido
Política ambiental dos Estados	Eficaz no controle e fiscalização (reativa) e harmonizada nos Estados	Eficaz, harmonizada nos Estados e indutora da mudança (proativa)	Restritiva, desorganizada (dispersa e pontual) e ineficaz
Investimento em infraestrutura e logística	Ampliação moderada da malha de transporte e da rede elétrica	Ampliação da malha integrada de transporte e da rede elétrica (continental)	Leve redução nos estrangulamentos (investimentos moderados)
Inovação e desenvolvimento tecnológico	Intensa e seletiva inovação	Intensa e ampla inovação	Moderada e seletiva Inovação
Ideias - Força	Crescimento alto c/moderada diversificação e adensamento das cadeias produtiva, leve melhora da qualidade de vida e leve redução da degradação ambiental.	Acelerado crescimento c/intensa diversificação e adensamento das cadeias produtivas, forte melhora da qualidade de vida e moderada redução da degradação e recuperação de áreas degradadas.	Crescimento médio c/limitada diversificação e adensamento das cadeias produtivas, persistência de baixos indicadores sociais e continuada degradação ambiental.

Quadro comparativo dos cenários do Centro-Oeste (PEDCO 2007-2020).

	CENÁRIO A	CENÁRIO B	CENÁRIO C
Crescimento econômico	Alto com aumento da participação no BR	Acelerado com forte aumento da participação	Médio c/manutenção da participação
Taxa de Crescimento do PIB do CO (méd.do período)	5.2	7.7	3.5
Crescimento econômico acima do Brasil	1.5	1.9	0.9
PIB CO (2020) R\$ mil	291,566	417,471	218,835
Participação do CO no PIB do Brasil (2020)	9.45%	9.80%	8.66%
PIB <i>per capita</i> do CO (2020) R\$	18521.38	26519.32	13901.24
Participação do CO no PIB <i>per capita</i> do Brasil (2020)	132.10	137.12	121.06
Comércio exterior	Integração moderada com leve diversificação da pauta de exportação	Forte integração com diversificação da pauta de exportação	Integração média c/pauta centrada em bens primários
Participação do CO nas exportações brasileiras (2020)	7.57%	5.94%	6.57%
Abertura externa (Exportação como percentual do PIB)	31.55	20.10	25.74
Pauta de exportação (percentual de bens primários no total)	68.44	57.81	68.75
Crédito de carbono	Parcial aproveitamento do mercado	Amplamente aproveitamento do mercado	Tímido aproveitamento do mercado
Inovação tecnológica	Aumento da produtividade e difusão controlada dos transgênicos com moderado domínio	Melhoria significativa e intensa difusão de tecnologias sustentáveis com domínio tecnológico	Pequeno aumento da produtividade e difusão de transgênicos c/pouco controle e domínio
Pesquisadores p/milhão de habitantes	800.94	953.24	671.60
Diversificação produtiva	Moderada com turismo, serviços.	Ampla com turismo, serviços e indústria, incluindo bio-indústria.	Limitada diversificação restrita a turismo e serviços
Adensamento das cadeias produtivas	Parcial	Amplamente e intenso para frente e para trás	Restrito a pequeno beneficiamento
Qualidade de vida	Moderada melhoria	Melhoria rápida e significativa	Melhoria lenta
Abastecimento de água (% de domicílios)	94.55	99.36	89.96
Esgotamento sanitário (% domicílios)	53.81	89.89	45.29
Mortalidade infantil (óbitos em mil)	15.06	5.57	18.35
Índice de pobreza (% população)	20.98	8.54	27.51
Concentração de renda (índice de Gini)	0.55	0.51	0.60
Nível de escolaridade (anos médios de estudo)	10.74	12.79	9.01
Taxa de analfabetismo (% de 15 anos e mais)	7.01	5.94	7.68
Taxa de analfabetismo funcional (% de 15 anos e mais)	16.75	14.20	18.36
Nível de inclusão digital (posse de computador e acesso à <i>internet</i>)	22.40	26.65	18.78
Degradação ambiental	Leve redução da degradação ambiental	Moderada redução com ampla recuperação de áreas degradadas	Persistência da degradação ambiental
Cobertura florestal no Cerrado (% de floresta remanescente)	34.63	43.86	36.43
Cobertura florestal na floresta tropical (% de floresta remanescente)	48.54	60.88	51.06
Cobertura florestal no Pantanal (% de floresta remanescente)	75.08	84.67	78.16

1.1.9.1. Avaliação dos cenários projetados

Na elaboração do PEDCO foram projetados 03 (três) cenários de futuro para o Centro-Oeste, considerando um período de cerca de uma década. No presente Plano foram feitas atualizações dos indicativos econômicos e sociais previstos nos cenários, as quais produziram propostas de programas, metas e ações indicativas de combate aos fatores que se mostraram aquém das expectativas previstas.

Essa análise dos cenários verificou que o Brasil apresentou uma redução acentuada em sua atividade econômica durante os anos de 2015 e 2016. O Produto Interno Bruto (PIB) registrou uma queda de 3,5% e 3,3%, respectivamente, em 2015 e 2016, na comparação com os valores dos anos imediatamente anteriores. A diminuição na atividade registrada em 2016 foi disseminada por toda a economia, uma vez que a agropecuária, a indústria e o setor de serviços apresentaram redução no volume produzido. Nesse ano, o PIB *per capita* nacional apresentou uma queda de 4,1% em relação a 2015 e a taxa de investimento atingiu o menor patamar, desde 1995.

A partir da análise dos dados mais recentes, a respeito do desempenho do Centro-Oeste, percebe-se que houve uma queda em sua atividade econômica, durante a recessão que assolou o País. Assim como o restante do Brasil, o Centro-Oeste também sentiu os efeitos dessa retração econômica. Em 2016, o PIB da região apresentou uma variação negativa de 2,1% em relação a 2015, quando a economia regional já havia encolhido 2,6%, na comparação com 2014. Esse desempenho impactou, de maneira significativa, o crescimento econômico médio da região nos últimos anos. Mesmo assim, houve um aumento na sua participação no PIB brasileiro.

No período de 2007 a 2016, o Centro-Oeste teve uma taxa de crescimento média de 2,8% ao ano, enquanto que o Brasil registrou um aumento médio de 1,6% e as demais regiões, taxas inferiores a 2,5% ao ano. Com isso, de 2007 a 2016, a Região Centro-Oeste foi a que apresentou o maior crescimento percentual de participação relativa no PIB do País, passando de 8,6% para 10,1%, patamar acima do previsto para 2020 pelo cenário B do PEDCO. O PIB alcançou, em 2016, a cifra de 632,89 bilhões de reais, valor superior à projeção mais otimista do documento.

Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás registraram queda em seus níveis de produção no biênio 2015/2016, em comparação com os valores apurados nos anos imediatamente anteriores. Em 2016, o resultado apurado para Mato Grosso e Mato Grosso do Sul foi influenciado pela redução da produção da agropecuária, setor de grande relevância para esses estados, já que eles são as duas unidades da Federação em que esse setor tem maior participação em suas economias. Nessa área, a agricultura teve o maior recuo. Condições climáticas desfavoráveis, como períodos de estiagem, afetaram algumas lavouras e geraram perdas de produção em algumas culturas dessas localidades.

Em Goiás, embora a agropecuária seja um setor relevante para a produção local, o segmento mais afetado pela retração econômica, em 2016, foi a indústria, com uma queda em seu volume produzido de 4,5% e redução de sua participação em relação à economia goiana. Assim como aconteceu com os respectivos indicadores nacionais, a produção das indústrias de transformação, extrativas e da construção apresentaram queda, em comparação com os valores observados em 2015.

Já o Distrito Federal, na comparação com os anos imediatamente anteriores, registrou uma redução em seu nível de produção, em 2015, e estabilidade, em 2016. Isso ocorreu principalmente em virtude do setor governamental, que possui um peso relevante na economia brasileira. A produção proveniente da administração pública não oscila muito, em comparação com outras atividades. Dessa forma, quando ocorre uma queda generalizada em outros setores, a atividade governamental contribui para que o resultado agregado da produção local não seja tão afetado.

Além disso, em 2016, o PIB *per capita* anual da região chegou ao patamar de R\$ 40.411,86, o que é 52,4% acima da maior estimativa do PEDCO para 2020. Esse resultado deve-se principalmente ao Distrito Federal, onde se encontra a maior parte da administração pública brasileira, cuja renda *per capita* de R\$ 79.099,77 é mais de duas vezes e meia maior que a média brasileira (R\$ 30.411,30). O indicador regional representou 132,88% do PIB *per capita* nacional em 2016, valor um pouco superior ao que foi projetado para 2020 pelo cenário A do PEDCO.

Em relação ao comércio exterior, no período de 2007 a 2016, as exportações do Centro-Oeste aumentaram significativamente a sua participação em relação às vendas externas do País. Elas saltaram de cerca de 6,04% do total exportado pelo Brasil, em 2007, para aproximadamente 12,28%, em 2016. Esse percentual oscilou pouco nos últimos anos, chegando a 12,35%, em 2018. Isto representa valor sensivelmente superior a todas as previsões do PEDCO estabelecidas em 2007.

Isso mostra uma integração da economia regional à economia mundial, principalmente na América do Sul, mas não ocorreu diversificação da sua pauta de exportações. Houve uma intensificação do comércio de bens de baixo valor agregado, com destaque para as *commodities* agrícolas. Os produtos básicos representaram cerca de 83,2% do total exportado pela região em 2018, o que demonstra uma concentração bem relevante. Além disso, a baixa participação de produtos agropecuários beneficiados e bens industrializados nas exportações locais e o fato de que boa parte dos insumos agropecuários (tais como fertilizantes, defensivos, máquinas e implementos agrícolas) é importada, demonstram que não houve intensificação do adensamento das cadeias produtivas.

A inovação tecnológica, fator importante para o aumento de produtividade e de crescimento econômico de longo prazo, tem um papel fundamental para o desenvolvimento da região. A incorporação de novas tecnologias ao setor agropecuário foi importante para que os bens produzidos localmente se tornassem

mais competitivos no mercado mundial. Um exemplo disso é o crescimento da adoção da biotecnologia, com o aumento da produção de transgênicos.

Nessa área, o número de pesquisadores por milhão de habitantes cresceu de cerca de 528,35 para 1.209,57 entre 2006 e 2016. Patamar acima dos 1.054,38 pesquisadores por milhão de habitantes no Brasil. Isso mostra uma evolução. Entretanto, é necessário que os investimentos em ciência e tecnologia sejam intensificados e que haja uma aproximação entre a academia e o setor produtivo para que os ganhos provenientes das pesquisas sejam disseminados entre os diversos setores da economia.

Em relação à qualidade de vida, apesar de alguns avanços, verifica-se que a região ainda possui uma série de problemas a serem enfrentados no que se refere às infraestruturas urbanas. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do IBGE, o percentual de domicílios com acesso à rede geral de distribuição de água era 86,8%, em 2017. Já o percentual de domicílios com acesso à rede geral de esgoto ou a sistemas sépticos era 52,8%, nesse mesmo ano. Cabe ressaltar as distorções existentes dentro da própria região, já que, enquanto no Distrito Federal 93,6% dos domicílios possuíam acesso à rede geral de abastecimento de água em 2017, no Mato Grosso do Sul, esse valor era de 87,9%, em Goiás, 86,2% e em Mato Grosso, 80,8%. Em relação ao esgotamento sanitário, 86,6% dos domicílios do Distrito Federal possuíam acesso à rede coletora de esgoto ou à fossa ligada à rede; em Goiás, esse percentual era de 53,1%; e em Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, respectivamente, 41,4% e 29,8%, em 2017.

O enfrentamento dessas questões envolve investimentos bem elevados, cujos prazos de retorno são muito grandes. Dessa forma, o Estado é um importante agente para sanear os problemas dessa área, através da prestação de serviços de forma direta ou por meio de concessões à iniciativa privada, o que demanda uma ação regulatória do poder público. Entretanto, cabe ressaltar que como vários entes federativos possuem dificuldades estruturais, como falta de pessoal qualificado para atender as demandas locais e problemas de caixa para realização de investimentos, é necessária uma integração entre as iniciativas públicas e as iniciativas privadas de caráter inovador, com o intuito de viabilizar projetos nesse segmento.

Em relação à atenção à infância, o aumento do acesso a serviços de saúde materna e infantil fizeram com que a mortalidade infantil, que mostra a razão entre as mortes de crianças até um ano de idade e o número de nascidos vivos, em determinada localidade e ano, caísse de 18,5, em 2007, para 14,4 mortes para 1000 nascidos vivos em 2016, uma redução de 22,2% no período. Apesar disso, se esse indicador permanecer nesse ritmo de queda, ele não atingirá o que foi prospectado para o cenário mais otimista do PEDCO. No Distrito Federal, a mortalidade infantil foi de 10,5%, em 2016, e de 10,3%, em 2017 - em ambos os casos, a sexta menor entre todas as unidades da Federação.

No que diz respeito à desigualdade, a região ainda apresenta uma concentração de renda relevante. Em 2017, o índice de Gini do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* para o Centro-Oeste foi estimado em 0,536. Considerando esse indicador, o Distrito Federal foi a segunda unidade federativa mais desigual do País, nesse ano. Além disso, de acordo com o IBGE, considerando a linha de pobreza proposta pelo Banco Mundial, a proporção de pessoas pobres na região era de 16,9% da população, em 2017, o que representava mais de 2,5 milhões de pessoas.

Na educação, em 2017, o número médio de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi 9,7 e a taxa de analfabetismo dessas pessoas foi 5,2%. Já a taxa de analfabetismo funcional atingiu o patamar de 15,9% em 2016. Em termos de alfabetização, a discrepância entre os indicadores do Distrito Federal e os dos três estados que compõem a região é relevante. Enquanto a taxa de analfabetismo do Distrito Federal atingiu o patamar de 2,5% para o período em questão, a das demais unidades do Centro-Oeste foi igual ou superior a 5%. Já a taxa de analfabetismo funcional foi 9,3%, para o DF, e superior a 16%, para os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás.

Quanto ao processo de inclusão digital, por sua vez, verifica-se que 46,2% dos domicílios da região possuíam computador e 40,1% dos domicílios tinham acesso à internet, nesse tipo de dispositivo em 2017. Valor sensivelmente superior a todas as estimativas dos cenários do PEDCO para 2020. Além disso, 96,9% dos domicílios continham telefone móvel celular e 76,2% possuíam acesso à *internet* em algum equipamento, como computador, *tablet*, telefone celular, televisão ou outro.

As produções do setor agrícola e da pecuária vieram acompanhadas de algumas pressões antrópicas sobre o principal bioma da região, já que a cobertura florestal do Cerrado no Centro-Oeste passou de 41,1% em 2008 para 40,7% em 2010. A Amazônia, ocupante de cerca de pouco mais da metade do território mato-grossense, registrou taxas de desmatamento anuais, em km², positivas entre 2007 e 2017. Isso também aconteceu com o Cerrado. Já o Pantanal, localizado nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, teve 15,4% de sua área original desmatada até 2009.

Além disso, as emissões dos gases de efeito estufa, metano e óxido nitroso, relacionadas à agropecuária, como, por exemplo, as emissões devido ao manejo de dejetos animais, solos e queima de resíduos agrícolas, aumentaram, respectivamente, 8,9% e 26,1%, entre 2007 e 2015. O Centro-Oeste, entre as regiões brasileiras, foi o principal responsável por essas emissões. Em 2015, cerca de 30,0% das emissões de metano e 28,5% das de óxido nitroso relacionadas ao setor agropecuário partiram da região. No que tange às emissões de dióxido de carbono, as resultantes da aplicação de calcário em solos agrícolas para a correção de acidez, aumentaram de 3 para 4,9 milhões de toneladas, entre 2007 e 2015, um crescimento de mais de 61%.

Apesar dos avanços tecnológicos, com a utilização de máquinas e equipamentos mais eficientes, o que propiciou um elevado crescimento da produtividade no campo, o uso sustentável do solo, das florestas, dos campos e dos recursos hídricos continua sendo um desafio que precisa ser superado pelos governos (estaduais e locais) e pela iniciativa privada. A intensificação de medidas que preservem o meio ambiente, como a diminuição do desmatamento, o reflorestamento de áreas degradadas e o uso de práticas de manejo sustentável, são fundamentais para que não haja um esgotamento dos recursos naturais essenciais para o desenvolvimento da região e, sobretudo, para que não haja uma redução drástica nos serviços ecossistêmicos que são fundamentais para os processos produtivos e de manutenção da vida nas cidades.

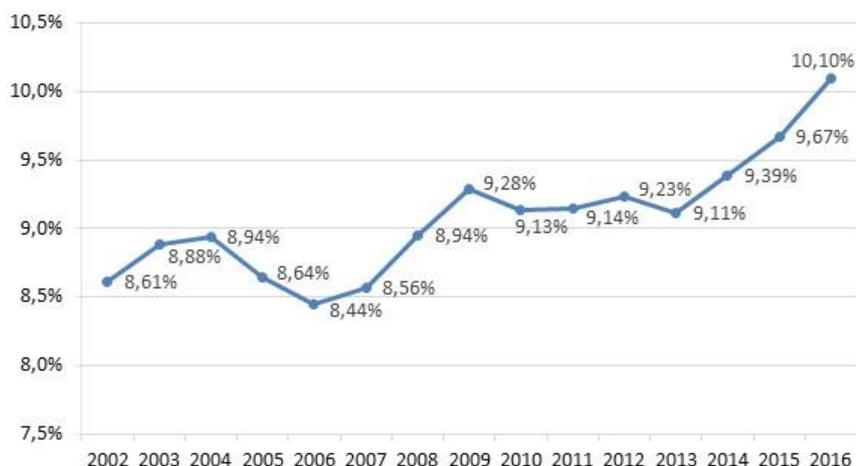
Ao analisar os resultados da economia do Centro-Oeste, verifica-se que não houve um processo de diversificação dos sistemas econômicos locais e regionais, resultando, em sua grande parte, em monodependências produtivas que comprometem o futuro de muitas regiões. Dessa forma, é importante que, além de continuar a desenvolver a atividade agrícola, a região diversifique sua base produtiva, agregando valor aos produtos hoje produzidos, ampliando a oferta de produtos, aumentando os investimentos em áreas estruturantes como infraestrutura, educação e inovação com o intuito de elevar o nível e qualidade da produtividade local e regional para que haja aumento e diversificação de sua capacidade produtiva e, portanto, desenvolvimento sustentável e integrado, a partir de uma plataforma de longo prazo.

Esses investimentos, um ambiente de negócios mais amigável, com menos entraves burocráticos, tributários e de infraestrutura, e políticas públicas ativas fundadas em parcerias que apontem para o desenvolvimento regional sustentável são fundamentais também para o enfrentamento de problemas relacionados às questões sociais. Um aumento do acesso a melhores serviços de saneamento básico, educação, saúde e segurança pública e a inserção de pessoas com melhor qualificação no mercado de trabalho ajudarão a diminuir as desigualdades regionais, melhorar a distribuição de renda, a corresponsabilidade social e a melhoria da qualidade de vida da população.

1.1.10 Contexto: aspectos sócio econômicos do Centro-Oeste

Ao longo das últimas três décadas, de maneira geral o Centro-Oeste passou por uma onda acelerada de crescimento econômico e ocupação demográfica. Como região de fronteira com amplo processo migratório, o Centro-Oeste apresentou taxas de crescimento econômico quase sempre superiores ao crescimento nacional, nos últimos quinze anos, aumentando sua participação no PIB e no PIB *per capita* do Brasil. Como mostra o gráfico 1, a participação do Centro-Oeste na economia brasileira tem se ampliado, chegando ao patamar de cerca de 10,1% do PIB brasileiro em 2016.

Gráfico 1 – Participação do Centro-Oeste no PIB do Brasil – 2002 a 2016



Fonte: Sistema de Contas Regionais - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Elaboração: Sudeco.

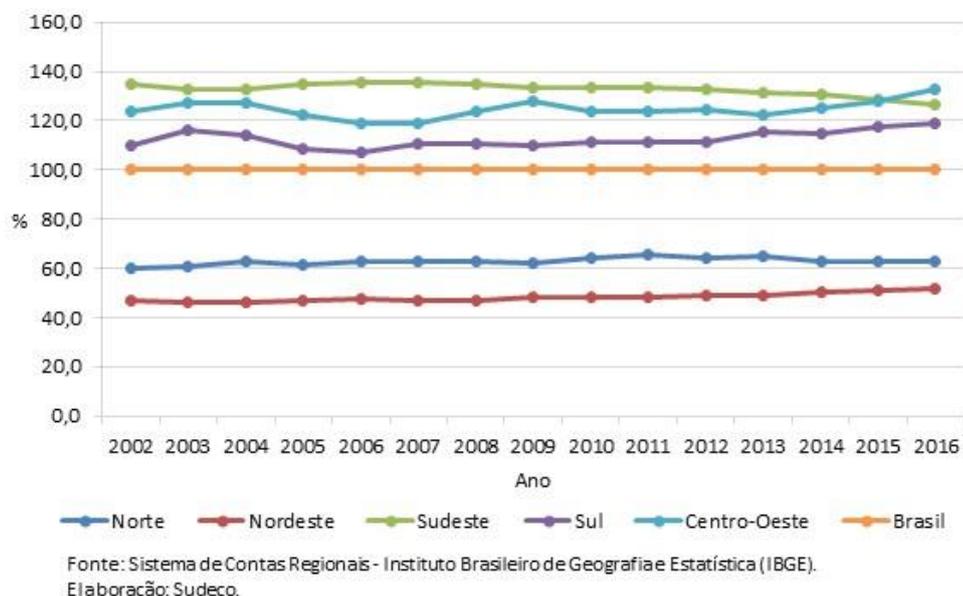
Esse movimento reflete o crescimento econômico diferenciado da região. Entre 2002 e 2016, o produto interno bruto do Centro-Oeste registrou uma expansão média anual de 3,6%, impulsionado pelo Mato Grosso (4,7% ao ano), e maior que a registrada para a economia nacional, que foi de 2,5% ao ano. Entre as regiões brasileiras, o Centro-Oeste foi superado, em sua intensidade de crescimento no período, apenas pela região Norte, que apresentou uma expansão de 3,7%; todas as demais regiões brasileiras tiveram menor expansão: Nordeste (2,8%), Sudeste (2,2%) e Sul (2,1%).

A dinâmica da economia regional decorre da rápida penetração da agropecuária nos Cerrados, com alta produtividade e utilizando novas tecnologias, num ambiente natural favorável, viabilizada pela cultura técnica e espírito empreendedor dos migrantes de diferentes regiões, atraídos por novas oportunidades de realização pessoal e familiar.

O intenso processo migratório contribuiu para a expansão da população regional a taxa média de 2,8% ao ano, entre 1970 e 2010, maior que o crescimento anual médio da população brasileira, no mesmo período, de 1,8% ao ano. O Centro-Oeste aumentou sua participação no PIB *per capita* nacional, nos últimos anos; como mostra o gráfico 2. De cerca de 123,74%, em 2002, a região chega a pouco mais de 132% da média nacional, no ano de 2016. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, no ano de 2015, cerca de 29,2% da população residente no Centro-Oeste tinha nascido em outras localidades, particularmente no Nordeste (42,2%) e Sudeste (30,9%).

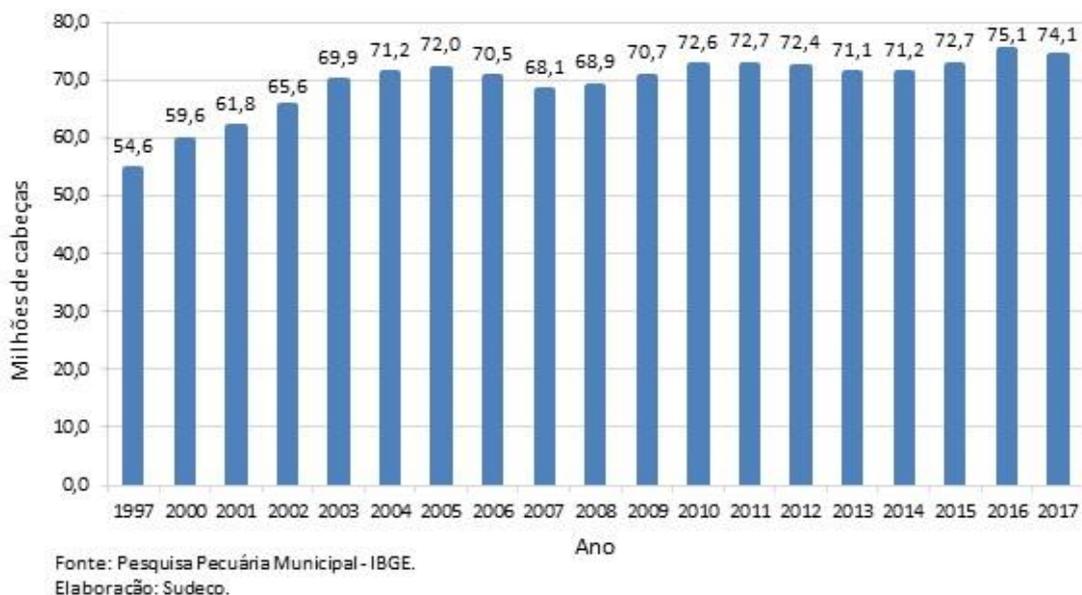
Nessas décadas, devido à migração, a região passou de um espaço que poderia ser caracterizado de vazio demográfico para um território no qual viviam, em 2018, de acordo com estimativa do IBGE, mais de 16 milhões de pessoas.

Gráfico 2 – Relação entre o PIB *Per Capita* Regional e a Média Nacional (2002 a 2016)



A ampliação da agropecuária na região tornou o Centro-Oeste o principal polo produtor e exportador de agronegócio, no Brasil. No curto espaço de 10 anos (safras 2007/2008 a 2017/2018), a participação da região na produção de grãos do Brasil saltou de cerca de 35,0% para 44,0%, com uma produção de mais de 100 milhões de toneladas. De outra parte, em 20 anos, o rebanho bovino do Centro-Oeste aumentou em cerca de 35,7%, e alcançou, em 2015, mais de 74 milhões de cabeças de gado, também equivalente a pouco mais de um terço do rebanho brasileiro (ver gráfico 3).

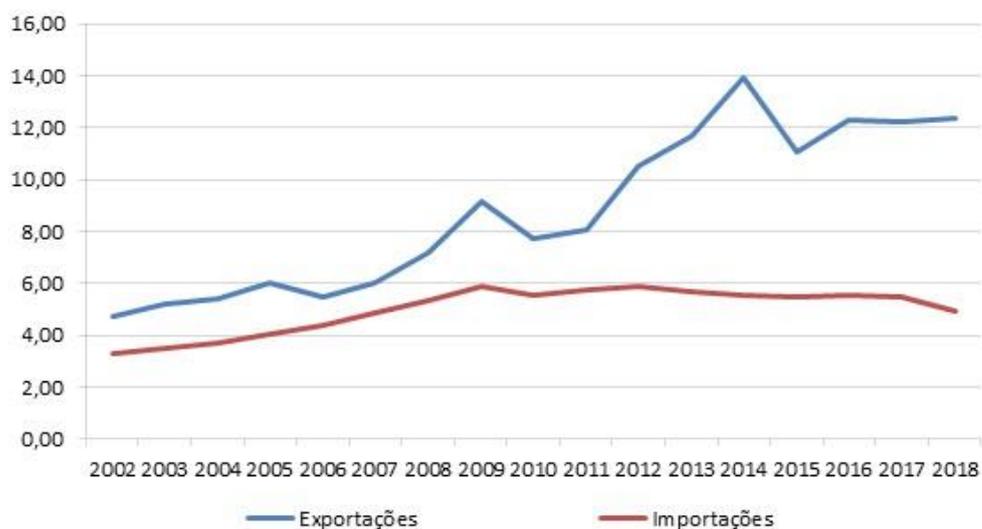
Gráfico 3 – Evolução do Rebanho Bovino do Centro-Oeste – 1997 a 2017



Essa evolução foi acompanhada do aumento das exportações da região e da participação do Centro-Oeste nas exportações brasileiras, principalmente do

agronegócio. Em 2002, as exportações regionais representavam, apenas, cerca de 4,74% de todas as exportações brasileiras, percentual que aumentou em mais de duas vezes e meia, em 16 anos, chegando a 12,35% das vendas externas de produtos brasileiros, em 2018. A participação do Centro-Oeste nas importações brasileiras chegou ao patamar de 4,90% nesse mesmo ano. Percebe-se, portanto, um resultado positivo entre as exportações e as importações de 7,45% na região (ver Gráfico 4).

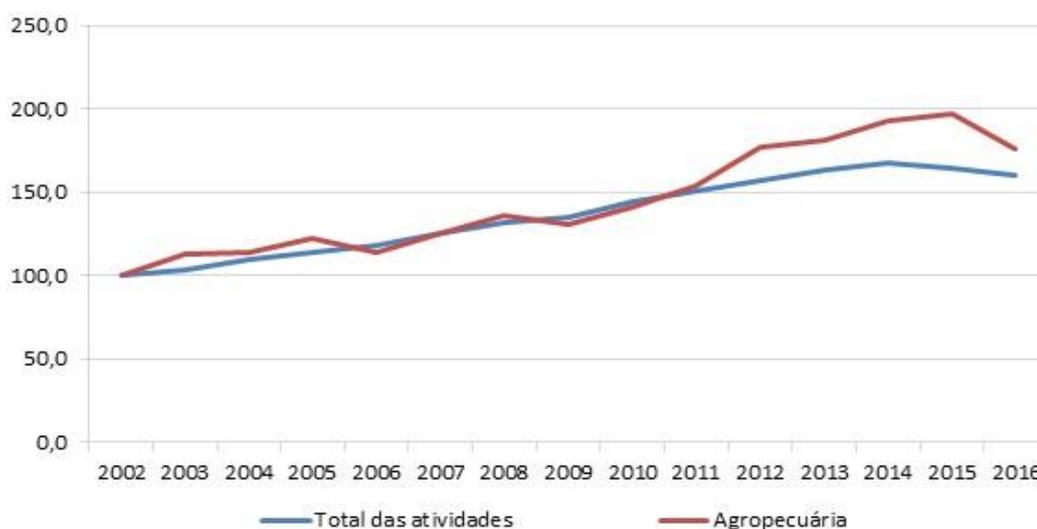
Gráfico 4 – Centro-Oeste: Participação nas Exportações e Importações do País – 2002 a 2018 (%)



Fonte: Secretaria de Comércio Exterior - SECEX. Ministério da Economia.
Elaboração: Sudeco.

Embora represente, em 2016, cerca de 10,9% do valor adicionado bruto regional, a agropecuária é um segmento produtivo que teve um expressivo dinamismo num período recente. Enquanto o valor adicionado bruto do Centro-Oeste apresentou um crescimento de cerca de 60,1%, em 2016, na comparação com 2002, a agropecuária da região registrou um aumento de 75,6% nesse mesmo período (ver gráfico 5). Apesar disso, o setor de serviços ainda possui o peso relativo mais alto no valor adicionado bruto do Centro-Oeste, pouco mais de 74%, em 2016. No Distrito Federal, esse segmento representou 94,9% do seu valor adicionado bruto nesse ano.

Gráfico 5 – Índice de Volume do Valor Adicionado Bruto Total e da Agropecuária do Centro-Oeste: 2002 a 2016 (2002 = 100)



Fonte: Sistema de Contas Regionais - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Elaboração: Sudeco.

O desempenho excepcional do comércio exterior centro-oestino foi alcançado, apesar de deficiências graves na infraestrutura econômica e logística regional, com certo isolamento e elevados preços de transporte. A competitividade das unidades de produção (dentro da porteira) é tão significativa que compensa as desvantagens decorrentes destes custos. As altas produtividades decorrem de uma combinação de fatores, a começar pelas condições de relevo, mas se devem, principalmente, à qualidade da tecnologia agropecuária utilizada, resultado de desenvolvimentos da Embrapa nas últimas décadas.

O primeiro ciclo de modernização e expansão econômica do Centro-Oeste baseou-se em três grandes fatores combinados que criavam as vantagens competitivas regionais: os recursos naturais abundantes, de qualidade e baratos, especialmente terra; a inovação tecnológica no setor agropecuário, levando à alta produtividade; e a capacidade empreendedora e inovadora dos empresários, principalmente dos imigrantes e migrantes com tradição técnica agrícola. Essas vantagens competitivas compensaram as limitações que decorriam da distância e das limitações da infraestrutura e da logística regional. Entretanto, essa expansão econômica gerou resultados modestos nas condições de vida da população e provocou grande impacto ambiental, comprometendo um dos fatores centrais das suas vantagens, os recursos naturais abundantes.

No início do primeiro ciclo de expansão da economia do Centro-Oeste, na década de 70, o governo federal criou um grande atrativo para os empreendedores com o *slogan* “Plante que o governo garante”. Mesmo sem uma estratégia clara e abrangente de desenvolvimento, o Centro-Oeste mostra sinais ainda incipientes de um movimento diferenciado de crescimento econômico, como resposta aos novos

desafios e aos problemas gerados pelo primeiro ciclo de expansão. Nessa direção, é necessária a realização de investimentos industriais na região que adensem as cadeias produtivas do agronegócio, diversifiquem a estrutura produtiva regional e ajudem a moderar a vulnerabilidade de uma economia centrada na agropecuária.

Além das oportunidades nas próprias cadeias produtivas dominantes na região, a ampliação da renda e o processo de urbanização contribuem para a formação de um mercado interno regional com demandas por bens industriais e serviços modernos avançados (financeiros, educacionais, saúde, informática, construção civil), e por melhorias na oferta de infraestrutura social urbana, com destaque para o saneamento.

A expressão espacial das transformações ocorridas nesses ciclos de desenvolvimento está na concentração urbana do arranjo reconhecido como “eixo Goiânia-Anápolis-Brasília”, uma das regiões que mais crescem, populacional e economicamente, no Brasil. Abrange duas metrópoles - Goiânia e Brasília – e um centro subregional - Anápolis. Conta com uma população superior a 7.400.000 habitantes (Grande Goiânia, Anápolis e a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno- RIDE-DF), e projeções indicam que essa região, dentro de algumas décadas, estará totalmente conurbada, formando a megalópole do Brasil Central, o que seria facilitado com a perspectiva do projeto de criação de uma linha de trem de média velocidade ligando as cidades desse eixo⁴.

A Região Metropolitana de Goiânia (RMG), por sua vez, é composta por 11 (onze) municípios. Além disso, a região de desenvolvimento integrado de Goiânia (RDIG) conta com 09 (nove) municípios, podendo ser consideradas, juntas, um colar metropolitano composto de 20 municípios, o qual possui uma estrutura econômica produtiva heterogênea. O setor de serviços predomina em detrimento aos setores industrial e agropecuário em virtude da desproporção da economia de Goiânia em relação aos outros municípios da RMG. Ressalta-se que o setor de serviços não atende somente a população, mas também a produção, isto é, a agropecuária, as indústrias, entre outros. Ademais, nota-se a importância das atividades de serviços de Goiânia, uma vez que eles atendem não só os municípios goianos, mas também as regiões adjacentes.

Anápolis, município goiano participante do eixo, encontra-se em uma localização territorialmente estratégica, uma vez que possui uma posição geográfica central e é um canal de interligação com outras centralidades e unidades da Federação, unindo a região Centro-Sul ao Norte, também, pela Ferrovia Norte-Sul. Configura-se, também, como um entreposto da região Sudeste à região Amazônica. Ademais, essa cidade média possui uma economia bastante diversificada devido às

⁴ CODEPLAN, 2014.

inúmeras empresas presentes no local e ainda recebe fluxos migratórios significativos⁵.

Brasília constitui o centro das decisões políticas e administrativas do Brasil. Ela permitiu a integração do Centro-Oeste com as demais regiões brasileiras por meio de uma malha rodoviária e de um denso sistema de comunicação aérea⁶. Ademais, o Distrito Federal concentra boa parte do PIB do Centro-Oeste⁷. O setor de serviços predomina no DF com grande influência da atividade pública. Além disso, o DF pertence à RIDE-DF, juntamente com municípios goianos e mineiros.

A região Centro-Oeste tem um papel importantíssimo para o equilíbrio ecológico brasileiro. Constitui a “espinha dorsal do sistema hidrográfico do Brasil”, na medida em que é a base para a formação das três grandes bacias hidrográficas brasileiras, a Amazônica, a Tocantins-Araguaia e Platina, nas quais contém áreas de recarga dos aquíferos subterrâneos. Na região encontram-se, também, três biomas: o Amazônico, o Cerrado e o Pantanal (mapa 01).

Mapa 01 - Biomas do Brasil



Fonte: Mapa de Biomas e de Vegetação (2004) – IBGE.

⁵ BARREIRA; BORBA; MILAGRES, 2012.

⁶ HADDAD; MOURA, 2015.

⁷ CODEPLAN, 2018.

Sobre tal substrato natural, a ocupação e os incentivos para a modernização econômica desencadearam o crescimento da região, ao mesmo tempo em que exerceram fortes impactos em seus biomas, pela influência sobre o uso incorreto e desordenado dos recursos naturais, principalmente no Cerrado e Pantanal.

Ao lançarmos um olhar crítico para a dinâmica econômica e populacional de Centro-Oeste, observamos que estes incentivos foram responsáveis por impactos positivos em alguns aspectos e negativos em outros. Como impactos positivos, pode-se elencar o aumento da produtividade, aumento da população, particularmente em função de elevados fluxos migratórios ocorridos, geração de emprego e renda, além da inserção da região no contexto econômico nacional.

Os impactos negativos são os relacionados com a utilização de máquinas pesadas, manejo incorreto do solo, o uso de agrotóxicos, perda de biomassa em função do desmatamento, poluição de águas de rios e córregos, assoreamento, etc. Sendo um dos diferenciais da região os recursos naturais, seu uso desordenado aponta para um esgotamento. O descuido sobre ambientes vulneráveis representa um grande risco para a manutenção da produção, o que compromete a dinâmica econômico social.

Neste atual ciclo de desenvolvimento, para garantir e, até mesmo, expandir a produção do Centro-Oeste devem-se inserir padrões de sustentabilidade aos processos e manejo dos biomas presentes na região, ancorados nos três pilares do desenvolvimento regional sustentável: o social, o econômico e o ambiental. A sustentabilidade significa manter os padrões de produção, gerar emprego e renda, e ainda conseguir fazer uma gestão ambiental eficaz, garantindo a continuidade dos recursos que são a base para o desenvolvimento e para a produção regional - com isso, mitigar os impactos ambientais locais.

Um desafio a ser enfrentado pela região é o cumprimento da legislação ambiental nos locais onde se praticam atividades ligadas à agropecuária e mineração, o que impõe a reflexão sobre como tornar a relação agropecuária e desenvolvimento sustentável uma relação possível e necessária. A começar por observar as condições da legislação, respeitar os limites do meio ambiente, buscando um equilíbrio ao se tratar estas questões.

A forma como ocorreu a ocupação e consequente desenvolvimento da região Centro-Oeste a partir dos incentivos criados pelo Governo Federal na década de 70, trouxe sérios problemas ambientais que impõem grandes desafios ao poder público. Desde a sua ocupação, a principal atividade econômica desenvolvida é a agropecuária, o que acarretou em intensas modificações no ambiente. As plantações em grande escala de monoculturas de espécies exóticas, soja e milho, por exemplo, para uso comercial, e a pecuária extensiva resultaram na drástica redução da vegetação nativa, provocando, assim, sérios desequilíbrios ambientais, como a

redução da biodiversidade, emissão de gases de efeito estufa, contaminação do solo e da água por agrotóxicos, perda da fertilidade, diminuição da oferta de água potável.

Considerando a atividade agropecuária no Centro-Oeste como uma atividade que pode impactar na preservação e manutenção dos recursos naturais, técnicas alternativas de implementação da atividade foram desenvolvidas com base nos princípios do desenvolvimento sustentável. O aprimoramento de técnicas que conciliem a produção com a preservação dos ecossistemas permite a ampliação de empreendimentos com menor potencial de degradação, adaptando os impactos gerados às novas condições, proporcionando, assim, novas oportunidades de investimento.

É o caso do sistema Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) desenvolvido pela EMBRAPA, que vem a ser uma estratégia de produção baseada nos princípios da sustentabilidade que permite a produção, em uma mesma área, de grãos, carne, leite, energia e madeira. Os cultivos podem ser consorciados, em sucessão ou rotacionados. O que se busca é o aperfeiçoamento dos ciclos biológicos de plantas e animais, insumos e seus respectivos resíduos, bem como os efeitos sinérgicos entre os componentes. As vantagens para agricultura são: o aumento da eficiência na reciclagem de nutrientes, a estruturação do solo, a “quebra do ciclo de pragas e doenças”, entre outras. Já para a produção pecuária, o consórcio pasto-floresta proporciona uma melhor condição térmica e conseqüente bem-estar para o gado, o que ocasiona o aumento na produtividade e reprodução dos animais. A utilização do ILPF, além de aumentar a eficiência agropecuária, ajuda a preservar ecossistemas naturais, pois não é necessária a abertura de novas áreas de plantio e pasto para sua implementação.

É importante ressaltar que a redução da biodiversidade, o enfraquecimento dos serviços ecossistêmicos, as mudanças climáticas e a conseqüente diminuição da disponibilidade hídrica na região Centro-Oeste constituem cenários desafiadores para o desenvolvimento econômico da região.

Em contrapartida, a região Centro-Oeste possui cenários que ofertam oportunidades de investimento e negócios, como restauração ambiental de áreas degradadas; restauração florestal, combinando o manejo sustentado e o aproveitamento sustentável da madeira; aproveitamento da informação genética da biodiversidade dos ecossistemas da região para produção de fármacos, cosméticos, óleos e essências especiais; a produção de combustível natural baseado nos recursos naturais e mesmo na produção de grãos; pagamento por serviços ambientais; sistemas agroflorestais; reflorestamento comercial, bem como a exploração de fontes alternativas de energia. Além disso, os recursos naturais e as belezas cênicas regionais constituem potencial para a expansão do turismo sustentável, ou seja, realizado em harmonia com o meio ambiente, comunidade e culturas, sendo estes beneficiados permanentemente.

1.1.11 Diagnóstico: potencialidades, fragilidades, oportunidades e ameaças na região Centro-Oeste

O PEDCO levantou fatores internos, a partir de três cenários de futuro, da região Centro-Oeste, no sentido de condicionar seu desenvolvimento, considerando-se que deveria apontar programas indicativos e metas como ações estratégicas no combate aos estrangulamentos, aos pontos negativos identificados.

Ao se atualizar os parâmetros previstos nos cenários do contexto mundial e nacional do PEDCO 2007-2020, puderam ser identificadas as potencialidades, fragilidades, oportunidades e ameaças. A partir dessa análise, projetou-se as ações estratégicas de desenvolvimento regional sustentável as quais devem construir a visão de futuro e atuar sobre as condições internas da região.

1.1.11.1. Potencialidades

As potencialidades expressam as *características internas* da região como um diferencial ou vantagem competitiva nos contextos nacional e mundial que, devidamente exploradas, constituem a base para o desenvolvimento regional. Foram identificadas oito potencialidades principais da região, apresentadas abaixo:

a. Recursos naturais abundantes e grande biodiversidade

Com três dos mais importantes biomas do Brasil – Cerrado, Floresta Tropical e Pantanal –, o Centro-Oeste tem um grande acervo de recursos naturais, com destaque para florestas, bacias hidrográficas, riquezas minerais, áreas de solos de qualidade, elevada diversidade biológica e grandes belezas cênicas. Embora atualmente sejam aproveitados com técnicas e processos pouco sustentáveis, os recursos naturais permitem vários usos econômicos alternativos, além da agropecuária e da exploração madeireira, que dominam atualmente. Entre as atividades que podem aproveitar os recursos naturais e a biodiversidade de forma sustentável, destacam-se: o turismo, a fruticultura tropical, os diversos produtos da natureza e a indústria de fármacos, cosméticos, essências e óleos.

O Cerrado representa a maior parte do território regional, com uma enorme diversidade de espécies vegetais e animais. Nesse bioma, encontra-se uma parte significativa da biodiversidade brasileira, com várias espécies de plantas vasculares e de mamíferos, aves e répteis. Mesmo em condições bioclimáticas mais rigorosas que a Floresta Tropical, os Cerrados têm floras e faunas das mais ricas do mundo.

Os solos dos Cerrados não têm grande fertilidade, mas “...são, por outro lado, profundos e bem drenados. Com relevo plano, permitem a sua exploração agrícola mecanizada, que viabiliza aumentos de produtividade, a partir de sua correção com calcário e uso de fertilizantes”⁸. Além disto, a evolução tecnológica ocorrida na

⁸ SEPRE-IICA, 1999.

segunda metade do século XX, graças, em boa parte, às pesquisas dirigidas pela Embrapa, permitiu elevar significativamente a fertilidade dos solos, elevando a produção e a produtividade. Seus solos possuem ainda boas reservas nutritivas, com reduzidas restrições topográficas – o que favorece a mecanização.

O Pantanal é a maior planície de inundação contínua do planeta e constitui uma grande bacia de captação e evaporação de águas, com um papel fundamental para o equilíbrio ecológico e para a sustentabilidade ambiental do planeta. Essas características tornam o bioma Pantanal um grande “produtor” de serviços ambientais⁹ para o resto do Brasil e mesmo da América do Sul, complementado pela alta variedade biológica, com grande diversidade de fauna (peixes, aves e mamíferos, como tuiuiús, emas, capivaras, ariranhas, onças, jacarés e sucuris). O turismo é a atividade com grande potencial de aproveitamento da biodiversidade do Pantanal, com solos pouco apropriados para a agricultura e baixa fertilidade em áreas úmidas.

É fundamental o uso inteligente dos ativos diversos dos territórios da região Centro-Oeste, fortalecendo a indústria extrativa, o agronegócio, a recuperação de áreas degradadas e a conservação de regiões estratégicas para o fortalecimento dos serviços ecossistêmicos, por exemplo, água, clima, biodiversidade, dentre outros, essenciais para o desenvolvimento regional sustentável.

b. Grande manancial de recursos hídricos

O Centro-Oeste tem um grande manancial de recursos hídricos e constitui o centro do sistema hidrográfico continental, além de contar com parte significativa do aquífero Guarani. De acordo com Washington Novaes, a região constitui uma verdadeira “espinha dorsal do sistema hidrográfico do Brasil” na medida em que é a base da formação “das três grandes bacias” brasileiras e contém “áreas importantes de recarga de grandes aquíferos subterrâneos”¹¹. O IBGE também destaca essa característica do Centro-Oeste como importante dispensor da rede hidrográfica brasileira, que reúne grandes extensões das bacias Amazônica, Tocantins e Platina, destacando-se os rios Paraguai, Paraná e Paranaíba, e as bacias do Araguaia, Tocantins e Xingu.

Mesmo diante deste cenário, a região Centro Oeste enfrenta os efeitos das mudanças climáticas que tem alterado o regime de chuvas e a disponibilidade hídrica na região, fato que tem relação direta com a perspectiva de desenvolvimento, sobretudo de atividades focadas nas *commodities* agrícolas que dependem substancialmente da água como insumo primordial.

⁹ Serviços ambientais são aqueles que decorrem do funcionamento saudável dos ecossistemas, como produção de oxigênio pelas plantas, a capacidade de produção de água e equilíbrio do ciclo hidrológico, fertilidade do solo, vitalidade dos ecossistemas, a paisagem, o equilíbrio climático e o conforto térmico. 11 NOVAES, 2001.

Outro ponto que merece destaque é o avanço de áreas produtivas e o uso e ocupação inadequados do solo, que também cooperam com a diminuição da oferta hídrica e a perda da biodiversidade.

c. Imaginário empreendedor e abertura para a inovação

O empresariado do Centro-Oeste foi formado por desbravadores, com pouco incentivo e suporte público, e com espírito empreendedor, parte dos quais constituída de migrantes com tradição e experiência técnica na agricultura e pecuária. Embora tenha havido apoio governamental, com programas, incentivos e créditos subsidiados, o fator determinante da expansão agropecuária na região foi a ousadia e iniciativa dos empreendedores, que tiveram que enfrentar desafios para a implantação de atividades produtivas modernas em áreas de fronteira criaram um empresariado agrícola com disposição para o risco e abertura para inovação. Essa cultura empreendedora, em uma atividade quase sempre dominada pela dependência dos governos e de subsídios, propaga-se para a formação de um novo empresariado regional e da ampliação da capacidade de gestão pública para fomentar programas e ações em parceria com o segundo e terceiro setor.

d. Existência de uma base produtiva agropecuária moderna e competitiva

O agronegócio é a principal atividade econômica da região Centro-Oeste, e engloba as agroindústrias e a produção agropecuária. Esta última tem se destacado no fornecimento de matéria prima para indústrias de alimentos e de outros setores do Brasil e do exterior, principalmente carne, soja, algodão, milho, cana-de-açúcar e arroz. A região tem uma participação significativa no cenário nacional quanto à produção agropecuária, uma vez que a cada ano os índices de produtividade se elevam. Isso tem ocorrido em razão de investimentos em tecnologias, especialmente naquelas propriedades de produção tradicional, tendo ocorrido um processo de modernização maciça do campo na região. Os recursos são aplicados na compra de maquinários, insumos agrícolas, e na utilização de mão-de-obra especializada (técnicos) no desenvolvimento das atividades.

A participação da região em relação ao Brasil na produção de grãos obteve grande salto nos últimos dez anos, de 35,0% na safra 2007/2008 para 44,0% na de 2017/2018. Nesse período, a produção passou de aproximadamente 50,5 milhões de toneladas para cerca de 100,2 milhões¹⁰.

Da mesma forma, o rebanho bovino apresentou forte crescimento. Em 1980, no Centro-Oeste, o montante era de cerca de 33,7 milhões de cabeças. Em 2000, 59,6 milhões e, no ano de 2017, 74,1 milhões. Dessa forma, de 1980 para 2017, houve

¹⁰ Informações obtidas a partir de dados da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB. 13 Pesquisa Pecuária Municipal – IBGE.

um incremento de aproximadamente 120% no rebanho bovino da região. Em relação ao rebanho nacional, a representatividade do Centro-Oeste passou de 28,3%, em 1980, para 34,5%, em 2017¹¹.

e. Mercado interno em expansão

O mercado interno do Centro-Oeste é relativamente restrito, devido ao reduzido tamanho da população e sua dispersão no amplo território regional, exceto o eixo Brasília-Goiânia-Anápolis, com alta densidade de renda. A distribuição da população e da renda em grandes áreas rarefeitas diminui a escala do mercado de bens e, principalmente, de serviços. Entretanto, o crescimento do PIB e, portanto, da renda regional, tende a gerar demandas de bens e serviços, especialmente nos centros urbanos regionais.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua) - IBGE, o valor do rendimento médio mensal real das pessoas de 14 anos ou mais de idade (efetivamente recebido) no Centro-Oeste atingiu R\$ 2.512,00 em 2017. A escala desse mercado ainda é reduzida, pelo pequeno tamanho da população (16,1 milhões e 7,7% do Brasil em 2018), mas tende a ampliar-se com o crescimento da economia e, principalmente, se houver uma maior irradiação da agropecuária, com adensamento das cadeias produtivas regionais. A escala do mercado é que definirá a viabilidade de empreendimentos locais para atenderem à demanda interna.

f. Nível de escolaridade da população

Segundo a PNAD Contínua, em 2017, a média de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade na região foi de 9,7 anos. Valor superior à média nacional, estimada em 9,4 anos, e às médias das outras regiões, com exceção da região Sudeste, a qual alcançou o número de 10,1 anos.

g. Inovação tecnológica

A agropecuária do Centro-Oeste, setor base da economia regional, tem incorporado novas tecnologias, o que lhe assegura uma liderança na produtividade mundial no ramo. A contribuição da Embrapa, grande empresa de pesquisa agropecuária do Brasil, tem sido fundamental para a introdução de variedades, melhorias genéticas e processos produtivos mais eficazes e com melhor manejo. A região conta com importantes centros de excelência em pesquisa e desenvolvimento tecnológico, com destaque para algumas unidades da própria Embrapa, além da Universidade de Brasília e das universidades nos estados. Em termos de capacidade científica e tecnológica, o Centro-Oeste possuía cerca de 18.943 pesquisadores ou 1.209,57 pesquisadores por milhão de habitantes em 2016, valor acima da média nacional estimada em 1.054,38 pesquisadores por milhão de habitantes.

¹¹ Pesquisa Pecuária Municipal – IBGE.

A região conta com vários centros de pesquisa da Embrapa, inclusive a Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, localizada no Distrito Federal, quatro unidades de pesquisa ecorregional e três unidades de pesquisa de produtos, além de quatro unidades de serviços no DF.

A empresa realiza diversas ações com os países de fronteira: Paraguai e Bolívia, tendo em vista a extensão de 700 km de fronteira entre os países. Entre os temas mais trabalhados estão a sanidade animal, agricultura familiar, oleaginosas, produtividade no campo. Esse intercâmbio de conhecimento é relevante para o crescimento das regiões e cooperação entre as nações. Estudo elaborado pela Embrapa (AMARAL; GOND; TRAN, 2016), que mapeia risco de reintrodução de febre aftosa em regiões fronteiriças, descreve a atuação da empresa como de suma importância no Estado do Mato Grosso do Sul.

h. Posição estratégica da região no contexto sul-americano

Situado no ponto central do Brasil e do subcontinente americano, o Centro-Oeste articula as regiões brasileiras e o território nacional com parte da América do Sul, principalmente a Bolívia e o Paraguai. A integração físico-territorial das áreas mais industrializadas do Brasil com os países andinos, e com uma eventual saída brasileira para o Pacífico, passa necessariamente pelo Centro-Oeste. Embora a posição geográfica do Centro-Oeste leve a custos mais elevados de transporte para acesso aos grandes mercados consumidores, sua localização no centro do subcontinente confere um papel central na integração sul-americana.

1.1.11.2. Fraquezas e problemas centrais

Tais características elencadas tem o potencial de condicionar negativamente o desenvolvimento regional sustentável do Centro-Oeste. Foram identificadas dez fraquezas e problemas centrais na região, apresentados abaixo:

a. Vulnerabilidade da economia

A economia e, especialmente, a pauta de exportações do Centro-Oeste, está concentrada em produtos básicos¹², composta basicamente por *commodities* e produtos agropecuários, provocando dependência do mercado externo e dos preços internacionais de produtos primários, como os grãos e o algodão. Em termos monetários, no ano 2018, mais de 80% das exportações do Centro-Oeste foram constituídas de produtos básicos e a maior parte está concentrada em produtos primários de baixo valor agregado. Do total de cerca de 29,6 bilhões de dólares das

¹² De acordo com o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), os produtos básicos são aqueles que guardam suas características próximas ao estado em que são encontrados na natureza, ou seja, com um baixo grau de elaboração. São exemplos desse grupo: minérios, produtos agrícolas (café em grão, soja em grão, carne *in natura*, milho em grão, trigo em grão, etc.).

exportações da região, 41,5% eram procedentes da soja e 12,3% do milho em grão¹³. Assim, a presença da região no mercado internacional e a concentração de suas exportações em bens de baixo valor agregado representam uma componente de vulnerabilidade e dependência externa.

b. Limitado resultado social do dinamismo da economia

Apesar dos indicadores sociais, no geral, apresentarem valores acima da média brasileira, o Centro-Oeste possui alto nível de pobreza em algumas regiões, grande concentração de renda e deficiência na oferta de serviços sociais. Os baixos indicadores sociais são intoleráveis diante do dinamismo da economia regional, demonstrando deficiência do modelo de desenvolvimento. O desempenho social compromete a qualidade de vida da população em uma das regiões em rápido crescimento econômico e, ao mesmo tempo, pode constituir uma limitação competitiva, pelo menos para algumas atividades econômicas, como o turismo, que demanda um ambiente social e urbano saudável.

c. Deficiências na qualificação da mão de obra

A expansão econômica do Centro-Oeste é obstaculizada pela deficiência de mão de obra qualificada, principalmente quando são introduzidas inovações tecnológicas que pedem recursos humanos com formação elevada. Essa limitação da capacidade técnica e profissional da força de trabalho aumenta, quando se trata de novas atividades econômicas que permitem uma diversificação da estrutura produtiva, como o turismo, a indústria e os serviços avançados. Tanto o nível de escolaridade modesto, assim como a persistência de analfabetismo constituem desafios estruturantes para a qualificação da mão de obra regional. Essa fraqueza pode representar um impedimento à manutenção ou aumento da competitividade do Centro-Oeste, particularmente quando se trata de diversificação da estrutura produtiva e adensamento das cadeias produtivas.

d. Degradação dos ecossistemas regionais

As pressões antrópicas decorrentes do modelo de desenvolvimento adotado pela região têm provocado a degradação dos sistemas naturais. O modelo de desmatamento intensivo, aliado à aração e ao revolvimento da terra na entressafra, deixa o solo exposto à erosão pelas chuvas, pelos ventos e pelo sol. O solo carregado para os cursos d'água desprotegidos vai assorear os leitos e degradar os recursos hídricos, existindo, já, sinais de mudança no regime de seca e cheia em alguns rios regionais. Além disso, a carga de agrotóxicos utilizados na agropecuária tende a comprometer os lençóis freáticos e mananciais de recursos hídricos, contaminando as cadeias alimentares nos rios.

¹³ Secretaria de Comércio Exterior – SECEX. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC.

Segundo os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – IDS/IBGE, dos mais de 910 mil km² de Cerrado que abrangiam as quatro Unidades Federativas do Centro-Oeste (Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), 59,3% do cerrado já havia sido desmatado em 2010. Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE indicam um desflorestamento adicional de 2,3% desse bioma, no período de 2011 a 2018.

Além disso, em 2014 o desmatamento atingiu mais de 86% da área original da Mata Atlântica que cobre os Estados de Mato Grosso do Sul e Goiás. Já o Pantanal, terceiro bioma que cobre o Centro-Oeste, mais precisamente em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, teve mais de 15% da sua área desmatada até 2009.

e. Desarticulação do sistema logístico e gargalos na infraestrutura econômica

Com elevada produtividade agrícola e com condições favoráveis de solo e água, o Centro-Oeste é altamente competitivo “dentro da porteira”, mas padece de infraestrutura logística para alcançar os mercados consumidores. Como diz a Carta do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), unidade da Fundação Getúlio Vargas (FGV), na revista Conjuntura Econômica, “imbatível em produtividade (...), nossa agricultura vê grande parte do seu impressionante diferencial competitivo ser literalmente jogado fora pelos gravíssimos problemas logísticos do país”¹⁴- gargalo que atinge não somente a agricultura, mas, sobretudo, a integração econômica social da região.

Segundo a Confederação Nacional do Transporte (CNT), em 2018, dos 17.155 quilômetros de rodovias federais e estaduais pesquisadas e que constituem a rede de maior importância para a região, 59,9% das rodovias foram classificadas como deficientes, 38,9% como regulares, 16,8% como ruins e 4,2% como péssimas. Do total, 40,1% foram classificadas como boas e ótimas. Cabe ressaltar que o Centro-Oeste apresentou uma das menores malhas rodoviárias pavimentadas em comparação com as outras regiões do País, à frente apenas da região Norte.

Além da carência e deterioração do sistema de transporte rodoviário, a região não conta com uma rede estruturada e eficiente de transporte hidroviário de carga da produção agropecuária regional, as hidrovias são ainda incipientes e os terminais portuários de baixa expressão, operando abaixo da capacidade e com custos operacionais elevados. Da mesma forma, o sistema ferroviário, que pode ter papel importante no movimento de carga regional, ainda é deficiente e incompleto.

¹⁴ FGV, 2005.

Na energia elétrica, a região é autossuficiente, mas registra problemas de distribuição em diversos pontos do território, principalmente em áreas de expansão da fronteira agrícola (particularmente no Mato Grosso).

f. Limitado sentimento de identidade regional

O Centro-Oeste é uma região formada pelos três biomas e fortemente caracterizada pelo Cerrado e pelo Pantanal, com características socioculturais diferenciadas, mas que conferem unidade ao amplo território regional. Esse ambiente e a história de formação econômica e social da região criaram um mosaico de rica e diversificada manifestação cultural centro-oestina, expressão das relações econômicas e sociais com os ecossistemas e da interação com os povos vizinhos.

No entanto, o acelerado processo migratório e de implantação de uma moderna agropecuária provocam mudanças socioculturais na região que devem levar a uma nova identidade sociopolítica regional e, em certa medida, geram algumas desigualdades socioeconômicas no território. Do ponto de vista político, o Centro-Oeste não se expressa como uma unidade, e não atua de forma articulada em negociações e defesa de interesses comuns com outras instâncias políticas. Apesar de ser reconhecido, em termos analíticos, como uma macrorregião brasileira, o Centro-Oeste não se manifesta ainda como um “território organizado”, segundo o conceito de Sérgio Boisier, que assume uma identidade e se posiciona como uma região, articulando os fatores de unidade e convergência.

g. Baixa diversificação produtiva e adensamento das cadeias produtivas

Apesar de sinais incipientes de diversificação da estrutura produtiva, acompanhado de beneficiamento de produtos agropecuários, o dinamismo da economia do Centro-Oeste ainda decorre, fundamentalmente, do setor primário, principalmente da moderna agricultura de grãos e a pecuária de corte. Ainda é consideravelmente limitada a diversificação produtiva e o adensamento das cadeias produtivas, com baixa agregação de valor dos produtos. Além do crescimento da participação da agropecuária no PIB regional, registrado nos últimos anos, a estrutura do setor industrial também evidencia uma forte concentração em poucos gêneros.

h. Crescimento da economia informal e da “economia da contravenção”

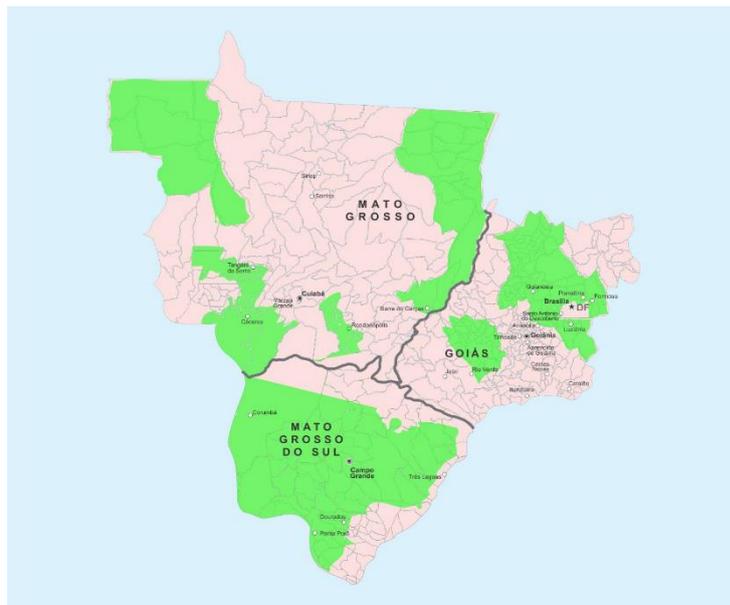
Embora os dados disponíveis sejam imprecisos, acompanhado do desempenho da economia nacional, o Centro-Oeste apresenta um percentual significativo de atividades informais que reflete relações de trabalho precárias. O percentual de pessoas classificadas como integrantes de atividades informais na região é elevado, embora haja um movimento de formalização das relações de trabalho nas atividades urbanas. Além disso, a posição geográfica do Centro-Oeste,

com grande faixa de fronteira com outros países, sendo, em grande parte, de fronteiras secas, potencializando atividades ilegais na região como, por exemplo, a “economia da contravenção”.

i. Desigualdade socioeconômica intrarregional

O crescimento e a modernização da economia regional, assim como a melhoria dos indicadores sociais do Centro-Oeste convivem (e em alguns aspectos, agravam) com desigualdades intrarregionais, resultado do dinamismo diferenciado no território regional, refletindo nos indicadores sociais. Estudo do Ministério da Integração Nacional, que fundamentou a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, mostra as manchas de nível de renda e dinamismo diferenciado no território regional. Assim, os municípios de economia considerada estagnada encontram-se concentrados principalmente no Mato Grosso do Sul (em sua quase totalidade), noroeste e nordeste de Mato Grosso e região central e parte do norte de Goiás (além do Entorno do Distrito Federal).

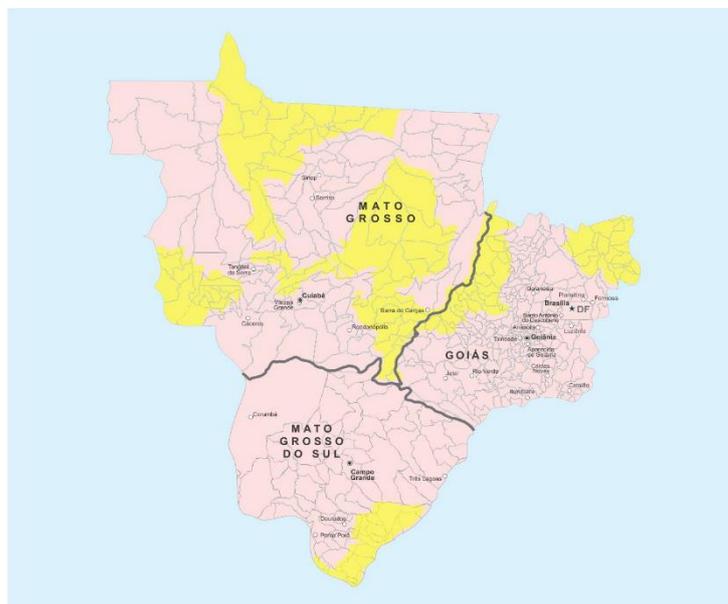
Mapa 02 – Municípios com economia considerada “estagnada” pela PNDR, no Centro-Oeste



Fonte: Observatório do Desenvolvimento Regional – ODR.

Conforme o mapa 03, os municípios de economia considerada dinâmica concentram-se, em sua maior parte, no Mato Grosso (norte, parte da Faixa de Fronteira e leste), em Mato Grosso do Sul (mais ao sul, próximo das fronteiras com São Paulo e Paraná e com o Paraguai) e no nordeste e parte do noroeste goianos.

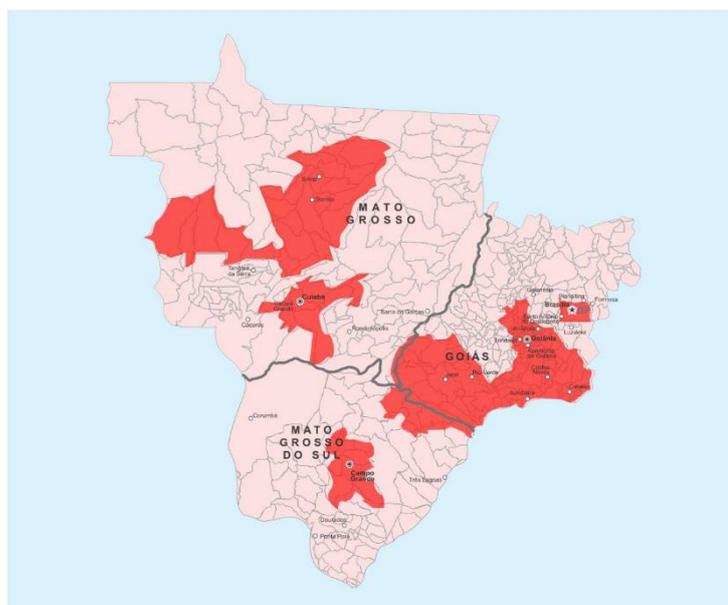
Mapa 03 - Municípios com economia considerada “dinâmica” pela PNDR, no Centro-Oeste



Fonte: Observatório do Desenvolvimento Regional – ODR.

Finalmente, o mapa 04 demonstra os municípios com economia de alta renda encontram-se bastante concentrados na porção mais ao centro do Mato Grosso, ao redor de Campo Grande (em Mato Grosso do Sul), no centro e sul/sudoeste goiano e no Distrito Federal.

Mapa 04 - Municípios com economia considerada “alta renda” pela PNDR, no Centro-Oeste



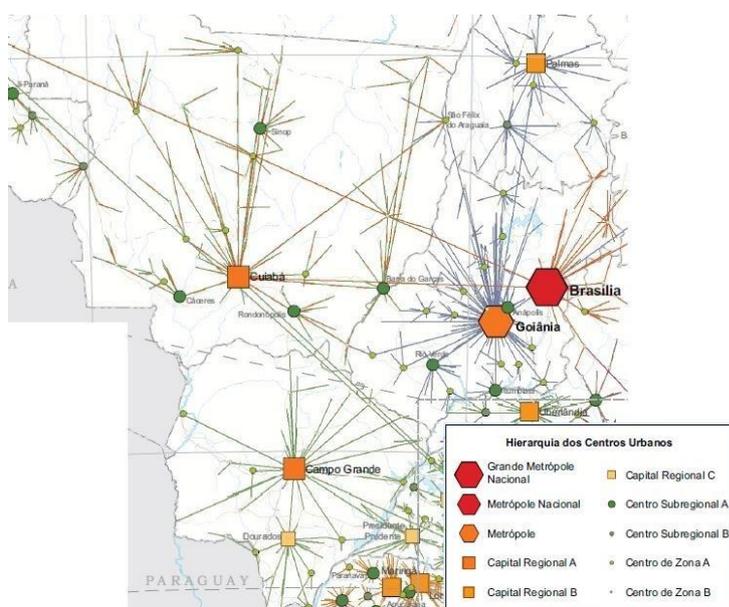
Fonte: Observatório do Desenvolvimento Regional – ODR.

j. Desarticulação da rede de cidades

A rede urbana do Centro-Oeste é extremamente frágil e segmentada com hierarquia de cidades pouco estruturadas que apresentam forte polarização em Brasília e Goiânia. As cidades se expandem com muita velocidade e não criam laços fortes de articulação e complementaridade que formem uma rede hierarquizada de alta eficiência.

Como mostra o Mapa 05, poucas cidades da região têm inserção relevante no sistema brasileiro de cidades, com destaque para dois aglomerados metropolitanos, Brasília e Goiânia. Cuiabá e Campo Grande são consideradas capitais regionais A, possuindo importante papel regional, mas relativo protagonismo nacional. Dourados é considerada capital regional de menor porte e existem ainda outros centros regionais de relevância, como Anápolis (GO), Rio Verde (GO) e Rondonópolis (MT).

Mapa 05 – Hierarquia dos centros urbanos na Região Centro-Oeste



Fonte: Regiões de Influência das Cidades 2007 – IBGE.

Apesar da relativa desarticulação da rede urbana, podem-se perceber alguns adensamentos de cidades, com destaque para o eixo Brasília-Goiânia-Anápolis, entre suas metrópoles, sendo uma de alcance nacional. A fragmentação da rede urbana regional decorre, em grande parte, das deficiências da infraestrutura econômica que dificultam a integração e a comunicação e, portanto, as trocas e a complementaridade dos serviços.

1.1.11.3. Oportunidades

Oportunidades são condições futuras externas favoráveis à região que abrem espaços e perspectivas de desenvolvimento regional, desde que, efetivamente, aproveitadas.

a. Redução de barreiras alfandegárias

O sucesso das negociações comerciais levaria a uma redução significativa das barreiras alfandegárias, principalmente dos produtos agropecuários, ampliando significativamente o mercado mundial para a economia regional. O Centro-Oeste, com alta produtividade na atividade agropecuária teria amplas condições de aproveitamento deste mercado em expansão. Entretanto, a redução das barreiras alfandegárias deve ser acompanhada de uma ampliação das barreiras não tarifárias, especialmente as regras fitossanitárias de manejo sustentável, exigindo uma melhoria dos processos produtivos e da qualidade dos produtos, com introdução de selos de procedência e qualidade.

b. Formação e ampliação de mercado de crédito de carbono

O mercado de crédito de carbono ainda incipiente pode se ampliar bastante nas próximas décadas. Cabe lembrar que mesmo sem a adesão formal dos Estados Unidos ao Acordo de Paris, alguns dos seus Estados e empresas atuam como compradores relevantes nesse mercado. A ampliação deste comércio abre uma grande oportunidade para o Centro-Oeste, especialmente por meio de projetos de reflorestamento de áreas degradadas que, além de representar um retorno financeiro, contribuem para a recuperação do meio ambiente. Entretanto, existem espaços para projetos de energia alternativa de biomassa, nos quais a região pode ocupar um espaço importante.

c. Expansão da demanda mundial de alimentos

A demanda mundial de alimentos, tanto de produtos naturais quanto da indústria alimentícia, deve expandir-se no futuro. Com uma população mundial em crescimento e um processo continuado de aumento do consumo de alimentos, as estimativas da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) apontam para um aumento no consumo de cereais e de carne nos próximos anos. Essa expansão abre grandes oportunidades para o Centro-Oeste, produtor destacado de grãos e carnes, com alta produtividade e com possibilidades efetivas de ampliação da área cultivada e da capacidade produtiva, principalmente com a tendência mundial de esgotamento de terras agricultáveis e de água para irrigação. Além disso, o beneficiamento dos produtos primários na região permite ocupar espaço como exportador de produtos alimentícios industrializados, com maior valor agregado.

d. Crescimento da demanda de água

A demanda mundial de água, para diferentes usos, está estimada em torno de 4.600 quilômetros cúbicos por ano, incluindo o consumo humano e as atividades econômicas. Para atender a essa demanda, utiliza-se a água potável acessível do planeta, que está distribuída mundialmente de forma muito desigual, já convivendo com problemas graves de escassez em várias partes do mundo.

O consumo de água deve continuar a crescer, principalmente se a renda mundial melhorar e, particularmente, a dos países emergentes e pobres, ao mesmo tempo em que a população também cresce e deve atingir entre 9,4 e 10,2 bilhões de habitantes em 2050. A expansão da demanda pode ser moderada pela melhoria da tecnologia – maior eficiência na utilização da água, incluindo a agricultura – e a disponibilidade dos recursos hídricos pode ser ampliada, por meio do tratamento de resíduos e dessalinização de água, assim como o aprimoramento dos mecanismos de controle e gestão de recursos hídricos, evitando a deterioração destes.

O peso da irrigação no consumo de água e a desigual distribuição dos recursos hídricos entre regiões e países tornam a água um recurso extremamente importante diante da provável expansão futura da demanda de alimentos, conferindo uma grande vantagem competitiva ao Centro-Oeste. Como diz Lester Brown (analista ambiental, fundador e presidente do *Earth Policy Institute*, organização não governamental), cada vez mais, os exportadores de grãos são, de fato, exportadores de água, já que boa parte da água consumida no mundo é utilizada na agricultura.

e. Aumento da demanda de energia renovável

A demanda mundial de energia pode crescer mais de 25% até 2040, liderada por países em desenvolvimento (especialmente a Índia). Esta ampliação da demanda requer a entrada de mais supridores. O crescimento da demanda de energia deve ser acompanhado por um processo de mudança da matriz energética com aumento da participação do gás natural, mas também de fontes alternativas e renováveis.

O Brasil e o Centro-Oeste podem assumir uma liderança no mercado da agricultura de energia, carboidratos ou amiláceos, como etanol, derivados de lipídios, biodiesel, derivados de madeira e outras formas de biomassa, como briquetes ou carvão vegetal. Provavelmente o Brasil será um importante *player* e a região destaca-se com as possibilidades de expansão da bioenergia, incluindo a expansão de áreas cultivadas nos cerrados (recuperação de pastagens, ocupação de áreas de pastagens degradadas e outras áreas antropizadas, áreas de reflorestamento e incorporação de áreas atualmente marginais, por melhoria do *quantum* tecnológico).

f. Expansão do movimento turístico mundial

O turismo é uma das atividades econômicas que mais cresce no mundo, em decorrência da elevação da renda, ampliação de tempo livre, do envelhecimento da população e formação de uma cultura de entretenimento. Em vinte e dois anos, o movimento turístico mundial cresceu cerca de 2 vezes e meia, passando de aproximadamente 531 milhões de chegadas, em 1995, para cerca de 1,326 bilhão de chegadas, em 2017 (o que representa uma taxa média anual de expansão de cerca de 4,2%), conforme demonstrado no Quadro 01, abaixo.

Quadro 01

Chegadas de turistas internacionais

Local \ Ano	1995	2000	2005	2010	2015	2016	2017*
Mundo	531	680	809	952	1,195	1,240	1,326
Europa	308,5	392,9	452,7	487,7	605,1	619,5	671,7
Ásia e Pacífico	82	110,4	154,1	208,2	284,1	306	323,1
Américas	108,9	128,2	133,3	150,4	194,1	201,3	210,9
África	18,7	26,2	34,8	50,4	53,6	57,7	62,7
Oriente Médio	12,7	22,4	33,7	55,4	58,1	55,6	58,1

*Dados provisórios.

Valores em milhões de unidades.

Fonte: UNWTO Tourism Highlights - 2018 Edition. World Tourism Organization.

O fluxo turístico é muito desigual e o Brasil tem uma participação muito pequena no total dos destinos do turismo mundial, também com grande concentração regional. A Europa é o maior receptor de turistas do mundo, com 671,7 milhões de visitantes, em 2017, com destaque para a França, que sozinha recebeu mais de 86 milhões de turistas. Entre os demais países, vem em seguida a Espanha, com 81,8 milhões de visitantes e os Estados Unidos, com 76,9 milhões. O Brasil recebeu cerca de 6,6 milhões de visitantes em 2017, bem abaixo do México, único país da América latina situado entre os dez maiores receptores de turistas do mundo, com 39,3 milhões de visitas (quase 6 vezes acima do Brasil).

Apesar de uma participação muito pequena no mercado mundial de turismo, o Brasil tem grande potencial de expansão por suas potencialidades culturais e naturais, parte das quais no Centro-Oeste. Principalmente quando se considera que, dentro do turismo, existe uma tendência de expansão diferenciada do ecoturismo e das diversas formas de turismo ligado à natureza.

g. Avanço da biotecnologia e busca da informação genética da biodiversidade

A biotecnologia é uma área de conhecimento que deve crescer intensamente nas próximas décadas, pela amplitude dos seus impactos tecnológicos em quase todas as atividades humanas. Destaque-se a saúde, com a decodificação do genoma

humano e as pesquisas com células tronco que tendem a provocar uma revolução no tratamento médico; a agropecuária, com os Organismos Geneticamente Modificados; e a energia, com o biocombustível. Os avanços da biotecnologia devem ter impacto na mudança dos mercados mundiais de alimentos e energéticos, o que repercute no Centro-Oeste e obriga a região a buscar acesso às inovações.

O desenvolvimento da biotecnologia recorre a pesquisas sobre a informação genética das espécies existentes, procura descobrir novas estruturas e suas características e desenvolver processos de manipulação. Desta forma, os países e regiões, como o Centro-Oeste brasileiro, que contam com uma grande diversidade biológica em plantas e animais, constituem amplos e ricos laboratórios para pesquisa *in situ* da informação genética.

h. Crescimento da demanda mundial e nacional da bioindústria

Os avanços da biotecnologia devem favorecer a ampliação de novos produtos que utilizam recursos naturais, com diferentes níveis de beneficiamento e sofisticação tecnológica, constituindo o que se poderia chamar de bioindústria que contempla fármacos, cosméticos, perfumes, essências e óleos. Este movimento coincide com a expansão da demanda mundial e nacional por produtos naturais e da bioindústria que atendem à crescente expectativa por qualidade de vida. As regiões com elevada biodiversidade, como o Centro-Oeste, têm grande potencial de crescimento da bioindústria para atender a essa demanda.

i. Integração físico-territorial e logística na América do Sul

Se for implantada a maioria dos projetos previstos pela IIRSA¹⁵, o subcontinente sul-americano terá uma forte integração físico-territorial e logística, que ampliará o comércio regional, além de possibilitar uma saída dos produtos brasileiros para o Pacífico, facilitando o acesso aos mercados asiáticos. Considerando as ações de integração continental delineadas pela IIRSA, o Eixo Interoceânico tem um grande impacto no Centro-Oeste, integrando a Região com os países andinos e funcionando como passagem para os produtos das regiões mais industrializadas do Brasil.

O provimento desses investimentos também possibilitará um maior trânsito de pessoas entre as nações, podendo ser um fator de enriquecimento da cultura e da construção da identidade regional, com efeitos positivos para o turismo no longo prazo.

¹⁵ Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) é o fórum técnico, integrado pelos doze países independentes da América do Sul, que trata de questões relacionadas ao continente e busca a realização de ações que visem à integração da infraestrutura sul-americana. A IIRSA surge de uma proposta apresentada em agosto de 2000 em Brasília, durante a Reunião de Presidentes da América do Sul.

j. Política regional brasileira

Atualmente, encontra-se em processo de aprovação a nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Caso se confirmem alguns cenários em relação a esta temática, principalmente a sua elevação à categoria de Lei (a atual PNDR consta do Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007) e a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), virão em complemento a alguns importantes resultados da primeira versão deste documento, que incluem a recriação da Sudeco (Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009), a criação, a implementação e o funcionamento do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO).

Ainda, por meio desta nova política, será possível dar continuidade ao processo de redução das desigualdades regionais, em nível macro e microrregional, bem como reestruturar a governança dos órgãos e instituições voltados ao Desenvolvimento Regional. Além disto, a efetivação dessa nova política permitirá resolver a questão do estímulo às novas centralidades, adensando e mais bem articulando a rede urbana centro-oestina.

1.1.11.4. Ameaças

Ameaças são fatores e processos desfavoráveis externos futuros à região que podem comprometer, dificultar ou restringir as perspectivas de desenvolvimento regional.

a. Oscilações e declínio dos preços das *commodities*

As *commodities*, principalmente agropecuárias, tendem a ter grande volatilidade de preços que decorrem da combinação de vários fatores: variação das safras dos grandes produtores, que flutuam também com condições climáticas, alteração dos estoques dos principais países consumidores, especialmente Estados Unidos, e movimentos especulativos. Para uma região com forte integração comercial mundial centrada em algumas poucas *commodities*, como o Centro-Oeste, esta volatilidade dos preços gera instabilidade na economia regional.

b. Restrições de financiamento e capitalização do agronegócio brasileiro

Como parcela importante do agronegócio brasileiro está ligada à exportação, a sua capitalização depende da política cambial e da taxa de câmbio. Desta forma, dependendo da política da valorização ou desvalorização futura do real, o agronegócio terá dificuldades de capitalização, que podem comprometer os investimentos e, como consequência, a inovação e ampliação da produção. As características da agropecuária requerem um sistema de crédito diferenciado e com cronograma ajustado ao ciclo da atividade, definido por condições naturais. A política

macroeconômica que predominar no futuro, com implicações na taxa de juros, aliada a fatores de política agrícola, pode criar restrições ao financiamento em volume, condições de crédito e cronograma.

c. Aumento das barreiras técnicas e não tarifárias no comércio internacional

O aumento das barreiras técnicas e não tarifárias é uma tendência geral no mercado internacional, combina certificação de qualidade, regras e padrões fitossanitários, exigências de controle ambiental, entre outros procedimentos de regulação. Essa tendência pode se acentuar na medida em que as negociações em torno das barreiras tarifárias levem, efetivamente, a uma redução significativa dos protecionismos no mercado internacional, que funcione como mecanismo parcial de contenção de importações, principalmente de produtos naturais.

Embora contenham elementos muito positivos de controle de qualidade dos produtos e da sustentabilidade dos processos produtivos, as barreiras técnicas e não tarifárias podem constituir uma ameaça para os países e regiões com limitados sistemas de controle e capacidade tecnológica para enquadrar a produção aos padrões e exigências internacionais e de grandes países importadores.

d. Concorrência de países do MERCOSUL no agronegócio

O MERCOSUL reúne países com grande diferença de porte, capacidade produtiva e concorrência potencial em alguns segmentos, principalmente o agronegócio, na medida em que Argentina e Uruguai são grandes produtores de grãos e de carne. Embora o Brasil e o Centro-Oeste tenham um nível de produtividade agropecuária alto, que garante competitividade frente aos outros membros do MERCOSUL, o aprofundamento da integração comercial pode gerar, no futuro, uma forte concorrência dos parceiros comerciais em diferentes elos das cadeias produtivas, dificultando o adensamento das cadeias na região.

e. Biopirataria

A crescente importância da biodiversidade para o desenvolvimento tecnológico na saúde, na agropecuária e na energia, estimula a busca de espécies e amostras de animais, plantas, fungos e insetos das regiões ricas em recursos biológicos, parte delas ilegais e fora de controle. Mesmo com os avanços da Convenção da Biodiversidade, ainda são muito frágeis os mecanismos de regulação e, principalmente, a capacidade de controle e fiscalização dos países, entre eles o Brasil, para deter a retirada ilegal de material e informação genética.

O País e as comunidades tradicionais das áreas de Florestas Tropicais e Cerrados perdem com a expropriação ilegal e descontrolada da informação genética. A insuficiente capacidade de pesquisa da biodiversidade brasileira, incluindo o Centro-

Oeste, reduz a bioprospecção brasileira e a apropriação dos benefícios econômicos e sociais da grande diversidade biológica regional.

f. Controle monopolístico das tecnologias

Os grandes centros de pesquisa e as empresas multinacionais são os maiores detentores de patentes, e por meio delas asseguram ampla remuneração para suas pesquisas, e podem, portanto, exercer controle monopolístico da utilização e/ou cessão das tecnologias. O acesso a novos conhecimentos e processos técnicos por países e regiões com baixa capacidade científica e tecnológica enfrenta o obstáculo da propriedade intelectual sobre as tecnologias.

Na tecnologia da agropecuária, o Centro-Oeste é beneficiado pelas atividades de pesquisa avançada da Embrapa com avanços importantes nos processos que estimulam e viabilizam a inovação tecnológica. Entretanto, a biotecnologia permite que as empresas com pesquisas de organismos geneticamente modificados (transgênicos) controlem as sementes e produtos gerados ou que sejam compatíveis apenas com implementos, adubos e defensivos de sua propriedade.

g. Redução dos espaços de atuação fiscal dos Estados

As negociações em torno de uma reforma tributária expressam interesses diferenciados e contraditórios das instâncias governamentais que demandam um novo pacto federativo. No que depender da natureza e abrangência da reforma tributária, pode haver uma redução dos espaços de atuação dos governos estaduais, como as restrições aos incentivos fiscais com o ICMS e redefinição das regras de distribuição das receitas públicas para os Estados.

h. Mudanças climáticas globais

De acordo com pesquisas reconhecidas internacionalmente, existem sinais de mudanças climáticas globais, particularmente o aquecimento geral do planeta com implicações gerais, mas imprevisíveis sobre o clima. A depender da intensidade e da velocidade destas mudanças climáticas, podem ocorrer alterações significativas na temperatura média e no regime de chuvas, comprometendo as condições da agropecuária em diferentes áreas do planeta, especialmente nas regiões tropicais e subtropicais.

O Centro-Oeste, um dos maiores celeiros de produção de grãos e carne do mundo, pode perder parte das suas vantagens em clima, solo e recursos hídricos, comprometendo sua produção e produtividade agrícola. Considerado por vários cientistas como um processo normal e cíclico da natureza, as alterações no clima têm sido induzidas e acentuadas por pressões antrópicas, entre as quais se destaca o chamado “efeito estufa” que decorre principalmente da emissão de gases pelas atividades industriais e de transportes.

i. Ineficácia da gestão ambiental

A depender do cenário nacional que venha predominar nos próximos vinte anos, o Brasil poderá conviver ainda com uma gestão ambiental reativa e de baixa eficácia, que não promoveria uma reorientação dos sistemas produtivos e das tecnologias agropecuárias no Centro-Oeste. Desta forma, mesmo que eventualmente os Estados da região definam políticas ambientais proativas e eficazes, pouco consistentes com as condições políticas nacionais, devem persistir as pressões antrópicas sobre os ecossistemas regionais, dependendo da intensidade da expansão econômica.

j. Riscos de pragas e epidemias na agropecuária

A globalização, que intensifica o comércio mundial e os contatos rápidos de difícil controle entre os países, aumenta os riscos de propagação de pragas e epidemias na agropecuária, como a doença da vaca louca, a febre aftosa e, mais recentemente, a gripe aviária, para falar apenas da pecuária. Embora tenham melhorado, em todo mundo, os sistemas de monitoramento e controle de pragas, cresce também a velocidade de contaminação das atividades agropecuárias, ameaçando a produção mundial de importantes produtos alimentícios. A eventual desorganização da produção agropecuária mundial em algumas destas áreas pode ter impactos diferenciados nos centros produtores, que dependem da intensidade, do ritmo de propagação e das características próprias de cada território.

A pecuária do Centro-Oeste, classificada por alguns como “boi verde”, beneficiou-se da doença da vaca louca, uma vez que substituiu países produtores afetados que tiveram seus rebanhos destruídos e que perderam credibilidade nos mercados. No entanto, a descoberta de focos de febre aftosa, no Centro-Oeste, teve o efeito contrário de corte de importação de alguns países compradores da carne brasileira.

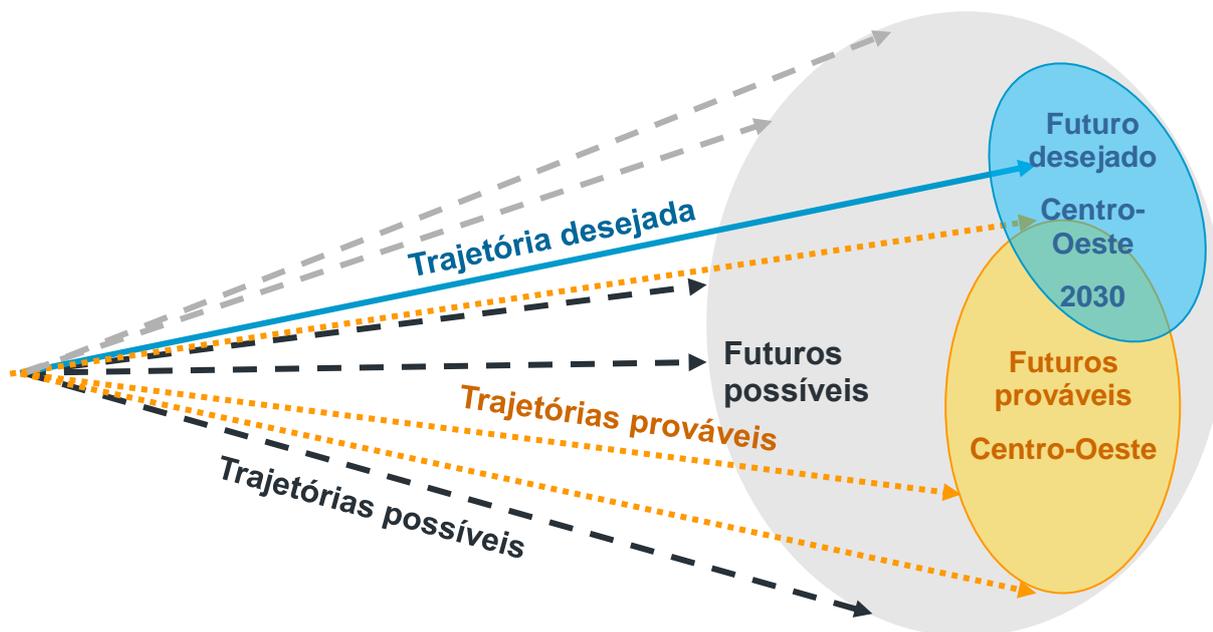
1.2 PROJEÇÕES PARA O CENTRO-OESTE, UMA VISÃO DE FUTURO.

As regiões no Brasil, e em todo o planeta, se enfrentam com uma nova realidade de crise estrutural profunda. Essa crise é diferente das crises anteriores, sobretudo em dois aspectos fundamentais: por um lado, ela se insere num ciclo de grande inovação tecnológica, sendo que esta permite aumentar a produção reduzindo os custos do trabalho; por outro lado, o crescimento econômico, essencial para o aumento de riqueza que possibilite a sua distribuição, se faz com inovação tecnológica, ou seja, não gera mais empregos e agrava os custos sociais dos Estados. Como resultado inevitável do modelo, assistimos ao enfraquecimento e endividamento dos estados e dos municípios, efeito que tem consequências múltiplas e sistêmicas para o Brasil, sobretudo.

Esta dupla característica da crise atual se cruza com outros processos que são igualmente marcantes neste século 21: a concentração da população nas cidades com o crescimento concomitante de favelas nos seus entornos; a crise das estruturas sociais tradicionais, com a segregação entre gerações; o predomínio das finanças sobre a economia, com sucessivas bolhas especulativas que agravam a crise, de que a maior é a não correspondência entre a cotação das moedas no mercado internacional e o real valor de suas economias produtivas de base; as tensões sociais crescentes e um profundo sentimento de desesperança nas populações.

Nenhuma destas características e tendências é nova, mas a novidade é a sua integração plena numa escala global. O que é novo, é que a raiz das dificuldades locais só tem solução fora delas, numa escala global. Essa é a dificuldade, mas é também a oportunidade para os territórios e suas populações, pois hoje é possível, a partir de locais anteriormente remotos, construir uma estratégia de globalização, na qual esses locais, antes condenados à periferia e à subordinação, podem assumir protagonismo e centralidade, ajudando a afirmar caminhos alternativos para as regiões e os estados brasileiros, em sinergia com os 17 Objetivos Globais de Desenvolvimento Sustentável, os quais compõem a “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” estabelecida pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU).

Um olhar para o futuro, no presente



É neste cenário que o presente Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste - PRDCO 2020-2023 propõe incentivar convergências e criar sinergias para um processo de aproveitamento das vantagens comparativas e competitivas locais e regionais, visando ampliar e viabilizar o crescimento econômico, melhorar a qualidade de vida da sua população, fortalecer o seu capital social, promover governança e o uso sustentável e inteligente dos territórios na região Centro-Oeste do Brasil.

O plano propõe, portanto, uma convergência de fatores econômicos, sociais, políticos, institucionais e ambientais, que se cruzam e se interpenetram, e nenhum deles se completa sem o auxílio dos demais, e não se pode proceder à leitura isolada de cada um deles sem se considerarem as suas inter-relações.

O PRDCO 2020-2023 poderá assumir diversos recortes territoriais, não sendo uma questão de escala, mas de natureza. Na visão proposta pelo plano, o local é produto do processo de desenvolvimento, da participação social, um espaço que vai sendo construído pela sociedade, originando configurações territoriais diversas. Ele é o alvo socioterritorial das ações que devem desdobrar-se em abordagens de desenvolvimento regional integrado e inteligente.

A grande mudança que se pretende fomentar por meio deste PRDCO 2020-2023 é fazer com que as iniciativas necessárias ao desenvolvimento se aproximem mais do cidadão para que ele possa efetivamente participar e adquirir um poder decisório com base no conhecimento das suas realidades. Assim, haverá uma maior facilidade para se identificarem os problemas, visto que a maioria deles se associa às pessoas que mantêm uma relação direta ou indireta com seu entorno, utilizando os

recursos naturais e podendo, portanto, mobilizar-se, com a ação permanente do Governo Federal por meio do Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR e, conseqüentemente, por meio da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - Sudeco, que propõe assumir um papel de centralidade para a proposição de soluções territoriais sistêmicas e integradas, viabilizando soluções para os dilemas postos para a região Centro-Oeste do Brasil.

- i. As novas dinâmicas sociopolíticas e os novos arranjos da gestão pública brasileira conectam o local com o global e ampliam os desafios que não poderão ser enfrentados a partir dos velhos modelos de governança. A região Centro-Oeste do Brasil, assim como tantos outros territórios, enfrenta, dentre outros, os seguintes dilemas:
- ii. Processo de urbanização acelerado, com ocupação desordenada dos territórios, com uma forte pressão social sobre a oferta de infraestrutura e serviços públicos e sobre espaços possíveis à ocupação e ao uso do solo; demandas crescentes da grande parcela de desempregados, sobretudo entre jovens de 18 a 25 anos;
- iii. Crescente processo de municipalização das políticas sociais, repassando novas e maiores responsabilidades para os municípios, sem cobertura financeira suficiente por parte dos Estados;
- iv. Acirramento de competição entre municípios e estados para a recepção de investimentos privados e públicos;
- v. Aceleração da globalização econômico-produtiva que demanda, desde já, uma revolução tecnológica e gerencial; aumento da interdependência econômica e da complexidade do sistema mundial, agora com efeitos instantâneos no nível local; enfraquecimento da capacidade regulatória dos estados e municípios; desemprego estrutural crescente; exigência de maior qualificação da mão de obra; intensificação da exclusão econômica e social;
- vi. Intensificação da demanda do uso do conhecimento e da informação; necessidade de eficiência organizacional baseada no conceito de sistemas interdependentes; demandas por descentralização de ações e propostas; controle de resultados na gestão pública, dentre outros.

Ainda, uma gama de desafios sistêmicos se faz presente, como:

- i. Identificar, valorizar e despertar as vocações locais que possam contribuir com a visão de desenvolvimento regional;
- ii. Mobilizar e dinamizar as potencialidades locais;
- iii. Fortalecer os ativos territoriais, tangíveis e intangíveis, como alavancas para o desenvolvimento;
- iv. Sensibilizar, mobilizar e engajar a sociedade para uma participação ativa nos processos de desenvolvimento locais e regionais;

- v. Identificar, mobilizar e engajar parcerias que possam contribuir com a alavancagem de novos modelos de desenvolvimento integrado e sustentável;
- vi. Apoiar o crescimento dos níveis de confiança, cooperação, ajuda mútua e organização social em torno de interesses comuns, fortalecendo as bases de capital social local;
- vii. Desenvolver a cooperação e a integração das cadeias produtivas e das redes sociais e econômicas, gerando trabalho e renda e atraindo novos empreendimentos que possam diversificar a grade de arranjos econômicos nos territórios;
- viii. Fomentar a cultura empreendedora nos municípios e estados;
- ix. Elevar a competitividade das economias locais, através de atividades econômicas endógenas diversificadas e inovadoras, visando reduzir, desse modo, sua dependência externa de recursos;
- x. Apoiar a reestruturação, reorganização e modernização das gestões públicas nos estados do Centro-Oeste, dentre outros.

Este Plano é instrumento imprescindível na orientação das políticas públicas dos diversos entes federativos da região Centro-Oeste. Elaborado em cumprimento ao disposto no inciso II do art. 4º da Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, facilitará a cooperação entre a Sudeco e os agentes públicos e privados, promovendo a otimização de esforços e de recursos públicos e privados para o desenvolvimento regional sustentável, evitando redundâncias e sobreposições de iniciativas.

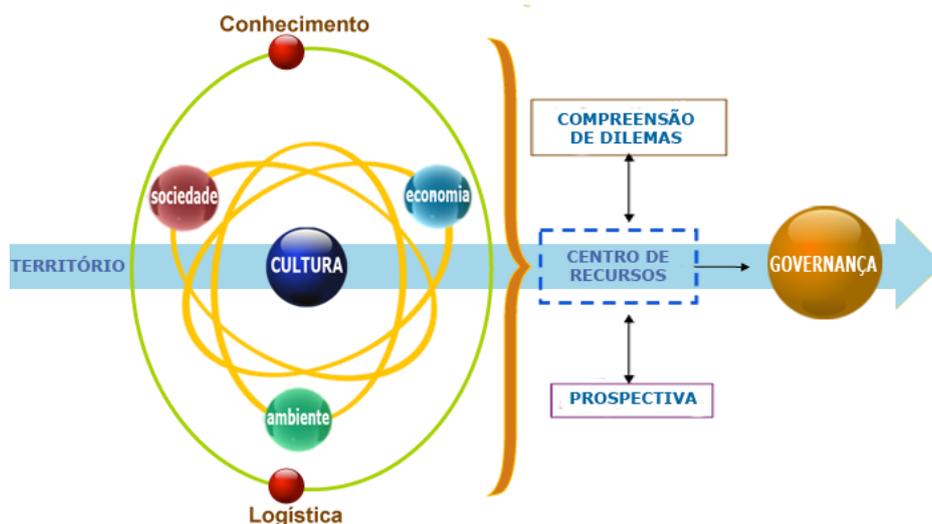
2. ANEXO II – PROGRAMAS INDICATIVOS E METAS

O PRDCO está estruturado a partir de 07 (sete) **programas estratégicos** que, conduzidos de forma articulada, convergente e sinérgica com premissas como os 17 ODS e a Agenda 2030/ONU, tornam-se ferramentas efetivas para a materialização dos objetivos do Plano, alavancando o desenvolvimento regional sustentável no médio e longo prazo.

Hoje, é imperativo pensarmos o Centro-Oeste com um olhar maior, mais alargado, adiante no tempo, a partir do agora. O momento nos exige o propósito de buscar a construção de um novo modelo de desenvolvimento para a esta macro-região, com uma visão inovadora, baseada na gestão integrada e governança, que busque a convergência com base na diversidade de dilemas, ativos e oportunidades.

Em setembro de 2015, 193 países-membros das Nações Unidas adotaram oficialmente a nova agenda de desenvolvimento sustentável, intitulada “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, na Cúpula de Desenvolvimento Sustentável, realizada na sede da ONU em Nova York. Essa agenda contém 17 Objetivos e 169 metas.

Os 17 ODS são integrados e indivisíveis e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental, que devem ser articuladas a partir da plataforma da cultura como amálgama e estratégia de sustentação e indução.



Os 17 ODS são como uma lista de tarefas a serem cumpridas pelos governos, a sociedade civil, o setor privado e todos cidadãos na jornada coletiva para um 2030 sustentável, melhor para todos. A conexão do PRDCO com a Agenda 2030/ONU propõe estimular e apoiar ações em áreas de importância crucial para a humanidade: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parcerias, chamado 5 P's.

Os 5 P's estão assim dimensionados e descritos:

- ✓ **PESSOAS** - Acabar com a pobreza e a fome, em todas as suas formas e dimensões, e garantir que todos os seres humanos possam realizar o seu potencial em dignidade e igualdade, em um ambiente saudável.
- ✓ **PLANETA** - Proteger o planeta da degradação, sobretudo por meio do consumo e da produção sustentáveis, da gestão sustentável dos seus recursos naturais e tomando medidas urgentes sobre a mudança climática, para que ele possa suportar as necessidades das gerações presentes e futuras.
- ✓ **PROSPERIDADE** - Assegurar que todos os seres humanos possam desfrutar de uma vida próspera e de plena realização pessoal, e que o progresso econômico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza.
- ✓ **PAZ** - Promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas que estão livres do medo e da violência. Não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz e não há paz sem desenvolvimento sustentável.
- ✓ **PARCERIA** - Mobilizar os meios necessários para implementar esta Agenda por meio de uma Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável revitalizada, com base num espírito de solidariedade global reforçada, concentrada em especial nas necessidades dos mais pobres e mais vulneráveis e com a participação de todos os países, todas as partes interessadas e todas as pessoas.

Neste contexto, o PRDCO propõe dialogar com agendas globais, nacionais, regionais e locais, primando pela convergência e cooperação, estratégias que sustentam as abordagens da SUDECO.

Quais são os 17 ODS:



17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – Organização das Nações Unidas - ONU



5 P's do Desenvolvimento Sustentável - Organização das Nações Unidas - ONU

Os **programas indicativos** estratégicos apontam **projetos** e **metas** no sentido de responder aos gargalos e problemas internos de forma inteligente - os gargalos, especialmente nas cadeias produtivas, podem ensejar, também, ações inovadoras, com o aproveitamento das potencialidades da região, de modo a situá-la, positivamente, no contexto nacional e mundial, de modo que o Centro-Oeste esteja preparado para articular os pontos positivos no contexto de uma agenda sustentável e mitigar pontos negativos identificados.

Em outras palavras, destacam onde devem ser concentradas as ações para promover o desenvolvimento, aproximar-se da visão de futuro, e alcançar os objetivos do desenvolvimento regional sustentável preconizado pelo PRDCO.



Os sete programas estratégicos de desenvolvimento estão apresentados a seguir em uma ordem que não representa uma escala hierárquica. Para sua concretização pretende-se que haja a articulação dos atores envolvidos para a construção de programas e ações que traduzam suas necessidades específicas.

2.1. Programa 1: Democratização e melhoria da gestão pública

De modo geral, os governos brasileiros (nas diversas esferas) demonstram uma baixa eficácia e limitada eficiência na gestão dos projetos e execução do orçamento, o que gera grande desperdício de recursos, sobreposição de iniciativas e limitação do impacto das ações governamentais. Para o desenvolvimento regional, é fundamental que a gestão pública seja fortalecida, modernizada, aprimorada e requalificada, visando à proposição e implementação de programas e projetos que resultem em entregas efetivas para a sociedade. A melhoria da gestão pública deve estar ancorada em preceitos de eficiência, eficácia e efetividade da gestão.

Neste Programa 1, portanto, pretende-se a melhoria da gestão pública e o fortalecimento da governança integrada nos territórios, articulada com apoio e participação ativa da sociedade civil organizada. Faz-se necessário o desenvolvimento de programas que qualifiquem e requalifiquem as gestões públicas municipais, com foco no capital humano e formação de equipes técnicas permanentes.

(Programa 1) Meta 1 - Qualificação do serviço público municipal e estadual

A qualificação é importante para atingir os objetivos institucionais dos órgãos e resulta na eficiência da prestação do serviço público, traz ganhos significativos, de forma sinérgica, entre o ofertante e o demandante, valoriza o capital humano da administração, proporciona a entrega necessária à população e produz satisfação à sociedade.

(Programa 1) Meta 2 - Fortalecimento da gestão municipal e estadual

A melhoria contínua do setor público deve ser sempre uma prioridade do governo. A gestão pública é responsável pelo desenvolvimento econômico, social e urbano do País. Para aumentar a eficácia dos programas e projetos de desenvolvimento regional e assegurar resultados efetivos e mudanças reais, é imprescindível estabelecer a democratização e o aperfeiçoamento dos serviços públicos.

Isso envolve a efetividade de políticas públicas, a melhoria dos serviços oferecidos para a sociedade, o fomento à gestão participativa, o aumento da eficiência dos gastos públicos, a transparência nas ações, a gestão patrimonial pública, inclusão de projeto eletrônicos para compras públicas e o estabelecimento de indicadores de desempenho para acompanhamento dos resultados, e *compliance*. As atividades do governo devem estar alinhadas a práticas de modernização da máquina pública, incluindo-se o fortalecimento do Governo Digital.

2.2. Programa 2: Melhoria da educação e fortalecimento do sistema de pesquisa e desenvolvimento (P&D)

A educação da população é fator fundamental para a melhoria da qualidade de vida e aumento das oportunidades sociais, ao mesmo tempo em que representa uma contribuição decisiva para a competitividade regional, facilitando o fortalecimento da capacidade da mão de obra e os avanços tecnológicos.

Há uma grande lacuna e uma importante necessidade de maior debate em torno das questões específicas da produção do espaço e do desenvolvimento, sendo ainda limitadas as ações de compreensão desta região como um todo. É necessário, portanto, fomentar e aumentar a produção de tais conhecimentos, bem como produzir estudos e projetos de intervenção na região. Para o aprimoramento da educação na região, é crucial que haja a melhoria da educação básica, a ampliação da educação superior e a formação e qualificação profissional.

O desenvolvimento tecnológico, por sua vez, é uma necessidade básica para que a região consolide e amplie sua competitividade e, ao mesmo tempo, altere os processos de aproveitamento dos recursos naturais, contribuindo para a

sustentabilidade ambiental, além de desenvolver novos produtos e formas de utilização ambiental sustentáveis.

É importante lembrar que a indústria 4.0, assim como as chamadas “cadeias globais de valor” são uma tendência mundial que afetarão a competitividade das empresas, não podendo ser ignoradas. Esses novos modelos de produção contarão com dispositivos inteligentes e interconectados, dotados de uma infinidade de sensores, que poderão ser monitorados de forma remota, demandando tecnologias com alto grau de complexidade e técnicos altamente especializados.

Para que haja inovação, desenvolvimento e difusão da tecnologia, é preciso considerar aspectos relevantes para que seja promovida a criação e qualificação de centros de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias, incluindo Universidades. A implementação de pesquisa e o desenvolvimento tecnológico para geração de processos produtivos aumentarão a produtividade, trazendo diversificação à produção e assegurando a sustentabilidade, pensando ainda no fortalecimento e integração dos sistemas estaduais de C&T.

Dessa forma, o Programa 2 visa aumentar as oportunidades sociais pela universalização do acesso ao ensino de qualidade, contribuir para a competitividade regional, por meio do aumento do nível de escolaridade, concretizar um ambiente de inovação tecnológica, além do favorecer a introdução de tecnologias ambientalmente compatíveis que reorientem as relações da atividade produtiva com o meio ambiente.

(Programa 2) Meta 1 - Ampliação e interiorização do ensino técnico e profissionalizante

A educação necessita de investimentos e ajustes, pois é somente com o aperfeiçoamento, criação de possibilidades para formação básica, superior e técnica que se pode esperar por uma mão de obra mais qualificada, principalmente em decorrência da introdução de inovações tecnológicas que pedem recursos humanos com formação elevada, permitindo, assim, o desenvolvimento da região.

Em países em desenvolvimento como o Brasil, a geração de riquezas através da inovação é um caminho para a criação de uma economia competitiva. O investimento em educação é o fator principal do eixo do desenvolvimento, pois é por meio dela que ocorre uma maior distribuição de renda na região, aumento do número de empregos e salários, além de estímulos para a igualdade social. Por consequência, haveria uma maior inclusão social e o incentivo ao consumo, estimulando o setor produtivo.

(Programa 2) Meta 2 - Implantação de projetos voltados para o desenvolvimento tecnológico

O desenvolvimento tecnológico e a inovação têm um papel fundamental para o avanço da região, uma vez que impulsionam o desenvolvimento econômico e social. Desse modo, é essencial firmar parcerias com Universidades, Institutos Federais e empresas voltadas à pesquisa, no intuito de aproximar as instituições de ensino e pesquisa do setor produtivo com a estruturação de ecossistemas de inovação.

Ainda, a difusão de tecnologias limpas, com a utilização de matérias primas renováveis e sem o uso de produtos nocivos ao meio ambiente durante o processo produtivo, trata-se de uma condição importante para promover a geração de crescimento econômico de longo prazo, com a preservação desses recursos, e para a abertura de mercados que exijam selos de procedência.

(Programa 2) Meta 3 – Apoio às ações de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

O apoio às ações de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação é importante para se alcançar novos conhecimentos e ideias que podem ser transformados em produtos, processos e tecnologias, bens culturais e práticas inovadoras, que por sua vez, aplicados de forma consciente, poderão gerar o desenvolvimento regional sustentável e o bem-estar para a sociedade.

(Programa 2) Meta 4 – Adoção de novas modalidades de assistência técnica e extensão

O apoio às ações de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação é importante para se alcançar novos conhecimentos e ideias que podem ser transformados em produtos, processos e tecnologias, bens culturais e práticas inovadoras, que por sua vez, aplicados de forma inteligente, poderão gerar o desenvolvimento regional sustentável e o bem-estar para a sociedade.

2.3. Programa 3: Gestão ambiental e recuperação do meio ambiente

Para assegurar a conservação dos ecossistemas mesmo com crescimento da economia e estabelecer, portanto, uma mediação das atividades econômicas com o meio ambiente, é de extrema importância o tema proposto por este vetor.

A Região Centro-Oeste tem um dos maiores mananciais de recursos hídricos do Brasil, constituindo centro importante do sistema hidrográfico da América do Sul. Entretanto, as pressões antrópicas que decorrem da expansão da fronteira agrícola e da exploração hidrelétrica provocam degradação dos recursos hídricos e de bacias hidrográficas e ameaçam uma das principais riquezas da região.

No que se refere à gestão ambiental, tanto do governo federal quanto dos órgãos estaduais, há grandes lacunas institucionais e de instrumentos técnicos e operacionais a fim de exercer o efetivo controle das atividades econômicas sobre o meio ambiente, apesar dos normativos gerais. A forma mais eficaz de conservação do meio ambiente reside na sua valorização e utilização econômica de forma racional, com base em tecnologias adequadas desenvolvidas diretamente para os ecossistemas regionais.

A construção de um sistema de prevenção e controle da poluição da água com abordagem nas diferentes bacias hidrográficas da região, assegurando o acesso sustentável à água de qualidade, em quantidade adequada, manutenção dos meios de vida, do bem-estar humano e do desenvolvimento socioeconômico, proteção a todos os mananciais e desastres relacionados à água, além da revitalização, conservação e recuperação dos lagos e rios, das matas ciliares e nascentes, contribuirá para que a região consiga dar uma resposta a essas limitações.

O Ecoturismo é o ramo do turismo é caracterizado pelo contato com ambientes naturais, pela realização de atividades que promovam a vivência e o conhecimento da natureza e pela proteção das áreas onde ocorre. Isto é, ele está fundado nos conceitos de educação, conservação e sustentabilidade. Pode ser entendido, então, como as atividades turísticas baseadas na relação sustentável com a natureza, comprometidas com a conservação e a educação ambiental.

Sendo assim, o Programa 3 propõe que haja o aprofundamento da gestão integrada de recursos hídricos, utilizando as bacias hidrográficas como base do planejamento; a reestruturação e fortalecimento da gestão ambiental, para contornar as limitações e promover uma reorientação do modelo de desenvolvimento e das relações da economia e sociedade com a natureza, como por exemplo o incentivo ao desenvolvimento do Ecoturismo, o qual, junto à utilização econômica sustentável dos recursos hídricos, contribui com a valorização e conservação do meio ambiente.

(Programa 3) Meta 1 - Difusão de tecnologias limpas

As tecnologias “limpas” possibilitam reverter um custo em benefício. Pois, o que seria antes tratado como um problema (gastos adicionais para evitar emissões ou para pagar compensações, caso a redução de emissões não seja técnica ou economicamente viável) passa a ser uma vantagem (ganhos de rendimento ou produtividade). Trata-se, portanto, de ganho de competitividade que ocorre concomitantemente ao ganho social.

As oportunidades para a difusão de tecnologias limpas variam em setores onde a disparidade tecnológica entre as firmas componentes é muito grande, existe um grande espaço de avanço simplesmente através da melhoria nas formas de produção das empresas mais defasadas. Nesse caso, o papel da política pública é facilitar a transferência dessas tecnologias, tanto através de difusão (muitas vezes o problema

está no desconhecimento de novas técnicas) como criando mecanismos de financiamento e outros incentivos ao aperfeiçoamento tecnológico.

(Programa 3) Meta 2 - Desenvolvimento do ecoturismo

O ecoturismo possui entre seus princípios a conservação ambiental aliada desenvolvimento das comunidades locais, devendo ser incentivado sob os princípios da sustentabilidade.

O desenvolvimento sustentável é um conceito que visa harmonizar o crescimento econômico com a promoção da igualdade social e preservação do patrimônio natural, garantindo que as necessidades das atuais gerações sejam satisfeitas sem, contudo, comprometer o atendimento às necessidades das gerações futuras.

(Programa 3) Meta 3 - Saneamento Rural

O saneamento rural exerce importante papel na preservação dos recursos hídricos representados pelas microbacias hidrográficas, na qualidade de vida da população rural e na produtividade de alimentos, sendo de fundamental importância para o setor econômico representado pelos pequenos agricultores familiares.

Além disto, as ações de saneamento nas áreas rurais visam combater as doenças de transmissão hídrica, como parasitoses intestinais e diarreias, as quais são responsáveis por elevar as taxas de mortalidade infantil. Além de impactar positivamente na saúde pública promove também, a inclusão social dos grupos minoritários mediante a implantação integrada com outras políticas públicas setoriais tais como: saúde, habitação, igualdade racial e meio ambiente.

(Programa 3) Meta 4 - Produção de Água

A produção de água constitui num incentivo ao produtor rural a desenvolver ações que ajudem a preservar a água, usando o conceito de pagamento por serviços ambientais que estimula os produtores a cuidarem do trato com as águas, recebendo apoio técnico e financeiro para implementação de práticas conservacionistas. Além do ganho econômico da sua produção, o produtor também melhorará a quantidade e a qualidade da água da região.

(Programa 3) Meta 5 - Valorização, conservação, recuperação e restauração do meio ambiente

A forma mais eficaz de conservação do meio ambiente reside na sua valorização e utilização econômica de forma racional, com base em tecnologias adequadas, desenvolvidas diretamente para os ecossistemas regionais, visando o equilíbrio entre eles.

A recuperação busca retomar a função da vegetação naquele ambiente, evitando a erosão do solo, de forma a regular o processo biogeoquímico (ciclo da água, carbono e nitrogênio). Já a restauração consiste num trabalho voltado para o restabelecimento dos processos naturais que possibilitarão que a vegetação retome a mais próximo possível de sua condição original (antes de ter sofrido qualquer interferência humana).

2.4. Programa 4: Ampliação da infraestrutura social e urbana

O Centro-Oeste tem deficiência no abastecimento de água, fornecimento de gás, pavimentação asfáltica, redes de águas pluviais e esgotamento sanitário, além de resultados preocupantes em relação à gestão de resíduos sólidos, o que influencia negativamente a qualidade de vida e a saúde pública da população.

A inclusão do programa justifica-se pelo fato de que infraestrutura econômica, social e urbana e o processo de desenvolvimento possuem elevado grau de correlação. A disponibilidade de infraestrutura no território constitui um indicador das suas condições de desenvolvimento, vez que sua ausência limita o processo de prosperidade econômica e o aperfeiçoamento das questões territoriais.

Assim, como as deficiências infra estruturais em algumas áreas restringem as suas possibilidades de desenvolvimento, é necessário a implementação de políticas de Estado que favoreçam o desenvolvimento regional.

(Programa 4) Meta 1 – Inclusão produtiva e geração de renda

O projeto propiciará o acesso das populações que se encontram em extrema linha de miséria, oportunizando a ocupação e geração de renda, tanto na área urbana quanto na rural. Essa dinamização econômica regional vislumbrada, ainda pode impactar positivamente no fortalecimento da identidade cultural (saberes e fazeres locais). Além disso, constitui importância fundamental a criação e fortalecimento de rotas de integração, promovendo a inclusão produtiva e a integração das regiões menos desenvolvidas do Centro Oeste.

(Programa 4) Meta 2 – Incentivo à elaboração de planos diretores municipais

O projeto constitui instrumento básico da política de desenvolvimento dos Municípios, sendo sua principal finalidade orientar a atuação do poder público e da iniciativa privada na construção dos espaços urbano e rural na oferta dos serviços públicos essenciais, visando assegurar melhores condições de vida para a população.

(Programa 4) Meta 3 – Melhoria da Infraestrutura Urbana

O sistema de infraestrutura urbana é constituído pelos subsistemas viários, de drenagem pluvial, de abastecimento de águas, de energia, de comunicação, de

saneamento, de pavimentação viária e de transporte, refletindo na qualidade de vida em uma cidade. A melhoria continuada desse sistema, de forma inteligente, proporcionará melhores condições de atendimento das pessoas, bem como um desenvolvimento econômico dos municípios.

O saneamento básico é sinônimo de saúde pública preventiva, o que pode ser obtido através do aumento da cobertura de abastecimento de água tratada, de coleta e tratamento de esgoto, e de coleta e destinação adequada de resíduos sólidos. Para isso, deve-se buscar recursos públicos e privados para financiamento de projetos, equipamentos entre outros itens necessários à sua viabilização, somando-se a isto a melhoria do sistema de drenagem urbana, implantação de aterros sanitários, o tratamento de resíduos sólidos, e programas de coleta seletiva e reciclagem nos municípios.

2.5. Programa 5: Ampliação da infraestrutura econômica e logística

O investimento em infraestrutura de energia, transportes e comunicações permite a instauração e ampliação de empreendimentos produtivos. Na era da informação, dos sistemas inteligentes de logística e telecomunicações, não se pode imaginar um fluxo sustentável de investimento público e privado na produção, sem um complexo confiável de infraestruturas, que reduzem os custos de produção regionais e permitem a atração de novas empresas e recursos humanos qualificados, além da expansão do capital já instalado.

Nesse sentido, serão trabalhadas a ampliação dos sistemas de comunicação (banda larga e telefonia), projetos relacionados a cidades inteligentes (iluminação pública, transporte público, mobilidade urbana, *wi-fi*), interligação logística e multimodal das cidades polos e a melhoria da infraestrutura produtiva (estradas, armazenamento, ferrovias e portos e aeroportos). Dessa forma, necessita-se de novos investimentos em infraestrutura intermodal de logística e mudança do sistema atual de transporte na região.

A ampliação e recuperação do sistema de transporte objetiva melhorar a integração do Centro-Oeste com o resto do Brasil e do mundo, particularmente com os países andinos. A integração multimodal de transporte constitui alternativa de diminuição dos custos de transporte para o escoamento da produção da região. Essa multimodalidade inter-relaciona rodovias, ferrovias e hidrovias, buscando o caminhamento de menor valor de transporte (tonelada/km).

A infraestrutura econômica e logística envolve além das questões relacionadas ao sistema de transporte, setores como de energia elétrica e comunicação. A ampliação da rede de transmissão de energia elétrica, a intensificação e adensamento da eletrificação rural na região, juntamente com a diversificação da matriz energética são imprescindíveis para que haja relativa melhora da qualidade do serviço prestado, sendo fundamental a disseminação de fontes de energia renovável.

A geração de energia com base em fontes renováveis pelos próprios consumidores tem sido aos poucos estimulada pelo governo. Este caminho, portanto, poderá trazer a solução não apenas para o problema de eletrificação da rede rural, como também representa o início de uma organização das cidades com a finalidade de se tornarem “cidades inteligentes”, que é uma realidade que evolui rapidamente e desponta-se como um caminho a ser seguido no desenvolvimento de centros urbanos em todo o mundo. Quanto à comunicação, há a necessidade do aumento da rede de telefonia móvel, a difusão da internet e o incentivo à criação de provedores nos municípios e comunidades.

Neste contexto, o Programa 5 apresenta possibilidades que podem ser entendidas como oportunidades de organizar a infraestrutura logística e econômica com a finalidade de preparar o Centro-Oeste para os desafios que estão por vir, tendo em vista a latente evolução da tecnologia que pretende revolucionar a forma com a qual lidamos com as questões logísticas atualmente e com o avanço da indústria 4.0 no setor produtivo.

A provisão de infraestruturas de telecomunicações, com a difusão do acesso à internet às mais diversas partes da região, e a ampliação da malha aérea regional, integrando-a à nacional, contribuirão para que o processo de fortalecimento dessas cidades ocorra. Isso visa reduzir a dependência dos grandes centros e possibilitar que centros de porte médio favoreçam a irradiação do desenvolvimento pelas microrregiões, promovendo uma organização territorial mais equilibrada.

(Programa 5) Meta 1 – Incentivo à redução dos custos de transporte da produção regional.

Este projeto visa aprimorar a infraestrutura de transportes compreendida pelos ramos da aviação regional, rodovias, ferrovias e hidrovias. Outras áreas logísticas importantes que devem receber ações de infraestrutura são as de telecomunicações (expansão da rede de internet e de telefonia móvel), de armazenagem e de energia, e também, incentivo à difusão do uso de tecnologias limpas, tais como: energia solar, biocombustíveis, pequenas centrais hidrelétricas.

2.6. Programa 6: Diversificação e adensamento das cadeias produtivas

A agropecuária é o segmento mais dinâmico da economia centro-oestina. Dessa forma, é importante que haja o fortalecimento dos sistemas de defesas sanitárias animal e vegetal, abrangendo os países fronteiriços, além da criação de certificação de produtos ecologicamente corretos (selo verde) para os produtos regionais.

Deve-se agregar maior valor ao que está sendo produzido e diversificar a economia da região de forma sustentável. Isso porque a economia local ainda

depende fundamentalmente do setor primário, em especial da agricultura de grãos e pecuária de corte.

Também se impõe, como condição, a complementariedade das áreas urbanas nas atividades agropecuárias, seja no atual atendimento a bens e serviços à agricultura mecanizada ou à pecuária mais intensiva, seja nos pretendidos adensamento e diversificação das cadeias produtivas regionais. Aqui, uma vez mais, são essenciais o planejamento e a gestão urbanos, especialmente considerando o uso e ocupação do solo urbano, que pode incentivar atividades agroindustriais, entre outras.

Importante ressaltar a potencialidade turística do Centro-Oeste. O aproveitamento racional e sustentável dos atrativos naturais e das belezas cênicas da região para atração de turistas nacionais e internacionais é essencial para alavancar o turismo, gerando renda e oportunidades de trabalho.

Além disso, o mercado interno e as potencialidades regionais podem viabilizar a formação de um parque industrial no Centro-Oeste, por meio da diversificação da estrutura produtiva, a fim de ampliar as oportunidades de renda e emprego da população.

O Programa 6, portanto, busca que as cadeias produtivas tenham uma melhor organização e que possam ter sua produção diversificada diante das inúmeras possibilidades encontradas na região.

(Programa 6) Meta 1 - Identificar alternativas de diversificação produtiva

A diversificação produtiva combate um grande problema da região, o qual depende primordialmente da exportação de produtos com baixo valor agregado. Necessitando descobrir novas alternativas tecnológicas e sustentáveis ao que já vem sendo produzido, no sentido de agregação e valor. Ela deverá ser um processo para proporcionar as interações entre estrutura-conduta-desempenho, obrigando as empresas a diversificarem seus campos de atuação, com impactos sobre a lógica do processo de expansão para novos mercados.

Esse esforço deverá contar com investimentos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - P, D e I, assim como capacitações e melhoria nas infraestruturas logística, de comunicação, informação e energia.

(Programa 6) Meta 2 - Agregação de valor aos produtos de exportação

Agregar valor aos produtos básicos que são aqueles que guardam suas características próximas ao estado em que são encontrados na natureza constitui uma mudança imperiosa para a região, pois tal transformação trará competitividade para exportação, gerando, desta forma, mais empregos e, por conseguinte trazendo desenvolvimento regional.

(Programa 6) Meta 3 - Fortalecimento da agropecuária

Por se tratar de uma atividade econômica de suma importância para a região, a agropecuária entendida como um processo que utiliza uma série de tecnologias e biotecnologias para alavancar elevados níveis de produtividade deve ser fortalecida no intuito de oferecer insumos aos novos produtos provenientes da agregação de valor.

A agricultura familiar, também, merece a sua devida atenção, em decorrência de sua dinâmica e características próprias quais sejam, possui área de até 4 módulos fiscais, mão de obra da própria família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do empreendimento pela própria família.

2.7. Programa 7: Consolidação de uma rede policêntrica de cidades no centro-oeste

Uma parte considerável das oportunidades de emprego e dos serviços de maneira geral concentram-se em algumas cidades da região. Isso faz com que uma parcela da população se desloque em direção aos grandes centros para buscar essas oportunidades e acessar os serviços que não estão disponíveis de maneira adequada em suas localidades de origem e nas proximidades. Essa situação gera vários impactos, já que ocorre um aumento na demanda pelos serviços locais que pode não ser suprida pela oferta existente. Além disso, a pressão exercida sobre algumas cidades pode resultar em problemas relacionados a diversas questões, como, por exemplo, mobilidade urbana e poluição.

Por meio da melhoria das funções urbanas nos centros de porte médio, espera-se facilitar o acesso a serviços públicos fundamentais ao desenvolvimento econômico e social dos municípios do Centro-Oeste, e reduzir a dependência de funções e serviços públicos dos grandes centros da região, particularmente do chamado eixo Brasília - Anápolis - Goiânia. Para tanto é necessário também permitir e ampliar as formas de conectividade entre cidades, e o desenvolvimento institucional dos municípios, com o fortalecimento do planejamento e gestão urbanos que permitam o desenvolvimento urbano sustentável.

O Programa 7 traz a importância em se consolidar uma rede policêntrica de cidades, em apoio à desconcentração e à interiorização do desenvolvimento regional no Centro-Oeste.

(Programa 7) Meta 1 – Plano de desenvolvimento da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE/DF.

A RIDE/DF consiste numa região integrada de desenvolvimento econômico e social, abordando aspectos como saneamento ambiental, educação, turismo, segurança pública, saúde, habitação, geração de emprego, proteção ao meio

ambiente, serviços de telecomunicações, infraestruturas entre outros fatores. Ela foi criada para dar respostas aos problemas resultantes de sua grande concentração populacional, devido a sua proximidade com a cidade de Brasília.

(Programa 7) Meta 2 – Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira

O desenvolvimento regional da faixa de fronteira possui como estratégias principais o combate as desigualdades, o fortalecimento e a viabilização dos potenciais endógenos e a recuperação da dívida social com uma população vulnerável. Ele busca a dinamização econômica, o fornecimento de infraestrutura de transporte e logística, o fomento as áreas sociais e produtivas, melhorando as condições de cidadania.

Esse desenvolvimento pretendido possui escalas diversas, não só de responsabilidade do MDR, mas também por diversos parceiros governais e não governamentais, com vistas a aumentar a riqueza com responsabilidade social e ambiental.

(Programa 7) Meta 3 – Apoio à ampliação de serviços em cidades médias

A identificação e fortalecimento de potencialidades, é importante para transformar as cidades em polos difusores de dinamismo econômico na esteira do conceito de cidades inteligentes, fortalecendo, por meio de projetos, a governança, administração da gestão pública e meio ambiente, capital humano e a economia, visto que boa parte das novas cidades médias não possuem infraestruturas e estrutura de serviços correspondentes ao seu porte. Desta maneira, estará se combatendo a desigualdade espacial.

Essas cidades atualmente vêm adquirindo um papel com importância crescente na economia, pois elas são os principais centros de destino de indústria, empregos e mão de obra qualificada, promovendo uma desconcentração industrial. Porém, é necessário controlar a velocidade de seus processos de urbanização

2.8. Programas indicativos e metas

A tabela abaixo resume os programas indicativos e metas propostos, esta proposta tem como pontos basilares as diretrizes e estratégias dispostas no Anexo I deste documento.

PROGRAMA	META
1 DEMOCRATIZAÇÃO E MELHORIA DA GESTÃO PÚBLICA	1.1. <i>Qualificação do serviço público municipal e estadual</i>
	1.2. <i>Fortalecimento da gestão municipal e estadual</i>
2 MELHORIA DA EDUCAÇÃO E FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (P&D)	2.1. <i>Ampliação e interiorização do ensino técnico e profissionalizante</i>
	2.2. <i>Implantação de projetos voltados para o desenvolvimento tecnológico</i>
	2.3. <i>Apoio às ações de P., D. e I.</i>
	2.4. <i>Adoção de novas modalidades de assistência técnica e extensão</i>
3 GESTÃO AMBIENTAL E RECUPERAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	3.1. <i>Difusão de tecnologias limpas</i>
	3.2. <i>Desenvolvimento do ecoturismo</i>
	3.3. <i>Saneamento Rural</i>
	3.4. <i>Produção de Água</i>
	3.5. <i>Valorização, conservação, recuperação e restauração do meio ambiente</i>
4 AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA SOCIAL E URBANA	4.1. <i>Inclusão produtiva e geração de renda</i>
	4.2. <i>Incentivo à elaboração de planos diretores municipais</i>
	4.3. <i>Melhoria da Infraestrutura Urbana</i>
5 AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA ECONÔMICA E LOGÍSTICA	5.1. <i>Incentivo à redução dos custos de transporte da produção regional</i>
6 DIVERSIFICAÇÃO E ADENSAMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS	6.1. <i>Identificar alternativas de diversificação produtiva</i>
	6.2. <i>Agregação de valor aos produtos de exportação</i>
	6.3. <i>Fortalecimento da agropecuária</i>
7 CONSOLIDAÇÃO DE UMA REDE POLICÊNTRICA DE CIDADES NO CENTRO-OESTE	7.1. <i>Plano de desenvolvimento da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE/DF</i>
	7.2. <i>Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira</i>
	7.3. <i>Apoio à ampliação de serviços em cidades médias</i>

3. ANEXO III - PROJETOS E AÇÕES INDICATIVAS

3.1. Projetos e parâmetros norteadores das ações indicativas prioritárias

As premissas programáticas expostas no capítulo anterior se desenvolveram a partir das Diretrizes deste documento, e originaram os Programas indicativos estratégicos. A partir destes foram propostos projetos de cunho referencial, os quais abordam diversos aspectos do desenvolvimento estratégico sustentável que se espera para o Centro-Oeste.

Procurou-se definir projetos que carreguem em si o potencial em gerar ações estratégicas que atendam aos diversos Eixos internos à Aposta estratégica definida pela Agenda 2020-2023. Dentro deste rol de ações obteve-se, por meio dos critérios de análise das fraquezas e ameaças, das contribuições obtidas através da Consulta Pública nº 01/ 2019, das expectativas e perspectivas obtidas da avaliação dos cenários do PEDCO 2007-2020- expostos no Anexo I, a tabela abaixo como proposta de uma carteira de ações indicativas (metas), de gestão prioritária.

Quanto aos espaços prioritários, a alocação no espaço das ações indicativas prioritárias deve ser orientada pelo propósito de redução das disparidades internas de dinamismo econômico e de qualidade de vida, promovendo a convergência e o equilíbrio regional. As ações devem se articular no território, ao responder as suas características diferenciadas, explorar as potencialidades, enfrentar os estrangulamentos econômicos e os problemas sociais, conter as pressões antrópicas e recuperar áreas degradadas.

As diretrizes para implementação das ações indicativas prioritárias também partem das orientações da atual proposta de Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que define espaços elegíveis de atuação a partir de seus quatro objetivos, incorporados neste PRDCO.

A nova PNDR considera, em seu artigo 12, prioritários para o Centro-Oeste a RIDE e a Faixa de Fronteira [grifo nosso]:

Art. 12. São regiões especiais prioritárias da PNDR o semiárido brasileiro, a **faixa de fronteira** e a **Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal**.

Na RIDE, as ações fundamentais devem se situar no campo da alavancagem da economia dos municípios goianos e mineiros deste espaço, com vistas a reduzir sua dependência do Distrito Federal. Dessa forma, deve-se privilegiar uma diversificação das cadeias produtivas e o reforço da produção agropecuária na região. Devem ser implementados projetos dedicados ao aprimoramento e disseminação da oferta de serviços, nesses municípios, particularmente com a melhoria da mobilidade e da conectividade urbana e interurbana.

Em 14 de junho de 2018, a Lei Complementar nº 163, incluiu mais 12 municípios na RIDE, a motivação para a inclusão de tais municípios seria a extensão dos benefícios que hoje alcançam os municípios da RIDE aos novos municípios sugeridos, além da questão da migração pendular, que alcançaria este grupo. Há ainda a questão da existência de um forte potencial de integração e de ampla ligação socioeconômica destes municípios com o Distrito Federal. A proposta destaca o histórico de deslocamentos diários existentes entre a população destes municípios e o Distrito Federal, tanto no que tange ao emprego quanto na busca por serviços de saúde e educação (teriam sido inclusos municípios que demandam tais serviços).

Em relação à Faixa de Fronteira, são fundamentais o estímulo à produção e à diversificação produtiva, o adensamento das cadeias produtivas, além da preocupação com um contexto de certo esvaziamento demográfico. É fundamental o avanço em uma perspectiva de desenvolvimento transfronteiriço, com ações mais articuladas entre órgãos governamentais em atuação na região e entre os poderes públicos de países vizinhos.

Relevante mencionar também a importância das cidades gêmeas na região Centro-Oeste, que são conceituadas, segundo texto legal, da seguinte forma: “Serão considerados cidades-gêmeas os municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações "condensadas" dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania”. Os municípios, da região, considerados como cidades gêmeas são: Bela Vista, Coronel Sapucaia, Corumbá, Mundo Novo, Paranhos, Porto Murtinho e Ponta Porã.

Na Agenda Estratégica para a Região Centro-Oeste 2020-2023, foi definida a Aposta Estratégica de Desenvolvimento Produtivo para o Centro-Oeste, a qual, como já colocado anteriormente, e se expressa na “Promoção da agregação de valor e diversificação econômica sustentável nas regiões com forte especialização em commodities, priorizando a atuação nas cidades médias e em suas áreas de influência”.

As cidades de porte médio são aquelas que possuem tipologias que se desenvolvem com funções econômicas completamente diferentes dentro da hierarquia urbana nacional e, conseqüentemente, dinâmicas desiguais, mas com grande potencial estruturante para dinamizar o desenvolvimento de uma região. As tipologias podem ser resumidas da seguinte forma: a) cidades médias metropolitanas, aquelas que fazem parte de uma área metropolitana por lei; b) cidades médias capitais de estados, ligadas a funções administrativas públicas; c) cidades médias em eixos

de transporte, associadas à infraestrutura; e d) cidades médias de fronteiras agrícolas, relacionadas à expansão agrícola para novas áreas do país.

As novas cidades médias avançam no Centro-Oeste principalmente em Goiás, no centro norte, e no Mato Grosso, mas sem infraestruturas suficientes e com frágil estrutura de serviços que garantam o cumprimento do seu papel de receptora e mantenedora da população, bem como difusora do dinamismo no interior para além das capitais. Outra barreira a ser vencida, diz respeito à infraestrutura. A realização de investimentos em infraestruturas econômicas, incluindo logística, social e urbana é condição para a Região, a qual atualmente apresenta sub-regiões altamente especializadas, dar um salto em seu processo de desenvolvimento com base na diversificação produtiva e agregação de valor.

Estas tipologias de cidades médias encontram-se tanto na RIDE-DF, quanto na Faixa de Fronteira, assim como em diversas regiões dos Estados do Centro-Oeste. Neste sentido, a aposta consiste em estruturar estas cidades médias de forma inteligente, conforme preconiza a Agenda Estratégica, instrumentalizada pela Carteira de Projetos e Ações Prioritárias que ora se apresenta.

A avaliação do cumprimento dos objetivos contidos no §1º do artigo 14º da Lei Complementar 129 terá como referência, dentre outros indicadores, o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH e a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto *per capita*.

3.2. Carteira de projetos e ações indicativas prioritárias

PROGRAMA	META	AÇÕES	CORRESPONDÊNCIA 17 ODS E A AGENDA 2030
1 DEMOCRATIZAÇÃO E MELHORIA DA GESTÃO PÚBLICA	Qualificação do serviço público municipal e estadual	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar a realização de qualificação e capacitação de servidores públicos no uso de sistemas eletrônicos governamentais; • Apoiar a cooperação com Instituições de Ensino e Pesquisa- visando o desenvolvimento regional; • Promover e apoiar a troca de informações e experiências de gestão entre gestores de instituições estaduais; • Implantar programas de qualificação de gestores e técnicos públicos em áreas estratégicas como: saneamento e resíduos sólidos, saúde, educação e meio ambiente. 	
	Fortalecimento da gestão municipal e estadual	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar a criação de consórcios de municípios e estados para melhorar a gestão nos municípios e estados; • Apoiar e fomentar estratégias para estruturação de cidades inteligentes e resilientes; • Apoiar a implantação de planos de desenvolvimento integrado e sustentável, de âmbito municipal e regional; • Apoiar o desenvolvimento de inovação e tecnologia na gestão pública incluindo infraestruturas e plataformas de governos digitais; • Incentivar a implantação de ferramentas de gestão para os poderes públicos, inclusive patrimonial, compras públicas e transparência pública; • Apoiar instrumentos de participação cidadã. 	

PROGRAMA	META	AÇÕES	CORRESPONDÊNCIA 17 ODS E A AGENDA 2030
<p style="text-align: center;">2</p> <p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">MELHORIA DA EDUCAÇÃO E FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (P&D)</p>	<p>Ampliação e interiorização do ensino técnico e profissionalizante</p>	<ul style="list-style-type: none"> Fomentar o desenvolvimento e a implementação de iniciativas do ensino técnico e profissionalizante na região Centro-Oeste; Apoiar projetos de P&D que objetivem inovação, tecnologia, pesquisa e desenvolvimento sustentável. 	
	<p>Implantação de projetos voltados para o desenvolvimento tecnológico</p>	<ul style="list-style-type: none"> Apoiar a criação, fomento e ampliação de arranjos produtivos locais e regionais de desenvolvimento tecnológico Priorizar o fortalecimento dos setores de agropecuária, biotecnologia, soluções baseadas na natureza, internet das coisas, saúde, energia, transporte, tecnologia da informação e defesa; Apoiar a implantação de laboratórios de análise da qualidade da produção (certificação e rastreabilidade) para o agronegócio, fármacos, infraestrutura verde, dentre outros. 	
	<p>Apoio às ações de P., D. e I.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Promover parcerias com universidades, institutos federais, OSC's, órgãos de governo, empresas de pesquisas, dentre outros; Fortalecer instrumentos de cooperação técnica com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, OSC's, governos, dentre outros, para o desenvolvimento de iniciativas de automação industrial, tecnologia agroindustrial, agricultura 4.0, agricultura de baixo carbono, redução dos efeitos das alterações climáticas no agronegócio, fortalecimento de serviços ecossistêmicos, dentre outros; Apoiar a difusão e implementação de clusters de tecnologia, startups e ecossistemas de inovação para o empreendedorismo e desenvolvimento econômico local e regional. 	
	<p>Adoção de novas modalidades de assistência técnica e extensão</p>	<ul style="list-style-type: none"> Fomentar a cooperação com empresas e órgãos públicos visando implementar ações inovadoras em assistência técnica e extensão rural para o Centro-Oeste; Apoiar projetos demonstrativos e replicáveis de assistência técnica para o desenvolvimento de arranjos produtivos locais sustentáveis, em parceria com instituições de ensino, OSC's e órgãos de governo; Fomentar a indústria do agronegócio sustentável, incluindo arranjos de sistemas agroflorestais. 	

PROGRAMA	META	AÇÕES	CORRESPONDÊNCIA 17 ODS E A AGENDA 2030
3 GESTÃO AMBIENTAL E RECUPERAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	<i>Difusão de tecnologias limpas</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar iniciativas e projetos que promovam a implantação, uso e difusão de fontes alternativas e sustentáveis de energia (solar-térmica, eólica, biocombustível, hidroelétrica dentre outros); • Apoiar iniciativas de uso e reuso de água, incluindo o reaproveitamento de águas de chuva e de águas servidas, dentre outros; • Apoiar e fomentar projetos de eficiência energética em construções e equipamentos públicos e privados; • Fomentar projetos e iniciativas de utilização de veículos elétricos públicos e privados; • Apoiar implementação de projetos de substituição de estruturas de iluminação pública para tecnologia mais eficiente que demandem menor volume de energia; • Fomentar medidas de redução de consumo e desperdício de energia e água; • Apoiar a implementação de iniciativas e tecnologias que fomentem a redução da emissão de GEE. 	
	<i>Desenvolvimento do turismo</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar iniciativas de fortalecimento da capacidade em gestão pública e privada para o turismo; • Apoiar projetos de recuperação ambiental de atrativos estratégicos para a região Centro-Oeste; • Apoiar a elaboração de instrumentos de planejamento e gestão integrada de territórios com foco no desenvolvimento de arranjos turísticos; • Apoiar a implementação de projetos de inovação em turismo de natureza, notadamente aqueles focados em turismo de experiência; • Apoiar estratégias e projetos de qualificação de destinos turísticos estratégico para a região Centro-Oeste; • Apoiar a melhoria de infraestrutura, divulgação e logística para destinos turísticos de relevância regional; • Fomentar o desenvolvimento de novos destinos turísticos e a diversificação de produtos turísticos para o Centro-Oeste; • Fomentar a cooperação com entidades públicas e privadas para estudos e pesquisas relacionadas ao aprimoramento e profissionalização do turismo; • Fomentar e apoiar a diversificação de modalidades de turismo na região centro oeste, destacando o fomento ao ecoturismo, turismo de negócios, turismo de compras, turismo religioso, turismo de aventura, turismo cultural, dentro outros; • Apoiar a criação de observatórios regionais de turismo, visando a profissionalização do setor. 	

3 GESTÃO AMBIENTAL E RECUPERAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

<p>Saneamento Rural e Água para consumo humano</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar a elaboração de diagnósticos situacionais sobre o saneamento rural e água na região Centro-oeste; • Apoiar a implantação de projetos e iniciativas que promovam o uso de tecnologias e inovação em saneamento rural e abastecimento de água para consumo humano; • Apoiar estruturas de captação, tratamento, distribuição, reúso e descontaminação de água para todos os fins e usos de modo sustentável. 	
<p>Produção de Água</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar e fomentar projetos de restauração florestal e conservação de solo e água visando ao aumento da oferta de água em qualidade e quantidade; • Fomentar iniciativas estratégicas de revitalização de bacias hidrográficas, especialmente em bacias prioritárias para a região Centro-Oeste; • Promover a cooperação técnica com os órgãos de governo, OSC's , instituições de ensino e organizações privadas para o desenvolvimento de projetos demonstrativos e replicáveis de recuperação ambiental; • Apoiar projetos e iniciativas que promovam a segurança hídrica; • Apoiar o desenvolvimento e a implementação de planos de revitalização de bacias hidrográficas; • Apoiar a implementação de instancias colegiadas de gestão de governança dos recursos hídricos; • Apoiar a implementação de projetos que fortaleçam os serviços ecossistêmicos e o ingresso de água e uso de aquíferos e solos subterrâneos. 	
<p>Valorização, conservação, recuperação e restauração do meio ambiente</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar iniciativas de implementação de CAR – Cadastro Ambiental Rural e PRA – Programa de Regularização Ambiental para produtores rurais, visando a recuperação de APPs, áreas de recarga hídrica e outras áreas estratégicas para o fortalecimento dos serviços ecossistêmicos e a formação de corredores de biodiversidade; • Fortalecer o instrumento de planejamento das reservas de biosfera; • Apoiar a implementação de unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável, com o objetivo de fortalecer os serviços ecossistêmicos e a biodiversidade do bioma do cerrado; • Apoiar iniciativas de educação ambiental integrada e interdisciplinar visando engajar a sociedade em ações cooperativas e cidadãs; • Apoiar projetos de recuperação ambiental de áreas degradadas, incluindo áreas de pastagens, voçorocas etc.; • Fomentar a cooperação técnica com órgãos de governo, OSC's , instituições de ensino e organizações privadas para o desenvolvimento de projetos demonstrativos e replicáveis de recuperação ambiental; • Apoiar a fortalecimento da capacidade técnica de gestores públicos na área de meio ambiente; • Apoiar fortemente ações de prevenção, fiscalização e educação ambiental em todos os níveis, inclusive com o uso de tecnologias. 	

PROGRAMA

META

AÇÕES

CORRESPONDÊNCIA
17 ODS E A AGENDA 2030

<p>4 AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA SOCIAL E URBANA</p>	<p>Inclusão produtiva e geração de renda</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoiar projetos que atendam às necessidades de ocupação produtiva e renda; • Fomentar e fortalecer os arranjos produtivos locais; • Apoiar a criação de Rotas de Integração na Região Centro Oeste; • Apoiar projetos para o associativismo e o cooperativismo; • Apoiar projetos para regularização fundiária urbana e rural; • Apoiar projetos para agricultura familiar; • Apoiar e fomentar a implementação de negócios de impacto; • Apoiar o fortalecimento do agronegócio sustentável e a qualificação de pessoas locais para o uso de tecnologias inovadoras na produção agrícola e pecuária. 	
	<p>Incentivo à elaboração de planos diretores municipais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fomentar a elaboração e atualização de planos diretores Municipais; • Apoiar a parceria para elaborações de planos diretores urbanos com organismos e instituições de desenvolvimento sustentável. 	
	<p>Melhoria da Infraestrutura Urbana</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoiar a elaboração e a implementação de projetos de desenvolvimento orientado ao transporte sustentável; • Apoiar a elaboração e implementação de projetos de eficiência energética em edifícios; • Apoiar as parcerias público-privadas para o fortalecimento da capacitação local no planejamento urbano e em construção civil sustentável; • Fomentar a elaboração e implementação de projetos de eficiência energética em programas de habitação de interesse social; • Apoiar a elaboração e implementação de projetos de resíduos sólidos com foco em opções e tecnologias para minimizar a emissão de GEE e na reciclagem; • Apoiar a elaboração e implementação de projetos de saneamento básico a partir de tecnologias sustentáveis; • Apoiar a elaboração de projetos de pavimentação e drenagem urbana; • Apoiar a elaboração de projetos de aterros sanitários nos municípios com menos de 50 mil habitantes; • Apoiar a elaboração de projetos de aterros sanitários para os demais municípios; • Apoiar a elaboração de projetos para redes de esgotamento sanitário nos municípios do Centro-Oeste; • Apoiar a elaboração de projetos para pavimentação do arruamento nos municípios do Centro Oeste; • Apoiar a elaboração de projetos de mobilidade urbana. 	

PROGRAMA	META	AÇÕES	CORRESPONDÊNCIA 17 ODS E A AGENDA 2030
5 AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA ECONÔMICA E LOGÍSTICA	<i>Incentivo à</i> <i>redução dos</i> <i>custos de</i> <i>transporte da</i> <i>produção</i> <i>regional</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar e fomentar construção e conclusão de hidrovias; • Apoiar e fomentar construção e conclusão de ferrovias; • Apoiar e fomentar construção e recuperação de estradas vicinais; • Apoiar e fomentar construção de pontes metálicas; • Apoiar e fomentar construção de pontes de madeira; • Apoiar e fomentar construção de pontes de concreto armado; • Fomentar a produção de projetos estruturantes para construção de ferrovias; • Apoiar e fomentar a construção e conclusão de rodovias; • Apoiar e fomentar a implantação de corredores comerciais. 	

PROGRAMA	META	AÇÕES	CORRESPONDÊNCIA 17 ODS E A AGENDA 2030
6 DIVERSIFICAÇÃO E ADENSAMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS	Identificar alternativas de diversificação produtiva	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar e fomentar a elaboração de projetos para agregar valor aos produtos; • Apoiar e fomentar estudos estatísticos para caracterização da diversificação produtiva; • Apoiar e fomentar estudos em buscas de novas áreas de atuação; • Apoiar e fomentar estudos para incremento da eficiência técnico produtiva dos fármacos; • Apoiar e fomentar estudos para indústria da defesa, logística e equipamentos; • Apoiar e fomentar estudos para o adensamento das cadeias produtivas; • Apoiar e fomentar a elaboração de projetos para silos de armazenamento da produção. 	
	Agregação de valor aos produtos de exportação	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar e fomentar estudos para identificar oportunidades de agregação de valor com potencial econômico • Apoiar e fomentar estudos para identificar novos mercados que serão beneficiados pelos produtos aos quais foram agregados valores; • Apoiar e fomentar estudos para pequenas e medias empresas que possam fortalecer suas marcas e agregar valor aos seus produtos; • Apoiar e fomentar a elaboração de projetos para agregar valor aos produtos da agricultura familiar. 	
	Fortalecimento da agropecuária	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar e fomentar a elaboração projetos para o tratamento de dejetos de animais na geração de biogás e de composto orgânico; • Apoiar e fomentar a elaboração projetos para reduzir o desmatamento de florestas, decorrente dos avanços da pecuária ou outros fatores; • Apoiar e fomentar a elaboração de cartilhas para redução de emissão de gás GEE (Gás Efeito Estufa); • Apoiar e fomentar a elaboração de projetos para recuperação de pastagens degradadas; • Apoiar e fomentar a elaboração de projetos para expansão de plantio de florestas; • Apoiar e fomentar a elaboração de projetos para ampliação de sistemas de integração LPF (Lavoura, Pecuária e Florestas); • Apoiar o fortalecimento da capacitação de técnicos e produtores rurais; • Apoiar e fomentar a elaboração de estudos para transferência de tecnologias; • Apoiar as parcerias com instituições de assistência técnica rural como, por exemplo, Emater; • Apoiar e fomentar a elaboração de estudos para produção de sementes e mudas florestais. 	

PROGRAMA

META

AÇÕES

CORRESPONDÊNCIA
17 ODS E A AGENDA 2030

<p>7 OESTE</p> <p>CONSOLIDÇÃO DE UMA REDE POLICÊNTRICA DE CIDADES NO CENTRO-</p>	<p>Plano de desenvolvimento da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE/DF</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar e fomentar a elaboração de fortalecimento da capacidade técnico/profissional da população; • Apoiar e fomentar a elaboração de projetos para escoamento de águas pluviais; • Apoiar e fomentar a elaboração de projetos para feiras de produtos; • Apoiar e fomentar a elaboração de projetos para levantamento de potencial econômico; • Apoiar e fomentar a elaboração de projetos para os resíduos sólidos; • Apoiar e fomentar a elaboração de projetos para os destinos finais do lixo. 	
	<p>Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar e fomentar a elaboração de projetos para combater o contrabando; • Apoiar e fomentar a elaboração de projetos para controles das fronteiras que atendam os acordos dos países do MERCOSUL; • Apoiar e fomentar a elaboração de projetos para atender a infraestrutura e logística; • Apoiar e fomentar a elaboração de projetos para a agricultura e agropecuária; • Apoiar e fomentar a elaboração de projetos para turismo, indústria, comércio e serviços. 	
	<p>Apoio à ampliação de serviços em cidades médias</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar e fomentar a elaboração de Planos Diretores nas cidades que não o possuam; • Apoiar e fomentar a atualização de Planos Diretores das cidades que já possuem; • Apoiar e fomentar a elaboração de projetos para as cidades tornem-se estruturadas e inteligentes; • Apoiar parcerias com organismos internacionais de fomento de práticas de desenvolvimento sustentável como, por exemplo, o ICLEI - Conselho Internacional para Iniciativas Ambientais Locais. • Apoiar e fomentar a elaboração de projetos para reestruturar e modernizar o sistema de transporte urbano; • Apoiar e fomentar a elaboração de projetos para promover e consolidar a rede de equipamentos sociais e econômicos de caráter estratégico; • Apoiar o fortalecimento da capacitação técnica/ profissional da população de acordo com sua potencialidade econômica. 	

3.3. Instrumentos para estratégias de desenvolvimento sustentável

Os instrumentos explicitam os meios adequados e necessários para a implementação das estratégias de desenvolvimento do Centro-Oeste, e estão previstos no artigo 6º inciso IV e V da Lei 129 de 8 de janeiro de 2009.

Art. 6º São instrumentos de ação da Sudeco:

IV - Os programas de incentivos e benefícios fiscais e financeiros, na forma da Constituição Federal e da legislação específica;

V - Outros instrumentos definidos em lei.

É importante considerar que o desenvolvimento regional sustentável pode ser alavancado, através de parcerias entre os atores sociais e públicos. A gestão pública poderá se mobilizar para contribuir com o ambiente que estimule o ambiente produtivo, em termos de incentivos de benefícios fiscais ou financeiros.

3.3.1. Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO

O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) foi criado pela Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, que regulamentou o art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos.

Uma das principais fontes de recursos é constituída pelo repasse, efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, de 0,6% (seis décimos por cento) do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados (alínea "c" do inciso I do art. 159 da Constituição Federal e inciso I do parágrafo único do art. 6º da Lei n.º 7.827).

A área de abrangência do FCO está restrita à Região Centro-Oeste, integrada pelos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás e pelo Distrito Federal. De acordo com os registros do IBGE, a Região conta com 466 municípios.

Para efeito de aplicação dos recursos, o Fundo é dividido em empresarial e rural, sendo quem são beneficiários no setor empresarial as pessoas jurídicas de direito privado que se dedicam à atividade produtiva nos setores industrial, agroindustrial, mineral, de infraestrutura econômica, turístico, comercial, de serviços e de ciência, tecnologia e inovação, e no setor rural o público-alvo são produtores rurais, na condição de pessoas físicas e jurídicas, suas cooperativas de produção e associações, desde que se dediquem à atividade produtiva no setor.

Desde sua criação, o FCO tem sido um importante e eficiente instrumento a serviço da política pública de redução das desigualdades intra e inter-regionais e de promoção do desenvolvimento econômico e social na Região Centro-Oeste. Com isso, o Fundo tornou-se um dos principais instrumentos na implementação das ações de fomento às atividades produtivas desenvolvidas na Região, previstas na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

De acordo com o art. 13 da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, a administração do FCO é exercida pelos seguintes órgãos/entidades:

- Sudeco, através do Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco);
- Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR); e
- Banco do Brasil S.A. (BB).

O banco pode repassar recursos do fundo para outras instituições financeiras, de forma que atualmente são sete instituições que trabalham com recursos do FCO ou estão autorizadas a utilizá-los, além do BB: Banco Regional de Brasília (BRB), Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob), Goiás Fomento, MT Fomento, Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi), Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e Central Cresol Sicoper.

O FCO pode ser utilizado para apoiar e fomentar os seguintes seguimentos:

3.3.1.1. FCO Empresarial

- Todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação, modernização, reforma, adequação ambiental e sanitária ou realocação de empreendimentos industriais, agroindustriais, de infraestrutura econômica, turísticos, comerciais, de serviços, de ciência, tecnologia e inovação;
- Capital de giro associado a projeto de investimento; e
- Capital de giro dissociado com a finalidade de amparar gastos gerais relativos à administração do negócio/empreendimento, exceto a amortização e/ou liquidação de empréstimo e/ou financiamento no Sistema Financeiro Nacional.
- FCO para Financiamento Estudantil; e
- FCO para Financiamento de micro e mini geração de energia elétrica para Pessoa Física.

3.3.1.2. FCO Rural

- Investimentos fixo e semifixo;
- Custeio associado a um projeto de investimento; e
- Custeio agrícola e pecuário.

3.3.2. Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO

O Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO, foi criado pela Lei Complementar n.º 129, de 8 de janeiro de 2009, e regulamentado pelo Decreto n.º 8.067, de 14 de agosto de 2013. É de natureza contábil, gerido pela Sudeco, órgão da Administração Indireta do Poder Executivo, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Regional.

De acordo com o art. 1º do referido Decreto, tem por finalidade assegurar recursos para a realização de investimentos na área de atuação desta Superintendência em infraestrutura, serviços públicos e empreendimentos produtivos de grande capacidade germinativa de novos negócios e atividades produtivas.

Constituem como fonte de recursos do FDCO, de acordo com o art. 18 da referida Lei Complementar, as dotações orçamentárias consignadas nas leis orçamentárias anuais e em seus créditos adicionais; os eventuais resultados de aplicações financeiras dos seus recursos; o produto da alienação de valores mobiliários, dividendos de ações e outros a ele vinculados; a reversão dos saldos anuais não aplicados, apurados na forma do disposto no § 2º do art. 43 da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964; os recursos oriundos de juros e amortizações de financiamentos; e outros recursos previstos em lei. Apesar de todas essas possibilidades de fontes de recurso, atualmente, o fundo conta apenas com o produto do retorno das operações de financiamentos concedidos.

Consoante o art. 9º do Decreto n.º. 8.067, de 14.08.2013, as instituições Financeiras Oficiais Federais são os Agentes Operadores do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste, sendo o Banco do Brasil S.A., o agente operador preferencial. Em decorrência da sanção da Lei n.º 13.682, de 19.06.2018, a qual alterou o texto do § 6º, inciso II do art. 16, da Lei Complementar n.º 129, de 08.01.2009, o FDCO pode ter como agentes operadores as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Para a seleção e a aprovação de projetos de investimentos, a qual deve considerar a relevância do empreendimento para o desenvolvimento da região, é necessário o enquadramento nas prioridades setoriais e espaciais definidas pelo Condell/Sudeco, as quais devem estar em conformidade com o disposto no Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

A Sudeco dispõe do FDCO como um importante instrumento necessário à consecução dos seus objetivos. Este tem a missão de atrair e promover investimentos em setores estratégicos para o desenvolvimento regional e que estejam em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRDCO).

Os projetos que queiram contar com recursos do FDCO devem se enquadrar nas prioridades setoriais definidas anualmente pelo CONDEL/SUDECO. Essas prioridades compreendem quatro setores:

- Setores Tradicionais, como indústria de transformação, projetos voltados para a recuperação e a preservação do meio ambiente, agroindústria, agropecuária, entre outros;
- Setor de Infraestrutura, como transporte, em seus vários modais, abastecimento de água e esgotamento sanitário, telecomunicações, entre outros;
- Setor de Serviços, como turismo e serviços hospitalares e ambulatoriais;
- Setores de Ciência, Tecnologia e Inovação, que envolvam projetos que utilizem tecnologias inovadoras e/ou contribuam para a geração e difusão de novas tecnologias, em áreas de Biotecnologia, Nanotecnologia, Biocombustíveis, entre outros.

3.3.3. Incentivos financeiros e Benefícios fiscais

A Lei Complementar nº 129, prevê programas de incentivos e benefícios fiscais e financeiros, como instrumento de atuação da Sudeco. Tais instrumentos são, também, previstos na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), e estimulam a formação de capital fixo e social com vistas à geração de emprego e renda.

No entanto, ainda não há regulamentação que permita a utilização desses instrumentos. Ainda, a Lei 13.799, de 09 de janeiro de 2019, exclui a Sudeco da concessão do benefício para imposto de renda e adicionais não restituíveis para os projetos de instalação, modernização, ampliação ou diversificação aprovados, até 31 de dezembro de 2023, de empreendimentos dos setores da economia que venham a ser considerados, em ato do poder executivo, prioritários para desenvolvimento regional.

Como exemplo de medidas de benefícios fiscais, no sentido de promover a redução das desigualdades regionais, almeja-se o retorno, para a região Centro-Oeste, da ampliação do prazo de fruição do crédito presumido IPI, instituído pelo artigo 1º da Lei 9.826, de 23 de agosto de 1999, até a mesma data limite proposta para aproveitamento do crédito presumido assegurado pela Lei 9.440, de 14 de março de 1997.

Com a devida regulamentação legal para a concessão de tais benefícios, este instrumento poderá ser utilizado para a promoção e atração de investimentos de desenvolvimento regional sustentável para o Centro-oeste.

3.3.4. Fundos setoriais

- Para viabilizar os investimentos em alguns programas e projetos, devem ser criados ou reforçados fundos e fontes específicas de recursos, entre os quais se destacam:
- Aumentar a transferência e repasse dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para os estados e municípios para ampliação e consolidação da malha viária;
- Criar sistema de financiamento do ensino superior público, contemplando bolsa de estudo com estágio para projetos de desenvolvimento socioeconômico;
- Estimular a captação de recursos privados e públicos para investimentos em pesquisas aplicadas.

3.3.5. Outras fontes de recursos

O PRDCO 2020-2023 propõe dinamizar e otimizar a disponibilidade de recursos financeiros para a implementação dos programas, metas e ações. O objetivo é ampliar a carteira de oportunidades para governos, empresas, OCS's e iniciativa privada, visando consorciar esforços nacionais e internacionais focados no desenvolvimento regional sustentável e integrado.

A captação de recursos externos para projetos cofinanciados tem um processo que, apesar de complexo e demandar muita atenção dos gestores, pode ser dividido em algumas etapas básicas a serem cumpridas: planejamento prévio para a organização de um projeto bem estruturado; identificação do organismo ideal para o pleito de financiamento; e acompanhamento minucioso e eficiente na demonstração dos resultados e contrapartidas.

A Sudeco propõe, neste caso, a assistência e acompanhamento processual deste arranjo, visando facilitar a organização e a viabilização das iniciativas, incluindo a segunda etapa, que é a da escolha do parceiro ideal que vai aportar os recursos para realizar as obras. Eles podem ser Bancos de Exportação/Importação, Organismos Multilaterais de Crédito, bancos privados, agências governamentais internacionais, e fundações.

Na verdade, esta não é exatamente uma etapa posterior à estruturação do projeto. Elas devem caminhar juntas, pois o planejamento inicial já deve atender, pelo menos em partes, algumas diretrizes estabelecidas pelo financiador internacional – lembrando que cada instituição tem políticas próprias e diferentes procedimentos e contrapartidas para a viabilização de projetos. Isso porque há um diálogo preliminar para confirmar o interesse do banco na operação. Daí a importância de conhecer ao máximo seu possível investidor.

A título de exemplo, vejamos algumas das fontes para captação de recursos externos e suas características:

- Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

É uma das principais fontes de financiamento para o desenvolvimento econômico, social e institucional da América Latina e do Caribe. As áreas prioritárias são: apoio às políticas e programas de desenvolvimento; modernização do Estado; programas sociais e promoção da integração regional para bens e serviços.

- Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)

Braço do Banco Mundial focado em financiamentos externos, contempla o setor público e apoia investimentos em educação, saúde, administração pública, agricultura, meio ambiente, infraestrutura, desenvolvimento financeiro e do setor privado, bem como recursos naturais.

- *Green Climate Fund* – GCF

O Fundo Verde para o Clima (*Green Climate Fund* – GCF) é uma iniciativa global única para responder às mudanças climáticas, investindo em desenvolvimento de baixo carbono e resiliência climática. O GCF foi estabelecido por 194 países para limitar ou reduzir as emissões de gases de efeito estufa nos países em desenvolvimento e para ajudar a adaptar as sociedades vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas. Dada a urgência e a gravidade do desafio, o Fundo tem o mandato de fazer uma contribuição ambiciosa para a resposta mundial conjunta às mudanças climáticas.

O GCF atua com projetos de Sustentabilidade, Mudanças Climáticas, Cidades Sustentáveis & Estruturantes (Projetos de até 500 milhões) & *Small Grants*.

- *Novo Banco de Desenvolvimento (BRICS)*

Formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, oferta financiamentos para obras de infraestrutura sustentável (energia renovável, eficiência energética, saneamento ambiental, o uso eficiente da água) em países emergentes.

- *Corporação Andina de Fomento/Banco de Desenvolvimento de América Latina (CAF)*

Apoia atividades relacionadas ao crescimento econômico e à integração regional no setor de infraestrutura, tais como rodovias, transporte, telecomunicações, geração e transmissão de energia, água e saneamento ambiental, entre outras.

- Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA)

Mobiliza recursos financeiros para o incremento da produção agrícola dos países em desenvolvimento, focando em pequenos produtores rurais, trabalhadores sem-terra e outros segmentos da população rural. É voltado para o desenvolvimento agrícola; serviços financeiros; infraestrutura rural; pecuária; pesca; treinamento e capacitação institucional; armazenagem, processamento e venda de alimentos, além do desenvolvimento de micro e pequenas empresas.

- *Global Environment Facility (GEF)*

O *Global Environment Facility (GEF)*, em português Fundo Global para o Meio Ambiente, é um dos maiores financiadores de projetos ambientais no mundo. A iniciativa de cooperação internacional reúne hoje 183 países, e trabalha com instituições internacionais, organizações da sociedade civil e o setor privado. O GEF foi estabelecido em 1991 como um programa piloto de US\$ 1 bilhão do Banco Mundial para apoiar a proteção do meio ambiente global e promover o desenvolvimento sustentável.

Desde o seu início, já destinou mais de US\$ 13 bilhões para cerca de quatro mil projetos em mais de 150 países, incluindo o Brasil. O fundo define diretrizes, políticas e temas prioritários, e confia às Agências Implementadoras do GEF, ou apenas Agências GEF, a aplicação das regras, a preparação e o monitoramento dos projetos que serão desenvolvidos pelas chamadas instituições executoras. As Agências GEF conferem grande capilaridade à instituição e viabilizam o uso dos recursos em um grande número de projetos.

O Banco Mundial, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) foram as três primeiras agências implementadoras do GEF.

3.4. Instrumentos organizacionais

O principal instrumento organizacional do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste é a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco). Além desta, devem ser utilizados os seguintes meios organizacionais ou institucionais para execução eficaz, eficiente e efetiva do referido plano:

- Fortalecer as parcerias entre entidades públicas e privadas (Terceiro Setor), com destaque para as Parcerias Público-Privadas (PPPs) entre o governo, a sociedade e as entidades dos produtores;
- Articular e integrar as instituições públicas e privadas atuantes no fortalecimento da capacidade de recursos humanos, principalmente do Sistema “S” na região (destaque para o Sebrae), e o setor produtivo;

- Assegurar a participação da sociedade em diferentes fundos de desenvolvimento e investimento;
- Criar um sistema integrado entre os estados que compõem a Região Centro-Oeste para unificação e equalização da política tributária e dos incentivos estaduais, incluindo a unificação da legislação do ICMS ecológico;
- Estimular criação de fóruns para disseminação de tecnologias, buscando a integração institucional da região;
- Intensificar parcerias comerciais e de cooperação governamental entre os estados da região e outros países;
- Institucionalizar um espaço permanente de constituição de políticas, programas e projetos de integração do Centro Sul-Americano, assim como a estruturação de parceria com países fronteiriços.

3.5. Modelo de governança para o desenvolvimento sustentável

O modelo de governança apresenta a forma em que o Estado e a sociedade deverão se organizar para a implementação do PRDCO, ao criar um sistema de planejamento na região com diferentes instituições articuladas em papéis complementares, que destaca a função da Sudeco como âncora da rede institucional regional. Ele deverá definir a arquitetura institucional, o processo e os fluxos de decisão, distribuindo os papéis e as responsabilidades dos parceiros. Consistente com o processo participativo de elaboração, o sistema de governança deve dispor de estrutura organizacional e funcional que envolva o setor público e os atores sociais do Centro-Oeste.

O modelo de governança deve contemplar, além da forma de execução do PRDCO, os mecanismos de permanente e continuado monitoramento para eventual ajuste e reformulação das decisões diante das incertezas e mudanças das condições e resultados das ações. O sistema de monitoramento do PRDCO deve ser estruturado em três níveis complementares, incorporando o processo participativo:

- Monitoramento das mudanças do ambiente externo de modo a identificar movimentos no contexto mundial e nacional que alteram o cenário de referência do PRDCO e que, eventualmente, podem demandar reformulação na estratégia e nas prioridades.
- Avaliação dos resultados da implementação do PRDCO, para verificar a sua efetividade diante dos objetivos e resultados do desenvolvimento regional sustentável, materializados em metas de desempenho. Para tanto, deve comparar os resultados alcançados com as metas de transformações previstas, de modo a considerar os eventuais ajustes necessários para melhorar o desempenho geral do PRDCO.

- Avaliação da eficácia do PRDCO, com o objetivo de acompanhar o ritmo e nível de efetiva implementação dos projetos, de modo a verificar a necessidade de reformulações e aprimoramentos no sistema gerencial, bem como na estrutura de implementação da estratégia e seus projetos.

3.5.1. Estrutura do Modelo de Governança

O modelo de governança organiza e estrutura a rede de instituições comprometidas com a implementação do PRDCO, definindo os papéis e a liderança institucional. De tal forma que sua gestão será feita pelo Conselho Deliberativo da Sudeco – Condel, juntamente com a Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, instância estratégica de governança da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR.

As instituições públicas e privadas nas áreas de prioridades do PRDCO comporão uma rede institucional liderada pela Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, sendo que sua gestão se dará através do Condel e seu planejamento e monitoramento dar-se-á através da Diretoria de Planejamento e Avaliação (DPA- Sudeco). Já a sua avaliação ocorrerá através do Condel, junto com outros agentes externos que possuam responsabilidade pela condução dos diferentes programas e projetos prioritários do PRDCO.

As diretrizes deste modelo de governança têm como base a Agenda Estratégica para o Centro-Oeste 2020-2023, alinhada aos princípios de desenvolvimento sustentável preconizados pela Agenda 2030 ONU e à estrutura de governança da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR; em nível horizontal, à Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, e ao seu Comitê Executivo; e em nível da cooperação federativa, constituindo a base para a celebração dos Pactos de Metas pelas Superintendências em parceria com as Unidades da Federação.

4. MENSAGEM FINAL

A materialização do Planejamento Estratégico para a região Centro-Oeste exigirá esforços inteligentes e permanentes de planejamento e implementação de iniciativas públicas e privadas, segundo um caminho que culmine na concretização de todas as transformações requeridas pela sociedade centro-oestina.

Os Programas Estratégicos do PRDCO são esses caminhos e se constituem nos eixos de implementação da Visão de Futuro proposta para o Centro-Oeste pela SUDECO.

São as metas e ações de médio e longo prazo propostas no PRDCO que indicam como a região Centro-Oeste alcançará seus objetivos de desenvolvimento regional sustentável, sendo, portanto, o grande fio condutor para o fortalecimento de uma região de oportunidades, sustentável e com qualidade de vida para todos.

O principal foco da sustentabilidade deve ser a humanidade, e seu principal problema é a pobreza. Mesmo sendo quase óbvia, essa constatação não resolve as dificuldades, mas nos coloca em um caminho que possibilita convergências, que reconhece as diferenças de interesses e de perspectivas e que possibilita um olhar integrado sobre o território da região Centro-Oeste. Nesse contexto, a difusão e implementação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 2030 é condição *sine qua non* para que se possa demonstrar que outro mundo é possível, desde já.

O Centro-Oeste precisa, por um lado, de agilidade para atender às complexidades dos cenários globalizados, uma vez que a realidade, em tempos de incertezas, muda rapidamente e não é possível imaginar que a melhor solução hoje continuará a ser a melhor nos anos vindouros. Por outro lado, o Centro-Oeste também precisa, com urgência, criar, dentro da sua diversidade, um planejamento integrado e inovador, que lance a região à frente de seu tempo, pois, sem um imaginário convocante, sem inovação e sem coesão, geram-se medos e inseguranças, especialmente em cenários de incertezas como o que vivemos no presente momento do planeta. Sem agilidade, conhecimento, coesão e integração, não há a possibilidade de desenvolvimento local e regional que possam fazer frente aos dilemas da atualidade no Centro-Oeste brasileiro.

É preciso buscar uma visão regionalizada dos problemas e dos impasses, com ações de gestão integrada dos territórios, apostando nas relações cooperativas e colaborativas entre as cidades, como uma rede orgânica, nas convergências de dificuldades, na potenciação de massa crítica endógena e imigrante e numa estratégia de crescimento diferenciado, mas, sobretudo, articulado.

Os cenários possíveis, sob a ótica de um programa de sustentabilidade para o Centro-Oeste indicam que a articulação de necessidades e estratégias deve apoiar-se numa governança territorial, tornando a região mais resiliente e menos dependente de oportunidades e alternativas externas.

Um dos cenários que o Centro-Oeste enfrenta, assim como outras regiões, é uma visão de impasse que projeta, no futuro, um custo para o estado superior ao atual, o que em si mesmo é um dissuasor de investimentos públicos estruturantes, o que deve ser avaliado com cautela, se pensarmos que os orçamentos públicos terão uma redução crescente nos próximos anos. A inversão dessa visão insustentável, no entanto, só poderá ocorrer se as competências dos municípios do Centro-Oeste forem fortalecidas e dinamizadas e forem capazes de, progressivamente, demonstrar, na prática, que os cenários pessimistas podem ser revertidos.

Este é o eixo central do PRDCO, ora proposto pela SUDECO. Para isso, é preciso fortalecer uma rede de parcerias de geometria crescente, múltipla, sistêmica, inteligente e agregadora, com os municípios, os estados, a federação e organismos internacionais de fomento e de apoio com recursos não reembolsáveis, por exemplo, com o objetivo de estruturar e fortalecer a gestão territorial integrada numa lógica de diferenciação e de colaboração, simultaneamente. Esse pode ser o caminho que permitirá essa reversão e é nesta direção que a SUDECO está propondo o presente Plano.

A gestão integrada de território pode adotar como ponto de partida a compreensão da dimensão cultural dos conflitos e dos dilemas e a identificação e a proposição de novas possibilidades num quadro de incertezas. De outro lado, também é importante atuar na afirmação territorial dos municípios, propondo boas práticas de combate à alienação, à exclusão social e à desestruturação ambiental, valendo-se de ações locais e parcerias globais.

Uma das principais pautas estratégicas propostas pelo PRDCO é a promoção da compreensão global para que propostas e ações locais sejam executadas, gerando uma matriz de resultados sustentáveis e replicáveis, promovendo um círculo virtuoso de desenvolvimento territorial para o Centro-Oeste.

Com base nesse olhar integrador, propomos contribuir para a construção de cenários e novos modelos, identificando e trabalhando, junto à comunidade, os impactos das ações locais numa escala global, fortalecendo as capacidades dos cidadãos para a mudança local, com efeitos globais.

No século XXI, se faz necessária uma gestão integrada que não se atenha apenas às ações que decorrem do planejamento público, promovendo a convergência de atuações desconectadas e, muitas vezes, não planejadas,

evitando-se que a colisão de interesses e agendas não previstas, locais ou regionais, comprometam o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos do Centro-Oeste.

Na economia globalizada e plural, a resiliência dos territórios depende não apenas da sua diversidade interna, que é essencial, mas também de suas capacidades de se projetarem internacionalmente, e é nesse sentido que o Centro-Oeste propõe estruturar uma plataforma de internacionalização com políticas públicas de inovação e sustentabilidade, que proponham a articulação das políticas públicas que deverão orientar-se baseadas em uma lógica de desenvolvimento regional integrado e sustentável, com diversificação das atividades econômicas e sociais e com elevado padrão de qualidade

A experiência e os estudos nos mostram que o desenvolvimento sustentável não é um processo meramente técnico-orgânico (social, econômico, ambiental). Ele é essencialmente um processo cultural e comportamental. Por isso, ele requer, ao mesmo tempo, um rumo integrador e convergente, com uma dinâmica com velocidades distintas e com arquiteturas socioculturais de geometria variável (que são o cerne da democracia, que se opõem à planificação centralista e utópica pensada em processos tradicionais de crescimento econômico nos municípios). O planejamento tradicionalmente aplicado nos municípios não consegue fazer frente aos novos cenários flutuantes e voláteis da pós-modernidade, pois o que caracteriza a realidade atual é, precisamente, a sua imprevisibilidade.

É neste sentido que a SUDECO propõe a organização do Plano Regional de Desenvolvimento para o Centro-Oeste, convicta do cumprimento de sua missão, em plena sinergia com as diretrizes propugnadas pelo Ministério do Desenvolvimento Regional e pelo Governo Federal Brasileiro.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA / INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA / PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **Relatório Técnico de Monitoramento do Desmatamento no Bioma Cerrado, 2002 a 2008: Dados Revisados**. Brasília: MMA/IBAMA/PNUD, 2009.

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA / INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA. **Monitoramento do Desmatamento nos Biomas Brasileiros por Satélite. Monitoramento do Bioma Cerrado 2009-2010**. Brasília: MMA/IBAMA, 2011.

AMARAL, Thaís; GOND, Valery; TRAN, Annelise. **Mapeamento do risco de introdução da febre aftosa na fronteira do Brasil com o Paraguai**. Embrapa, 2016. Disponível em: < <http://seer.sct.embrapa.br/index.php/pab/article/view/20909/13331> >. Acesso em: 11 de março de 2019.

BECKER, Bertha. Amazônia: desenvolvimento e soberania. In: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. **Brasil – o estado de uma nação**. Rio de Janeiro: Ipea, 2005. Cap. VI, p. 199-250.

BARREIRA, Celene; BORBA, Odiones; MILAGRES, Géssica. **Anápolis/GO e suas interfaces com a região urbana do eixo Goiânia/GO - Brasília/DF**. Observatório Geográfico da América Latina, 2012. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/060.pdf>>. Acesso em: 11 de março de 2019.

BRASIL. **Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6047.htm>. Acesso em: 11 de março de 2019.

_____. **Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp129.htm>. Acesso em: 11 de março de 2019.

_____. **Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm>. Acesso: em 08 de abril de 2019.

_____. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC. **Estimativas anuais de emissões de gases de efeito estufa no Brasil**. 4ª edição – 2017. Brasília: MCTIC, 2017.

_____. Ministério da Economia – ME. Secretaria de Comércio Exterior – SECEX. **Estatísticas de Comércio Exterior**. Brasília: ME, 2018. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercioexterno/estatisticas-de-comercio-externo>>. Acesso em: 11 de abril de 2019.

_____. Ministério da Educação. Universidade Federal de Goiás. Instituto Federal de Goiás. **Análise dos Aspectos Socioeconômicos da Região Metropolitana de Goiânia**. Goiânia: MEC, 2017. Disponível em: <<http://pdi-rmg.secima.go.gov.br/wp-content/uploads/2017/10/5-Analise-dos-AspectosSocioeconomicos.pdf>>. Acesso em: 11 de março de 2019.

_____. Ministério da Integração Nacional – MI. **Portaria nº 213, de 19 de julho de 2016**. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21772550/do1-2016-07-20portaria-n-213-de-19-de-julho-de-2016-21772471. Acesso em: 11 de abril de 2019.

_____. Ministério da Integração Nacional – MI. Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional. **Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (20072020)**. Documento-Síntese. Brasília: MI, 2007.

_____. Ministério da Integração Nacional – MI. **Observatório do Desenvolvimento Regional – ODR**. Disponível em: <<http://odr.mi.gov.br/>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2019.

_____. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos - SEPLAN. **Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – ENDES**. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planeja/ENDES>>. Acesso em 28 de fevereiro de 2019.

_____. Senado Federal. **Projeto de Lei do Senado nº 375/ 2015**. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/121877>>. Acesso em: 10 de abril de 2019.

CARDOSO JR., José Celso. **A reinvenção do planejamento governamental no Brasil – Volume 4 – IPEA**. Brasília, 2011.

CASTRO, José Marcelo de; RODRIGUES JUNIOR, Antonio Luiz Rodrigues. **A influência da mortalidade por causas externas no desenvolvimento humano na Faixa de Fronteira brasileira**. Scientific Electronic Library Online, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0102311X2012000100022&script=sci_arttext&lng=pt>. Acesso em: 11 de março de 2019.

CÉLERES. **Informativo Biotecnologia**. Uberlândia – MG: Céleres, 2014.

CÉLERES. **3º levantamento de adoção da biotecnologia agrícola no Brasil, safra 2016/17**. Disponível em: <<http://www.celeres.com.br/3o-levantamento-de-adocao-da-biotecnologia-agricola-no-brasil-safra201617/>>. Acesso em: 11 de abril de 2019.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL – CODEPLAN. **O modelo de desenvolvimento com inclusão social e o eixo como novo vetor de expansão**. Brasília: CODEPLAN, 2014. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/Eixo-Brasilia-Anapolis-Goiânia.pdf>>. Acesso em: 11 de março de 2019.

_____. **Produto Interno Bruto do Distrito Federal**. Brasília: CODEPLAN, 2018. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/PIB-DF_2016.pdf>. Acesso em: 11 de março de 2019.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB. **Séries Históricas de Área Plantada, Produtividade e Produção Relativas às Safras 1976/77 a 2018/19 de Grãos**. Brasília: CONAB, 2019. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/serie-historica-das-safras?start=10>>. Acesso em: 10 de abril de 2019.

CONSELHO DE INFORMAÇÕES SOBRE BIOTECNOLOGIA – CIB. **Mato Grosso é destaque mundial na adoção de biotecnologia agrícola**. Disponível em: <<https://cib.org.br/mato-grosso-e-destaque-mundial-na-adocao-de-biotecnologia-agricola/>>. Acesso em: 11 de abril de 2019.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – CNPQ. **Distribuição dos pesquisadores e pesquisadores doutores segundo a região geográfica**. Brasília: CNPq, 2019. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/web/dgp/por-regiao1>>. Acesso em: 11 de abril de 2019.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE – CNT. **Pesquisa CNT de Rodovias 2018**. Relatório Gerencial. Brasília: CNT, 2018.

CORAZZA, Eloy; PAGNUSSAT, José Luiz. A competitividade do agronegócio brasileiro. **Revista de Conjuntura**. Publicação do Conselho Regional de Economia do Distrito Federal – CORECON/DF, Brasília, ano XIV, nº 53, maio/agosto de 2014.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. Equipe. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/equipe>>. Acesso em: 22 de março de 2019.

GODET, Michel. **Manuel de prospective stratégique**: une indisciplinée intellectuelle. Paris: Editorial Dunod, 1997, vol. I.

HADDAD, Marcos Bittar; MOURA, Rosa. **O arranjo urbano-regional Brasília-Anápolis-Goiânia**.

Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/b3w1119.pdf>>. Acesso em: 11 de março de 2019.

_____. Unidades – Embrapa no Brasil. Disponível em:<<https://www.embrapa.br/embrapa-no-brasil>>. Acesso em: 11 de abril de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA. **GEO BRASIL 2002**: Perspectivas do Meio Ambiente no Brasil. Brasília: IBAMA, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 21 de março de 2019.

_____. **Estimativas da População**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=o-quee>>. Acesso em: 21 de março de 2019.

_____. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em:

<<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/3914>>. Acesso em: 22 de março de 2019.

_____. **Mapa de Biomas e de Vegetação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/21052004biomashtml.shtm>>. Acesso em: 20 de março de 2019.

_____. **Pesquisa Pecuária Municipal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3939>>. Acesso em: 08 de abril de 2019.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**: Volume Brasil 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-poramostra-de-domicilios.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 10 de abril de 2019.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**: 2017 Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?edicao=23205>>. Acesso em: 19 de março de 2019.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**: 2017 Características gerais dos domicílios e dos moradores. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnadcontinua.html?edicao=20915&t=sobre>. Acesso em: 19 de março de 2019.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**: 2017 Educação. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnadcontinua.html?edicao=21073&t=sobre>. Acesso em: 18 de março de 2019.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**: 2017 Rendimento de todas as fontes. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnadcontinua.html?edicao=20635&t=sobre>. Acesso em: 18 de março de 2019.

_____. **Projeção da População do Brasil, por Sexo e Idade, para o Período 2000/2060, Revisão 2013, e**

Projeção da População das Unidades da Federação, por Sexo e Idade, para o Período 2000/2030, Revisão 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3834>. Acesso em: 16 de abril de 2019.

_____. **Regiões de Influência das Cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

_____. **Síntese de Indicadores Sociais (SIS)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 20 de março de 2019.

_____. **Sistema de Contas Regionais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-dobrasil.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 20 de março de 2019.

_____. **Tábua completa de mortalidade para o Brasil – 2017: breve análise da evolução da mortalidade no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9126-tabuas-completas-demortalidade?=&t=publicacoes>. Acesso em: 15 de abril de 2019.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA – IICA. Secretaria Especial de Políticas Regionais – SEPRE. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável da Região Centro-Oeste (Planoeste)**. Brasília, 1999.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Relatório do 2º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2018**. Brasília: INEP, 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS – INPE. Coordenação-Geral de Observação da Terra – OBT.

Projeto PRODES – Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite. São José dos Campos – SP: OBT/INPE, 2018. Disponível em: <<http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>>. Acesso em: 10 de abril de 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS – INPE. Coordenação-Geral de Observação da Terra – OBT.

Projeto PRODES – Incremento anual de área desmatada no Cerrado Brasileiro. São José dos Campos – SP: OBT/INPE, 2018. Disponível em: <<http://www.obt.inpe.br/cerrado>>. Acesso em: 10 de abril de 2019.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY – IEA. **World Energy Outlook 2018.** Sumário. Paris: IEA, 2018.

MATUS, C. **O Plano como Aposta.** São Paulo em perspectiva. 5 (4): 28-42 out/dez. 1991.

NOVAES, Washington; RIBAS, Otto. **Visões do Centro-Oeste sobre a Agenda 21 Brasileira.** Ministério do Meio Ambiente (MMA). Encontro Regional do Centro-Oeste – Brasília, novembro de 2001.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT – OECD / FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO. **OECD-FAO Agricultural Outlook 2018-2027.** Paris: OECD/FAO, 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. **Relatório Mundial das Nações Unidas sobre Desenvolvimento dos Recursos Hídricos 2018.** Soluções baseadas na natureza para a gestão da água. Fatos e dados. Itália: UNESCO, 2018.

PORTER, Michael. **Vantagem competitiva:** criando e sustentando um desempenho superior. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

RENEWABLE FUELS ASSOCIATION – RFA. **Industry Statistics:** World Fuel Ethanol Production 2018. Washington: RFA, 2019. Disponível em: <<https://ethanolrfa.org/resources/industry/statistics/#1549569130196-da23898a-53d8>>. Acesso em: 10 de abril de 2019.

SANTOS, André Sousa. **Aspectos da ocupação e desenvolvimento do Centro-Oeste brasileiro: Apontamentos sobre a relação entre a agropecuária e a sustentabilidade do meio natural na região de Barra do Garças/MT.** Disponível em: <http://www.congressohistoriajatai.org/2016/resources/anais/6/1471222659_ARQUIVO_AndreSousaSantos-VCongressoInternacionaldeHistoria.pdf>. Acesso em: 11 de março de 2019.

SILVA, R. B. da. Os caminhos da soja. **Conjuntura Econômica**. Fundação Getúlio Vargas – FGV, vol. 59, nº 05, maio de 2005.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE – SUDECO. **Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2017-2020)**. Brasília: Sudeco, 2018.

UNITED NATIONS – UN. Department of Economic and Social Affairs, Population Division. **World Population Prospects: The 2017 Revision. Key Findings and Advance Tables**. New York: UN, 2017.

WORLD TOURISM ORGANIZATION – UNWTO. **UNWTO Tourism Highlights: 2018 Edition**. Madrid: UNWTO, 2018.